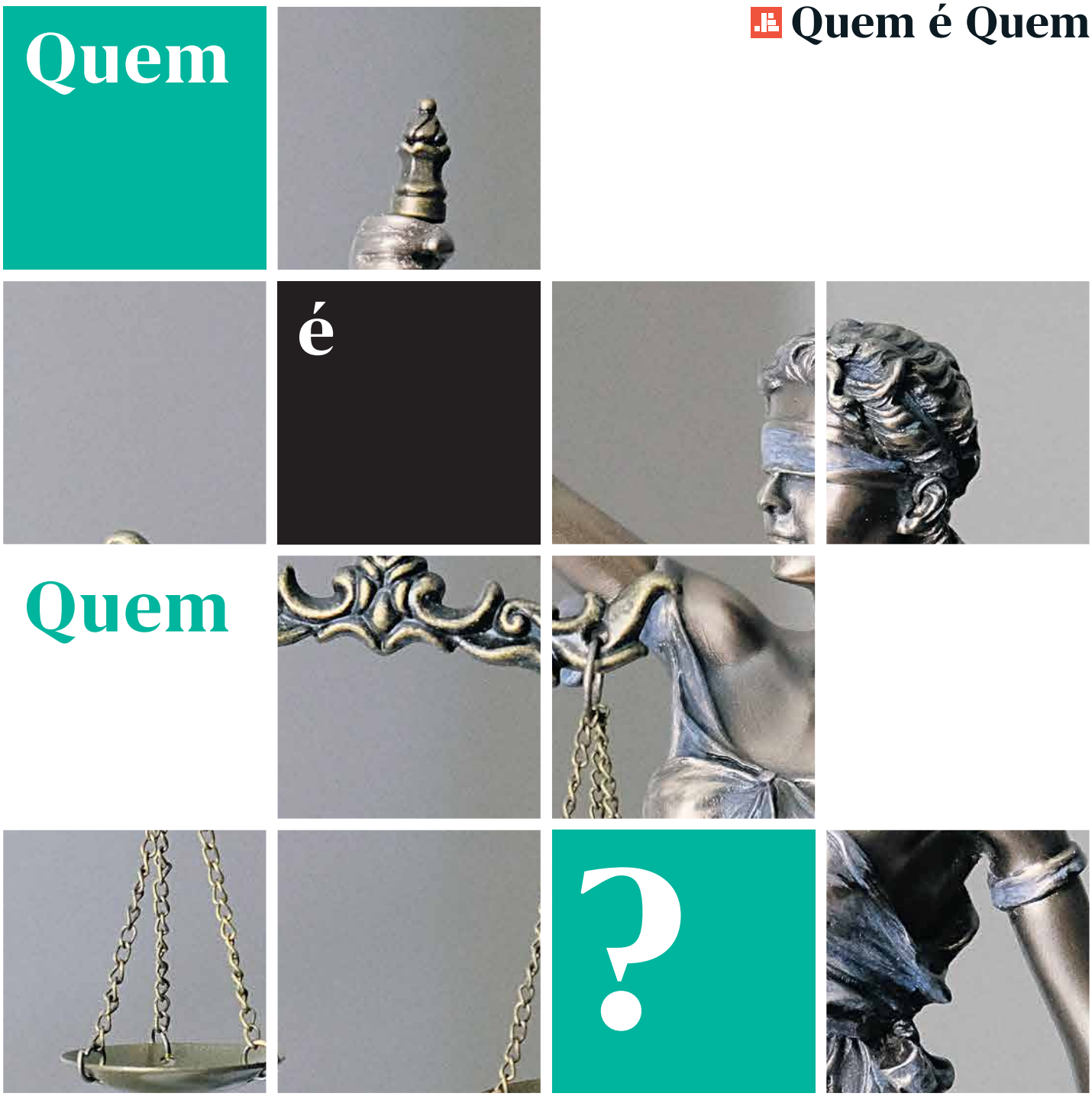
Quem é Quem



Advocacia de Negócios em Portugal
2021-2022

O Jornal Económico
O conhecimento transforma.

Pós-Graduações em Direito

Ensino presencial, online ou combinado

CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO
ESCOLA DO PORTO

Pós-Graduações:

Direito da Saúde

Direito Imobiliário

Direito da Família Empresária

Negociação, Mediação e Resolução de Conflitos

Direito dos Valores Mobiliários e Direito Bancário

Direito e Tecnologia

Direito Administrativo

Direito Aduaneiro Internacional

Interdisciplinar em Direitos Humanos

Direito do Trabalho e da Segurança Social

Organização e Gestão no Futebol Profissional

Direito Intelectual

Direito das Sociedades Comerciais

Conheça também:

Licenciatura em Direito

Dupla Licenciatura em Direito e em Gestão

Mestrado em Direito

Mestrado em Direito e Gestão

Doutoramento em Direito

fd.porto.ucp.pt

FICHA TÉCNICA

Propriedade
Megafin, Sociedade Editora SA

Diretor
Filipe Alves

Subdiretores
André Cabrita Mendes, Leonardo Ralha, Lígia Simões e Nuno Vinha

Diretor de arte
Mário Malhão

Coordenação
Mariana Bandeira

Redação
Almerinda Romeira, Ânia Ataíde, Jéssica Sousa, João de Barros, José Carlos Lourinho, Mariana Bandeira, Maria Teixeira Alves, Rodolfo Alexandre Reis e Vítor Norinha

Área Comercial
Cláudia Sousa (Diretora), Elsa Soares, Isabel Silva, Ana Catarino e Cristina Marques

Fotografia
Cristina Bernardo, Lusa, Reuters e Unsplash

Design e Paginação
Rute Marcelino (Coordenadora)

Impressão
Jorge Fernandes

Revista distribuída com **O Jornal Económico** nº 2121 de 26 de novembro de 2021

Sede e Redação
Rua Vieira da Silva 45, 1350-342 Lisboa

O Jornal Económico

Um ano de grandes desafios

Filipe Alves
Diretor d'O Jornal Económico

O Jornal Económico publica mais uma edição do nosso anuário sobre as sociedades de advogados em Portugal. Nesta edição fazemos uma análise sobre os grandes desafios que as sociedades de advogados enfrentam em três áreas centrais: digitalização, talento e ESG (sustentabilidade ambiental, social e governance). Ouvindo líderes do sector e especialistas, analisamos os desafios e as oportunidades que as sociedades portuguesas têm pela frente em cada uma destas áreas. Além disso, à semelhança de anos anteriores, faremos uma antevisão das tendências que deverão marcar as diferentes áreas de prática. Temos também o habitual Fórum de Líderes, com as participações de responsáveis pelos principais escritórios de advogados que operam em Portugal.

O "Quem é Quem" fica completo com um diretório que contém as apresentações das sociedades de advogados portuguesas e dos respetivos meios de contacto.

A edição deste ano Quem é Quem é diferente das anteriores, porque passou a ser um produto multiplataforma, com conteúdos em papel, digital e multimédia. Além da edição impressa e da sua versão digital, temos peças em vídeo e podcast que estão disponíveis em www.jornaleconomico.pt, nas nossas redes sociais e em plataformas como Spotify e Google Podcast.

Resta agradecer a todos os que nos ajudaram a produzir mais uma edição do "Quem é Quem", com destaque para os profissionais que responderam às nossas questões e às sociedades que participam no anuário. O Jornal Económico vai continuar a acompanhar o sector da advocacia de negócios, dando voz à classe e antecipando desafios. A todos, um excelente ano de 2022.

05 **Análise**
Como está a advocacia a encarar a digitalização? Escritórios portugueses e ibéricos e empresas de 'legaltech' explicam o impacto da tecnologia na profissão e se o investimento lhes permitirá enfrentar a concorrência das Big Four.

08 **Entrevista**
Presidente da Associação de Sociedades de Advogados de Portugal, José Luís Moreira da Silva, refere que as maiores preocupação das firmas envolvem os avultados investimentos em inovação e as novas relações laborais.

12 **Análise**
Tema da sustentabilidade entrou de rompante nas sociedades de advogados. Juristas mostram-se prontos para assessorar os clientes na elaboração dos seus ESG [Environmental, Social and Corporate Governance] e na descarbonização.

16 **Análise**
Desafio do talento é uma never ending history. Especialistas de recursos humanos garantem que o melhor candidato é o que está mais próximo de poder dar o que procura, sendo que cada pessoa tem características únicas a potenciar.

38 **Fórum**
Os líderes das principais sociedades do mercado português escrevem sobre as suas expectativas para o próximo ano.

56 **Diretório**
Para reter, a informação essencial e os contactos das principais sociedades de advogados em Portugal.

Por Mariana Bandeira

ANÁLISE

Sociedades não descuram digitalização mesmo depois dos confinamentos

Escritórios e tecnológicas trabalham cada vez mais lado a lado, retendo as lições da pandemia. Opinião dos managing partners divide-se sobre se o investimento na transformação digital se deve à iminente concorrência das sociedades multidisciplinares

Há mais de dez anos que as sociedades de advogados estão a digitalizar as suas operações de modo a retirar aos juristas tempo de trabalho desnecessário, uma vez que os avançados sistemas tecnológicos conseguem completar as mesmas tarefas em minutos ou até segundos, mas se a passagem do papel e da caneta para os softwares de gestão processual já exigiu elevados investimentos o problema intensifica-se agora quando o que está em causa é dizer adeus ao hardware e investir em algoritmos.

O relatório da consultora norte-americana Gartner "Legal Planning and Budgeting for 2021" estima que se verifique uma transição digital acelerada no sector da advocacia: até 2025, os departamentos jurídicos das empresas triplicarão as suas despesas com tecnologia e nos próximos três anos as equipas legais terão automatizado 50% do seu trabalho jurídico relacionado com as principais transações corporativas. Em Portugal, pouco se sabe sobre que montante despendem as sociedades em tecnologia. No entanto, para tentar democratizar este acesso à tecnologia jurídica (legaltech), que ainda só é alcançável aos cofres das maiores firmas, a ASAP -Associação das Sociedades de Advogados de Portugal está a estudar mecanismos de apoio que envolvem a aquisição ou desenvolvimento de software próprio (ler entrevista nas páginas seguintes).

"A tecnologia é hoje tanto uma inevitabilidade quanto uma exigência. Os clientes esperam de nós formas de trabalhar diferentes e, para que isso seja possível, encaramos a transformação digital como um caminho contínuo, trans-

versal a toda a organização. Sentimos a necessidade de soluções suportadas por diferentes tecnologias, mas também de capacitarmos as pessoas para pensarem em termos digitais, e já não analógicos. Simultaneamente, preocupamo-nos com o nosso talento e, por isso, procuramos proporcionar aos advogados e às equipas que os apoiam soluções que os libertem de tarefas mais repetitivas ou que os auxiliem, conferindo maior segurança e rapidez", aponta Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ ao Jornal Económico (JE). "No final, ganham os clientes, que recebem trabalho de qualidade de alguma forma suportado por tecnologia que libertou os advogados para fazer o que nenhuma máquina ou sistema pode fazer. Por outro lado, ganham os advogados, já que é impensável trabalharmos como se trabalhava há 20 anos", afiança.

Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu Advogados, esclarece que este desafio de transformação tem sido abordado internamente através de mecanismos de trabalho remoto, com recurso a VPNs, serviços em formato online e na cloud e ferramentas colaborativas e de produtividade. "Beneficiam clientes e colaboradores, uma vez que garantem a necessária agilidade e flexibilidade do nosso trabalho diário e permitem-nos responder de uma forma mais célere aos pedidos e dúvidas. A forte aposta que temos feito na digitalização acarreta, necessariamente, esforços adicionais em termos de segurança. Esta tem sido assegurada através da constante monitorização levada a cabo pelo nosso Security Operations Centre que, desde 2019, e com recurso a inteligência artificial, tem sido fundamental na prevenção, proteção de dados e informação e no combate ao cibercrime, em articulação com organizações públicas e privadas de todo o mundo", sustenta.

Nos últimos cinco anos, a Garrigues alocou 55,1 milhões de euros à estratégia de inovação, o que se traduz em cerca de 3% das receitas anuais. "O mercado dos serviços jurídicos é muito diversificado. Compreender as empresas e desenvolver ferramentas tecnológicas que tornem os processos mais eficientes é fundamental, mas não devemos esquecer que o ativo fundamental deste sector continua a ser o talento, a formação e a experiência dos nossos profissionais", declara João Miranda de Sousa, sócio diretor de Garrigues em Portugal. "Hoje em dia, a procura de apoio especializado, qualificado e personalizado (nomeadamente, em M&A ou litígios complexos) coexiste com produtos jurídicos baseados na utilização intensiva da tecnologia, o que representa uma excelente oportunidade de expansão e diversificação para aquelas sociedades, tais como a Garrigues, que a encarem sem hesitações", afirma ao JE.

A dupla de líderes da PLMJ e da Abreu garante que o foco no digital em pouco se relaciona com a potencial concorrência das Big Four e de outras consultoras, numa altura em que se prevê a entrada de sociedades multidisciplinares em Portugal. "Não tememos a concorrência e já demos provas que sabemos lidar com a entrada de novos agentes no mercado", assevera Bruno Ferreira. Segundo Inês Sequeira Mendes, por detrás destes investimentos está apenas a evolução que o contexto socioeconómico global impõe. Porém, para Maria João Ricou, managing partner da Cuatrecasas em Portugal, há sempre questões de concorrência que se colocam. "A tecnologia adequada permite um melhor desempenho e uma maior eficiência em benefício dos nossos clientes: permite automatizar processos, partilhar informação de forma mais segura e rápida entre as nossas equipas e um maior foco dos advogados em trabalho de valor acrescentado. Nesta medida, é inquestionável que mais e melhor tecnologia contribui para o reforço da posição competitiva", argumenta ao JE.

Maria João Ricou dá o exemplo da nova sede da Cuatrecasas em Lisboa, um espaço mais digital e funcional, onde os advogados podem estar todos os dias da semana ou apenas três dias úteis por causa do "Smart Work", o modelo de trabalho híbrido implementado em novembro. "O projeto Paperless, que resultou numa redução, entre destruição e envio para arquivo externo, de quase 28 toneladas de documentação em papel é ilustrativo desta mudança de paradigma", exemplifica ainda.

STARTUPS DE 'LEGALTECH' CRESCEM A DOIS DÍGITOS

A apoiar os escritórios estão empresas como a Roox, que completa agora 20 anos de atividade dedicada ao sector da advocacia não só em Portugal, mas também nos PALOP, em países como Angola, Moçambique, e outras jurisdições de

língua portuguesa, entre as quais Macau. A tecnológica, que trabalha num universo de cerca de 7 mil advogados, teve um volume de negócios de aproximadamente 2,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2021, 12% superior aos números pré-pandemia. No entanto, admite que o ano passado foi "atípico" e marcado pelo adiamento de "alguns investimentos estruturantes", mas, simultaneamente, desenterrou algumas delebilidades, que obrigaram os clientes a investir.

"As sociedades de advogados já apresentavam uma predisposição para a adoção tecnológica mais avançada que outros sectores que conhecemos, mesmo antes da pandemia. A mesma veio, no entanto, expor algumas fragilidades na articulação das equipas em contexto de mobilidade, alavancando alguns investimentos não só ao nível das infraestruturas como também das plataformas de software em geral. Consideramos também que, no atual contexto concorrencial interno e externo, as sociedades necessitam de se diferenciar através da criação de serviços inovadores, sustentados pela proximidade e conhecimento do seu mercado", explica Hugo Farinha, Chief Operating Officer (COO) da Roox. "A geração e partilha de conhecimento interno, a comunicação mais dirigida e eficiente, a eliminação de ineficiências tendo em vista o aumento de rentabilidade ou ajuste de valor mais competitivo são também algumas das linhas de investimento suportadas por tecnologia", acrescenta ao JE o COO da Roox, que digitaliza sociedades com mais de dez advogados.

O mesmo se passa com a startup portuguesa Datalex, que comercializa ferramentas de gestão documental, cálculo de juros, coletânea de jurisprudência, faturação, referências Multibanco, portal do cliente, API (Application Programming Interface - Interface de Programação de Aplicações) ou calculadora de prazos judiciais para os escritórios. A empresa de software de gestão para advogados comentou ao JE que espera atingir os mil clientes até ao final deste ano e faturar mais 30% em termos homólogos. "É comum falar-se na necessidade de a advocacia ter de se modernizar, mas isso já é algo que está a acontecer. Reflexo dessa situação é o investimento que os advogados estão a fazer em tecnologia por forma a tornarem-se mais competitivos e eficientes, independentemente da dimensão da estrutura em que se encontram inseridos", assegura Filipe Costa Fonseca, managing partner da Datalex. "O estado da arte das aplicações modernas permite que se consigam obter recursos tecnológicos a um custo reduzido, deixando de ser algo reservado apenas a alguns escritórios com maior disponibilidade financeira. É certo que as necessidades variam quanto maior é a dimensão do escritório, mas existem algumas que são comuns a todos e, por esse motivo, relevantes para o exercício da profissão", refere.

A Datalex trabalha com advogados em prática individual, boutiques, sociedades de grande dimensão e departamentos jurídicos de empresas e associações e tem parcerias estratégicas assinadas com as associações ANJAP, JALP, APAPI e a Invoicexpress. Como tal, faz uma leitura transversal do trigger pandemia e não duvida de que "veio alterar a forma de o advogado exercer a profissão". "A inovação e a necessidade de transformação digital já eram um processo que se encontrava em curso, mas claramente foi acelerado pela circunstância de as medidas de confinamento terem obrigado os advogados a trabalharem remotamente, o que levou a inúmeras dificuldades de acesso a informação relevante e à gestão cooperativa das matérias com os demais colegas", diz Filipe Costa Fonseca.

Gartner prevê que até 2025 os departamentos jurídicos das empresas triplicarão as suas despesas com tecnologia

Por Mariana Bandeira

José Luís Moreira da Silva, presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP)

"Estamos a discutir adquirir e desenvolver software para democratizar acesso ao digital"

A associação quer dar às sociedades de advogados mais pequenas ou médias possibilidade de acesso a sistemas tecnológicos e algoritmos, porque "de forma seria muito difícil terem a capacidade" financeira.

O presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), José Luís Moreira da Silva, revelou ao Jornal Económico (JE) que a entidade que representa os escritórios portugueses está a ponderar comprar ou desenvolver software próprio para democratizar o acesso à tecnologia e conseguir que também as boutiques digitalizem as suas operações, uma vez que os sistemas mais avançados ainda só chegam às maiores firmas, com os cofres mais avultados.

O que mais preocupa os managing partners neste momento?

Temos variadíssimas preocupações, infelizmente, mas também derivadas das oportunidades que temos, deste relançar da economia, o que importa também, para um relançar das atividades das várias sociedades de advogados. Mas isso faz-nos repensar os problemas que já tínhamos antes da pandemia e os novos desafios que vêm da situação pandémica. No recente congresso das sociedades de advogados de Portugal, no CCB, onde estiveram presentes mais de 150 colegas, tivemos a oportunidade de debater isso através, por exemplo, de um painel sobre os novos desafios nas relações de trabalho, que nos preocupa a todos, na medida em que com o advento do teletrabalho, que veio para ficar pelo menos numa situação híbrida, haverá alguns colegas que regressam e outros alguns dias por semana em casa. Por isso, há que estabelecer um bom relacionamento entre todos, principalmente os que não estão. Há que manter uma boa relação profissional com eles. As sociedades de advogados são sociedades de profissionais. É preciso que estejamos todos em conjunto a trabalhar, a discutir ideias e a partilhar conhecimentos porque senão tínhamos os advogados em prática individual.

Que soluções estão a ser encontradas para manter essa cultura de empresa?

Muito investimento num segundo problema que temos que é a parte digital, que requer muito investimento, na criação de novos métodos de relacionamento, não manter toda a gente sempre em teletrabalho e fazer uma rotatividade são algumas das medidas que foram discutidas no nosso congresso pelos diretores de recursos humanos como solução para o futuro. Eu acho que é alguma aprendizagem comum que vamos testando e vendo como é que funciona.

> **"Nalguns casos extremos estamos a falar de 500 mil euros ou mais" de investimento anual em tecnologia, diz o sócio da SRS Advogados**

Falou no "problema" do digital. Refere-se ao investimento que acarreta?

Sim, o problema é o investimento, o valor avultado, que com esta situação tornou-se ainda mais premente. Era algo que já estava a ser feito, a maior parte das sociedades de advogados já estava a investir fortemente no digital - foi uma das razões que permitiu não haver uma grande disrupção na nossa atividade durante a pandemia - mas é um investimento grande que se impõe às sociedades, que é fundamental e não abrange só a compra de hardware ou novo software mas numa nova visão para a nossa atividade. Se pensarmos no meu tempo, quando comecei com a caneta e o papel, hoje "já nem existe". Há que pensar como foi dado esse salto e como será no futuro. Há imensas soluções que estão a ser pensadas e desenvolvidas por vários escritórios de advogados (algumas delas importadas de outras jurisdições como Estados Unidos e Inglaterra, que precisam de ser adaptadas à nossa maneira de ser e até à nossa legislação).

Por exemplo?

Meios digitais de inteligência artificial (IA), a aplicação de algoritmos que nos permitem, por exemplo, num due diligence legal em que é preciso analisar centenas senão milhares de documentos (e foi dado o caso de uma sociedade que está a analisar milhares de documentos, o que seria extremamente penoso e incluiria dezenas de colaboradores numa antes situação antes da IA e do digital) passar no software, que imediatamente deteta palavras chave e chama a atenção para determinadas situações em segundos. São realmente evoluções enormes que nos permitem dar uma poupança e uma mais-valia ao nosso cliente, que não tem de estar a pagar horas de trabalho inúteis quando pode ter o mesmo resultado realizado mais rapidamente e sem erro, que pode acontecer até pelo cansaço. A adaptação à nossa língua também tem sido um desafio, porque quando os softwares vêm em Português é Português do Brasil e a terminologia não é a mesma. O problema está ainda no custo excessivo. Isto está na disponibilidade de grandes sociedades de advogados, que tem essa disponibilidade financeira.

A ASAP tem noção de quanto é essa essa despesa anual?

Não temos valores concretos, mas serão sempre para cima de centenas de milhares de euros. Nalguns casos extremos estaremos a falar de 500 mil euros ou mais. Já lá vão bastantes anos, mas recordo-me de quando a SRS foi recriada da sociedade inglesa Simmons & Simmons, com a qual tínhamos uma parceria, em 2009, na altura ficámos com o software que utilizavam - que era extraordinária muito avançado para a época – e o valor de investimento foi superior a 600 mil euros. Estes investimentos são elevadíssimos e não param porque estão sempre a melhorar, está sempre a ser necessário fazer updates. Por isso, tem vindo a ser discutido no seio da ASAP se não haverá alguma forma de ser a própria ASAP a adquirir e a desenvolver algum software, permitindo com isso dar possibilidade às sociedades de advogados nossas associadas mais pequenas ou médias também poderem aceder a esse tipo de aplicações, que de outra forma seria muito difícil terem a capacidade.

Estão a formar uma equipa para desenvolver software interno?

Sim, seria isso que estamos a discutir entre nós, na ASAP, como uma das hipóteses para poder democratizar um pouco estas novas melhorias.

Estamos a falar de que horizonte temporal?

Ainda estamos muito no início. Precisamos de, pelo menos, mais um ano. Este investimento leva-nos a uma terceira grande discussão e um terceiro grande problema que temos - que também foi discutido no painel - que é a carga fiscal existente para as sociedades de advogados.

É um problema que vem de longe e mantém-se…

Mantém-se e cada vez mais agravado, porque começa a constituir neste momento uma situação de completa desigualdade relativamente a outras sociedades profissionais. Compreende-se que no início era uma solução justa e equilibrada, nos anos 80 quando começaram a ser formadas em Portugal, com a primeira lei de 1979, as situações informais de reuniões de colegas advogados em trabalho em conjunto e se formalizaram sociedades de profissionais. Eram dois ou três colegas, não excediam a dez, mesmo na PLMJ, Morais Leitão… Não era a realidade fantástica que hoje temos e que ombreia com outras no estrangeiro. No fundo, o Estado criou um regime fiscal que era perfeitamente adequado, em que os lucros da sociedade eram repartidos pelos sócios e tributados na sua esfera pessoal, em sede de IRS. Pelos estudos que temos vindo a fazer, ainda hoje é perfeitamente a aceitável para sociedades dessa dimensão, pequenas ou médias, de 20 advogados, até porque as taxas não serão muito diferentes. Agora para as que temos cada vez mais em Portugal, de 40, 50, 60,

> **“As sociedades são verdadeiras empresas que precisam de fazer investimentos em inovação, descarbonização e internacionalização, para criar emprego, e não conseguem com a carga fiscal”**

70, 100, 200 ou até 300 advogados é claramente algo que já não tem sentido. Já são empresas, têm os problemas das empresas e querem ser tratadas como uma empresa.

Porque é que acha que nunca houve essa atualização?

Parou no tempo. Se há das coisas mais conservadoras é o Ministério das Finanças e, dentro do Ministério das Finanças, o Fisco. Ainda olha para as sociedades de advogados como sociedades de pequena média dimensão, em que os sócios se confundem com a própria sociedade e não se consegue ver que a realidade mudou radicalmente. Temos verdadeiras empresas que precisam de fazer investimentos muito elevados em inovação, descarbonização e internacionalização, para criar mais e mais postos de trabalho. Não se consegue fazer isso com a situação fiscal que têm. Primeiro, é evidente que a tributar empresas em IRS e não em IRC não tem qualquer sentido. Depois, a desigualdade criada é brutal porque hoje em dia cada vez mais sociedades profissionais são tributadas como sociedades comerciais normais (de médicos, engenheiros economistas, contabilistas…) e ficaram apenas os advogados e os solicitadores impedidos de as criar e por isso têm de ser sociedades civis.

O Ordem disse à “Advocatus” que quer fazer uma fiscalização “mais efetiva” dos depósitos das contas das sociedades. Como vê essa intenção?

Vejo como perfeitamente normal. As sociedades de advogados hoje não são obrigadas a divulgar as suas contas. Para nós, pessoalmente em termos da SRS, não há qualquer problema porque desde que fomos criados a Simmons & Simmons era auditada por uma auditora internacional e mantivemos isso, portanto temos as nossas contas perfeitamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers. Não é obrigatório, mas se a Ordem quiser fazer essa fiscalização primeiro tem que ter em atenção que tem que mudar os Estatutos da Ordem dos Advogados, porque essa matéria não está prevista. Não pode fazer uma coisa sem ter uma lei que lhe permita. A associação não se opõe a essa fiscalização e a essa transparência, que é uma evolução diria mesmo natural. Se queremos ser empresas temos de ter essa situação como perfeitamente natural. Não elefante na sala nenhum. Hoje em dia até cada vez mais diretórios internacionais divulgam uma estimativa (não serão com certeza valores exatos ao cêntimo) com valores muito aproximados que correspondem à realidade de cada uma das sociedades.

Que perspetivas tem para o mercado?

Acho que cada vez mais há espaço para todos. Aliás, é o que se passa numa sociedade desenvolvida, em que a economia funciona normalmente e há espaço mais do que suficiente para as sociedades pequenas, que no fundo não querem crescer porque são aquilo que são, têm os seus clientes bem definidos, e para as médias ou maiores. Tudo tem a ver com o seu objetivo, a sua finalidade e os valores que são fixados por cada. A diversidade é sempre boa. A sociedade não pode é ser coartada no que pretende fazer. Se eu quiser crescer para 300, 500 ou mil advogados, como outras internacionais, não devo ser proibido de o fazer nem devem ser impostas condições que me impeçam materialmente de o fazer, desde logo com a questão fiscal que vimos há pouco. Uma das maiores questões, como sabe, que está em discussão – enfim, agora o diploma vai cair com a dissolução da Assembleia da República – é sobre as ordens profissionais e a multidisciplinaridade, que o nosso estatuto proíbe ao obrigo de uma exceção na diretiva da União Europeia que pretende instalar sociedades multidisciplinares em todos os Estados-membros. Portugal impediu que as sociedades de advogados fossem multidisciplinares. A nossa perspetiva é bastante aberta relativamente a isso. Não somos contra, porque se queremos fazer isso por que não? Desde que seja devidamente regulado. Perguntam se não é possível. Então,3 não é? Vemos na vizinha Espanha, em França e na Alemanha – e não é um tema.

Por Jéssica Sousa

Elaboração de ESG e tornar descarbonização em oportunidade são principais desafios para advogados

Especialistas consideram que os critérios ESG pesam cada vez mais em matéria de decisões de investimento e que por isso devem ser encarados como prioridades na atividade das sociedades nos próximos anos

Portugal encontra-se neste momento numa posição de liderança por ter sido o primeiro país no mundo a assumir um Roteiro para a Neutralidade Carbónica até 2050 e por estar inserido no primeiro grupo continental que garantiu assumir a mesma transição até 2050, ao abrigo da Lei Europeia do Clima, do Pacto Ecológico Europeu e do Pacote "Fit For 55".

E apesar do país ter em cima da mesa várias oportunidades de crescimento (como a exploração do hidrogénio, a implementação de soluções à base de biocombustível, eletrificação de transportes e incorporação de energias renováveis), surgem com elas desafios tanto a nível político como jurídico.

"É certo que a adoção num curto espaço de tempo de um leque verdadeiramente transformativo de medidas de política ambiental e económica constitui um claro desafio para os próximos anos, desde logo pela necessidade de compatibilização transversal de regimes jurídicos autónomos mas cada vez mais interligados (v.g., em sede de planeamento, regulação administrativa, fiscalidade verde) ", explica ao Jornal Económico o counsel de Energia e Meio Ambiente da sociedade de advogados Úria Menéndez – Proença de Carvalho,

"No entanto, os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR] e do quadro financeiro Portugal 2030 poderão constituir uma oportunidade única para dar cumprimento aos desígnios da transição climática e proteção ambiental".

Ao abrigo do PRR, Portugal deverá receber 16,6 mil milhões de euros ao longo do período de vigência do seu plano, tendo já recebido 2,2 mil milhões de euros dos fundos europeus este ano. Ao todo, a dotação do PRR alocada ao pilar da transição climática é de 3.059 milhões de euros, estando alocados 495 milhões de euros à agenda verde para a inovação empresarial, inovação da agricultura e agroindústria, 615 milhões de euros dedicados à sustentabilidade e coesão territorial e 390 milhões de euros alocados à gestão hídrica. Feitas as contas, o PRR dedica a matérias ambientais cerca de 4.560 milhões de euros que serão aplicados em várias áreas de atuação.

"[Trata-se] de uma oportunidade única que, bem aproveitada, permitirá canalizar do Estado para os operados económicos os meios necessários à transformação ambiental", frisa , João Louro e Costa.

MAS O QUE SIGNIFICA ISTO PARA OS ADVOGADOS?

"Em 2022, temos que estar prontos para assessorar os nossos clientes na elaboração dos seus ESG [Environmental, Social and Corporate Governance] e na transformação dos desafios da descarbonização em oportunidades", frisam os sócios e coordenadores da Telles Ambiente e Alterações Climáticas, ao JE.

"Os contratos de licenças de emissões, o mercado de carbono, a fileira dos resíduos e a criação de mecanismos de valorização/compensação de ecossistemas, a par com a eficiência hídrica e a produção e consumo de energias renováveis em regime de autoconsumo, quer individualmente, quer agregado em comunidades de energia re-

novável, vão seguramente estar presentes nas agendas de quem trabalha o Direito do Ambiente", afirmam Ivone Rocha e Bruno Azevedo Rodrigues, acrescentando que 2022 "será um ano da valorização dos ecossistemas e de criação de mecanismos de compensação, bem como de desenvolvimento do mercado de carbono. Por sua vez a neutralidade carbónica lança desafios a toda a economia, será um ano importante de implementação de novas práticas".

Para Susana Vieira, sócia da Macedo Vitorino e coordenadora da área de Direito Imobiliário, que inclui o Direito do Ambiente, "a sustentabilidade ambiental do investimento e a compliance ambiental que cruza as áreas de Direito do Ambiente e de compliance", são as principais tendências do próximo ano, argumentando que "a componente ambiental é um dos três pilares do ESG e um elemento cada vez mais relevante na análise que os agentes económicos e a sociedade fazem das empresas e da sua atividade".

"Exige-se hoje às empresas que tenham um impacto positivo na comunidade em que se inserem e a componente ambiental, de sustentabilidade da sua atividade e de compliance, é um dos elementos que contribui para esse impacto positivo", frisa, referindo também que outro aspeto a destacar "está relacionado com a busca de soluções ambientalmente mais sustentáveis, muitas vezes com uma forte componente tecnológica, em áreas de atividade tão diversas como a construção, a produção de energia elétrica, a floresta e a agricultura ou os transportes, o que fará com que o Direito do Ambiente adquira uma maior relevância em todas estas atividades".

2022 SERÁ UM ANO DE "IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS"

Questionado sobre se estas novas oportunidades obrigaram a uma mudança de rumo no plano de ação das sociedades no âmbito do Direito do Ambiente, João Quintela Cavaleiro garante que não, assumindo que a boutique Cavaleiro & Associados, no Porto, manteve "o trabalho que temos vindo a desenvolver na última década".

"Historicamente, somos uma sociedade com provas dadas no sector e sentimos que a zona Norte e Centro, com pendor industrial tem assumido preocupações ambientais, posicionando-se agora de forma pro-activa", diz, argumentado que estas regiões estão "a liderar projectos inovadores no sentido da descarbonização)".

Por sua vez, na Telles o rumo em prol da sustentabilidade e proteção ambiental vai adensar-se nos próximos 12 meses, argumentando que "2022, será um ano da valorização dos ecossistemas e de criação de mecanismos de compensação, bem como de desenvolvimento do mercado de carbono", apesar da neutralidade carbónica continuar a lançar "desafios a toda a economia".

Ainda assim, Ivone Rocha e Bruno Azevedo Rodrigues mantém o otimismo, afirmando que "será um ano importante de implementação de novas práticas".

Já a sociedade com atividade aberta em Espanha, Perú, Colômbia e Chile, explica que graças ao precedente criado na União Europeia com a condenação anunciada pelo Tribunal de Haia, este ano, em que ficou determinado que a Royal Dutch Shell teria que cortar as suas emissões de carbono em 45% até 2030, as empresas nacionais e europeias poderão ter, daqui para a frente, o dever de cumprir com a sua quota-parte para combater as alterações climáticas, apesar de essa ainda não ser uma prática em Portugal

O recém saído das Faculdades de Direito leva invariavelmente dinâmica e frescura ao escritório de advogados e encontra, por norma, uma vincada cultura de empresa

"Tanto quanto é do conhecimento público, não foram até ao momento propostas em Portugal ações judiciais contra pessoas coletivas de direito privado no contexto do alegado incumprimento de deveres de responsabilidade social, com vista à redução de emissões de carbono. Não obstante, a crescente incidência de contencioso das alterações climáticas e o possível efeito de arrasto para os tribunais nacionais, levou-nos a criar no seio da nossa equipa de Direito do Ambiente um grupo de monitorização e acompanhamento destes casos – para 2022 apontamos ao aprofundamento e partilha de conhecimentos neste âmbito", explica João Louro e Costa.

E ainda que 2022 prometa ser um ano desafiante a nível de estabilidade política e aplicação dos fundos do PRR, o advogado Quintela Cavaleiro afirma "o Direito do Ambiente caminha paredes meias entre estes dois mundos e Portugal tem de estar alinhado com a EU- que se assume como o grande bloco mundial que lidera o combate às alterações climáticas".

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA
Global
School of
Law

A statement of excellence

DIREITO GLOBAL

Para uma carreira sem fronteiras

LL.M.

Law in a European and Global Context

Law in a Digital Economy

International Business Law

2022/2023 Candidaturas abertas

Early Bird até 31 janeiro!

www.catolicalaw.fd.lisboa.ucp.pt
catolica.law.sede@ucp.pt

PARCEIROS

Abreu: advogados

CUATRECASAS

M L MORAIS LEITÃO
GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA & ASSOCIADOS

PLMJ

VdA VIEIRA DE ALMEIDA

VdA Academia

Por Almerinda Romeira

Captar talento não é apenas atrair os melhores alunos

Para a sociedade de advogados, o melhor candidato é o que está mais próximo de poder dar o que procura. Cada pessoa tem características únicas e são essas qualidades que as firmas querem potenciar.

Esta é uma história que se escreve por linhas direitas. João Soares Carvalho sabe isso e agradece à sorte: "sinto que estou no sítio certo, na altura certa". O jovem advogado estagiário da Abreu Advogados gosta de desafios e de ser desafiado. Nesta grande firma com sede em Lisboa encontrou uma resposta que não podia ser mais completa face ao que tinha idealizado. "Um estágio rotativo como aquele que a Abreu Advogados oferece permitiu-me a exposição a problemas complexos e interessantes nas mais variadas áreas do Direito, contribuindo também, positivamente, para o meu trajeto de crescimento". Além disso, acrescenta, a progressiva integração nas equipas de Financeiro e de M&A (Mergers and Acquisition) tem ido ao encontro das suas expectativas de "trabalhar com pessoas altamente qualificadas e, ao mesmo tempo, excelentes formadores".

Um recém saído das Faculdades de Direito leva invariavelmente dinâmica e frescura ao escritório de advogados e encontra, por norma, uma vincada cultura de empresa. Quando as duas vertentes encaixam, o resultado é promissor. "O percurso de um advogado-estagiário é, em grande medida, uma etapa de (auto) descoberta", diz João Soares Carvalho. No curto prazo, o advogado estagiário da Abreu espera "continuar a aprender e crescer profissionalmente todos os dias". E depois? "Na meta final, a ambição é tornar-me um advogado completo, competente e inovador", salienta ao Jornal Económico. "Como não se cresce sozinho — explica — a minha expectativa é integrar uma equipa altamente competente e dinâmica, junto da qual possa potenciar o meu desenvolvimento profissional". Em paralelo, João Soares Carvalho espera manter a ligação estreita com as universidades e com o saber académico, que considera absolutamente chave na advocacia.

Com uma faturação de 33,6 milhões de euros em 2020 e mais de 300 colaboradores, a Abreu Advogados é uma das maiores e mais atrativas firmas para trabalhar em Portugal. Alexandra Courela, sócia e responsável pelo programa de recrutamento e Jessica Pereira, diretora de Recursos Humanos, revelam o trunfo ao JE: "na Abreu Advogados olhamos o mundo numa perspetiva diferente e não vemos o recrutamento como um mero processo para colmatar vagas. Sabemos que cada pessoa tem características únicas e são essas qualidades que queremos potenciar em cada um dos nossos profissionais".

A firma lançou recentemente uma nova campanha de recrutamento "People Like You" que vai precisamente ao encontro desse posicionamento e que tem uma

Alexandra Courela
Sócia e responsável pelo programa de recrutamento da Abreu Advogados

Jessica Pereira
Diretora de Recursos Humanos da Abreu Advogados

Paula Ferreira Borges
Diretora Geral da SRS Advogados

João Soares Carvalho
Advogado estagiário da Abreu Advogados

João Ramos de Freitas
Associado Júnior do Departamento de Litigation na SRS Advogados

perspetiva mais humana e próxima de cada candidato. "Acreditamos que esta visão estratégica, a juntar ao facto de sermos uma das maiores sociedades de advogados em Portugal, com presença em vários mercados internacionais e projetos em diversas áreas de prática e setores de atividade, são aspetos importantes no processo de captação de talento num mercado cada vez mais competitivo", explicam.

A SRS Advogados fatura cerca de 15 milhões de euros anuais e conta com uma equipa de uma centena de advogados. No grande e competitivo jogo do talento, esta firma, sediada na capital, entra em campo exibindo um trunfo de peso: a "transparência". Paula Ferreira Borges, diretora geral da sociedade, afirma sem mas nem meio mas: "a SRS procura apresentar-se aos seus candidatos tal como é: uma sociedade de advogados que aposta na proximidade dos seus clientes e dos seus colaboradores. Para nós, captar talento não significa apenas ser capaz de atrair os melhores alunos, vai além disso… significa identificar colaboradores (advogados e business services) que se identifiquem com os valores da SRS Advogados, o seu modelo de trabalho, a sua cultura".

O processo de recrutamento só é efetivamente bem sucedido quando é win-win, i.e., bom para a SRS e bom para o candidato. João Ramos de Freitas, associado júnior do Departamento de Litigation, é o rosto de um encontro bem sucedido. "A excelência dos profissionais do meu escritório (SRS) tem-me permitido fazê-lo, crescendo diária e sustentadamente", diz-nos. O jovem esclarece que a advocacia é uma profissão altamente exigente e não existem atalhos para se alcançar o sucesso. "Sei que um dia quero liderar uma equipa e também sei que, para lá chegar, devo concentrar-me agora no desenvolvimento das minhas competências técnicas".

O INCENTIVOS À PERMANÊNCIA

Regressando à Abreu Advogados, Ale-

xandra Courela, sócia e responsável pelo programa de recrutamento, e Jessica Pereira, diretora de Recursos Humanos apontam o leque de benefícios extrassalariais como desempenhando um papel muito importante tanto na captação como na retenção do talento. Do leque fazem parte programas de formação e mentoring personalizados de acordo com as características e áreas de cada um; e flexibilidade nas escolhas de carreira e de áreas de especialização, com um acompanhamento próximo por parte de cada equipa ou pela promoção de um modelo de trabalho híbrido fazem parte da Abreu.

Na ótica mais pura da retenção, as responsáveis da Abreu destacam o facto de esta ser a "primeira Sociedade de Advogados em Portugal a ter um Happiness HUB" — uma área totalmente dedicada à promoção e acompanhamento ativo do bem-estar de todos os os profissionais, através da promoção de programas de melhoria da cultura corporativa, através de talks internas e sessões de coaching e do encorajamento do trabalho de equipa.

O recém saído das Faculdades de Direito leva invariavelmente dinâmica e frescura ao escritório de advogados e encontra, por norma, uma vincada cultura de empresa

A "retenção" do talento é também algo que nos deve deixar a pensar depois de ouvir Paula Ferreira Borges. A Diretora Geral da SRS Advogados, confessa ter sentimentos contraditórios quanto à expressão e explica que "uma organização bem sucedida não deve "reter" ninguém, deve sim providenciar continuamente as condições para que os seus colaboradores tenham vontade de aí permanecer e construir a sua carreira e isto só acontece se lhes forem dadas boas condições de trabalho (equipamento, espaço, flexibilidade, remuneração justa) e a possibilidade de aprender, errar e evoluir".

Para Paula Ferreira Borges, estes requisitos pressupõem também exigência e rigor, caso contrário a meritocracia será uma falácia. "Se me perguntar se a SRS cumpre com todos os requisitos, com a mesma transparência que refiro no início terei de responder que ainda não, mas é aqui que nos queremos posicionar, é para isto que trabalhamos e queremos connosco pessoas que se identifiquem com estes desígnios". Propósito mais claro, é impossível.

Wolters Kluwer | JusNet

Faça como nós: **encontre de forma eficiente e eficaz**

JusNet a melhor solução de informação jurídica

- Pesquisa inteligente
- Todo o tipo de conteúdos
- Facilidade de consulta
- Informação
- Onde quiser

Wolters Kluwer

www.jusnet.pt

Antevisão do ano 2022 para as principais áreas de prática

O Jornal Económico ouviu especialistas e fontes do mercado sobre o que reserva o ano de 2022 para as principais áreas de prática na advocacia de negócios, das grandes tendências às alterações legislativas e regulatórias.

Direito do Ambiente

Por Jéssica Sousa

A sustentabilidade e a proteção ambiental estão na ordem do dia e devem ser prioridade na tomada de decisões para o futuro – isto numa altura em que ainda se processam as conclusões da COP26, cimeira onde, segundo os especialistas em direito do ambiente consultados pelo JE, foram priorizadas decisões com foco na recuperação económica invés dos limites ambientais.

De acordo com os advogados, o direito do ambiente vai enfrentar nos próximos anos grandes desafios, nomeadamente, consolidar-se como um instrumento a favor da descarbonização da economia, potenciar a economia circular e toda a cadeia de valor de resíduos, viabilizar a valorização económica dos ecossistemas e permitir a construção de novas soluções e instrumentos de financiamento sustentável. Mas uma vez que nos encontramos perto da virada do ano, o foco coloca-se sobre os desafios e oportunidades em 2022.

A nível nacional, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) representa tanto uma oportunidade – devido ao pacote financeiro que será disponibilizado (16,6 mil milhões de euros) e que potenciará o desenvolvimento de projetos transformadores e inovadores – mas também um desafio pelo compromisso que representa e as consequências que trará caso não seja concretizado. Um desses projectos transformadores, e no qual Portugal assume uma posição de relevância na União Europeia (EU), é o Plano Nacional do Hidrogénio. A legislação neste âmbito representa uma oportunidade para a indústria e transportes uma vez que o hidrogénio pode ser combinado com outras soluções renováveis e atrair, também, investimento internacional.

A nível europeu, antecipa-se a aprovação do Fit for 55 – que trará consigo alterações substanciais ao atual Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), nomeadamente, a nível dos preços do mercado de carbono (regularizado na COP26) – e a apresentação da iniciativa de Descarbonização do Sector do Gás. Ambos temas com particular relevância uma vez que permitirão a viabilização de projectos em território nacional, nomeadamente, a definição de um mecanismo europeu de garantias de origem para gases de origem renovável e até mesmo o consenso em torno do conceito de renovabilidade dos gases, em particular no que respeita à aceitabilidade de hidrogénio proveniente de hidrólise com recurso a energia nuclear.

E ainda que 2022 arranque sob instabilidade política, os advogados olham para o próximo ano como um de excelência, argumentando que os eventuais impactos devem ser calibrados mais à frente, dada a pujança e o consenso político e legislativo em matéria ambiental.

Arbitragem

Por Vítor Norinha

Lisboa passou a ser uma solução de compromisso como centro de arbitragem para multinacionais com negócio na África lusófona. Não se fez mais do que Madrid tinha feito há umas dezenas de anos, afirmam juristas ligados a estes processos. Lisboa, através da CCIP (Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa) tem tido capacidade para atrair arbitragens internacionais e está a ganhar pontos em relação ao grande centro de arbitragens de Paris, a CCI (Câmara de Comércio Internacional) e isto porque consegue ser um ponto geográfico de equilíbrio entre países africanos e investidores internacionais. As grandes multinacionais, sobretudo nas áreas dos hidrocarbonetos e mineiras, e que investem muito em África, perceberam que era complicado usar a CCI para dirimir conflitos nas arbitragens de negócios e isto porque os Estados desses países não queriam as regras da Câmara de Comércio francesa, argumentando que os conflitos lhes fugiam de controlo e foi a partir daqui que a CCIP começou a trabalhar com partes que nem sequer são portuguesas.

Uma das críticas que se faz às arbitragens é o facto de a imparcialidade ser algo incerto, sendo que a maioria dos árbitros são professores universitários, juízes jubilados e advogados com vertente académica e a possibilidade de haver conflitos de interesse é muito forte, independentemente de os árbitros assinarem a declaração de independência. Diferentemente um juiz não dá azo a tantos conflitos de interesse. As arbitragens são potencialmente mais caras relativamente aos tribunais comuns e não é excluí custos entre os 600 mil e os 800 mil US dólares para dirimir conflitos com valores da ordem dos 50 milhões de US dólares, já que existem custos administrativos, dos árbitros, dos peritos e dos advogados. A CCI tem, inclusive, tabelas. Uma das grandes vantagens das arbitragens é ainda a especialização, pois os árbitros conhecem profundamente os temas ligados aos negócios, e são assessorados por peritos. Outro fator favorável é a rapidez e a CCIP é mais rápida do que a CCI com processos que em média levam um ano a ano e meio contra dois anos da entidade de Paris. Estes mesmos processos arrastar-se-iam durante anos num tribunal comum. Ainda dentro da arbitragem de negócios foi criada a arbitragem expedita e em que o conflito é resolvido com apenas um árbitro e em seis meses. A CCI estabelece o limite de três milhões de US dólares para a ação. Por outro lado, não havendo hipótese de recurso nas arbitragens (exceto em situações de ilegalidade), existe o escrutínio da sentença e que mais não é do que o trabalho de organismos internos que irão escrutinar se a sentença é, ou não, a adequada. E isto acaba por ser um recurso sem ter a burocracia dos recursos. Todos os temas são suscetíveis de serem resolvidos via arbitragem, estando apenas condicionados pelo valor, já que uma ação de 1 milhão de US dólares não fez sentido ir a tribunal arbitral de negócios pois metade seria perdido em custos. Mas há ainda situações em que a arbitragem não se aplica e os exemplos mais conhecidos são os das privatizações em países africanos cuja norma enquadradora diz expressamente que os eventuais litígios serão resolvidos nos tribunais do país.

As arbitragens dos litígios acabam, em Portugal, por passarem pelos grandes escritórios, e que sistematicamente são os mesmos. Fontes ligadas ao setor explicam que isso acontece porque os maiores clientes vão parar aos maiores escritórios e só os grandes clientes é que têm recursos para arbitragens privadas. É forçado extrapolar-se que exista um "cartel" de escritórios que dividem os casos entre si. Nas arbitragens que envolvem o Estado existe a coincidência de serem sempre os mesmos três escritórios contratados. Quem recorre às arbitragens é geralmente empresas estrangeiras, o que está ligado a uma tradição anglo-saxónica, embora a Suíça, países nórdicos, o Brasil e também Espanha estejam a aderir a este modelo para resolver conflitos. Aliás, nos grandes negócios privados os escritórios de advogados insistem sempre em colocar uma cláusula arbitral.

Diferente é a arbitragem institucionalizada ligada ao setor automóvel, consumo, seguros, imobiliário ou tributário.

Compliance O negócio da prevenção

Por Ricardo Santos Ferreira

A necessidade de adequação a diferentes quadros regulatórios – de que o regulamento para proteção de dados será um exemplo maior –, a atividade mais assertiva dos reguladores – com a multiplicação de processos de contraordenação, com coimas elevadas – e uma diferente perceção do risco por parte das empresas têm sido motores para a evolução da área de pática de compliance, que tem crescido e ganhado relevância

nos escritórios, pela procura que suscita. A mediatização de processos de crime económico, de que os relacionados com o Banco Espírito Santo são o mais relevante exemplo, também motivaram uma maior atenção dos agentes económicos.

A perceção dos advogados com quem o Jornal Económico falou é de que esta tendência de crescimento tem condições para ser reforçada, com uma cada vez maior aposta na prevenção, para as organizações que o podem fazer, e de uma forma transversal, já não tão centrada na área financeira.

"As empresas, especialmente as grandes empresas – as PME não têm a mesma capacidade –, começam a perceber que a aposta na prevenção do ilícito compensa", afirma um especialista. A aprovação do pacote legislativo anticorrupção, na Assembleia da República, que premeia a existência de mecanismos de compliance nas empresas e que reforça as penalizações por corrupção incentiva esta tendência. Num futuro próximo acrescerá a esta tendência a transposição da diretiva europeia do whistleblowing, adotada já em 2019.

O movimento a que se assiste em Portugal, generalizado e seguindo um caminho que já foi trilhado noutros mercados, é de as empresas contactarem os escritórios de advogados não quando os problemas sucedem, mas antes disso, de forma preemptiva, para que aqueles não aconteçam ou, se forem inevitáveis, para que possam ser geridos. Isto acontece de duas formas, através da definição de processos e formas de atuação que mitiguem eventuais faltas ou através de investigações internas, seja proactivamente ou reactivamente.

Esta é uma tendência que se deverá manter. "Tem havido, de uma forma muito consistente e muito recorrente, uma aposta na prevenção", diz um especialista.

Depois, quando os problemas são inultrapassáveis, com estreita ligação, então, à área de penal, a proatividade, através da investigação interna, tem como objetivo identificar riscos e permitir a gestão de processos que são, geralmente, lentos e têm custos reputacionais. E aqui os escritórios recorrem, cada vez mais, a ferramentas tecnológicas para lidarem com grandes volumes de informação.

Contencioso

Por Ânia Ataíde

Um crescente aumento dos processos judiciais e um maior peso dos processos de insolvência e de revitalização é o retrato que os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico (JE) esperam da área do contencioso em 2022. "Espera-se um crescente aumento dos processos judiciais e, bem assim, das diligências judiciais que estiveram suspensas durante grande parte do período da Pandemia o que levará a um maior atraso na conclusão dos processos com os danos que tal acarreta para as partes", refere uma das fontes ouvidos pelo JE, que acrescenta que "as crises sanitária, económica e financeira levarão, por certo, a um enorme relevo dos processos de insolvência e de revitalização, assim como do contencioso de massa em torno dos NPS's".

A mesma fonte recorda que na área do contencioso verificou-se em 2021 "um crescimento substancial dos conflitos relacionados com o incumprimento de contratos comerciais, fruto das alterações que a pandemia trouxe à execução dos mesmos". Tal, assinala, influenciou "de forma dramática os preços de mercado", "empurrando a Parte mais fraca nesses contratos para situações precipitadas de incumprimento contratual e que levaram inúmeras sociedades à insolvência".

"Tudo seria de evitar se o Estado, no momento próprio, tivesse criado diplomas legais que obrigassem as Partes nos referidos contratos a adequar as condições contratadas a uma alteração das circunstâncias que não era previsível", defende, apontando uma outra tendência: "o contencioso penal com base em alegada fraude fiscal, pela hiper-criminalização dos ilícitos fiscais".

Certo é que a pandemia também trouxe alterações na forma de trabalho na área. "Diria que foi a pandemia que mudou a forma de os advogados aproveitarem a digitalização e a revolução tecnológica. Os meios há já muito tempo que estão à disposição, mas só agora é que os advogados foram obrigados a utilizá-los como verdadeira ferramenta de trabalho", vinca uma fonte da área. E exemplifica: "fizemos uma experiência muito interessante que nos demonstrou que uma reunião efetuada através de plataformas digitais demora metade do tempo do que a mesma reunião efetuada presencialmente. Com isso ganha o cliente e ganham os advogados – tempo".

Quais são os desafios para 2022 para o Direito de Corporate & M&A?

Por Maria Teixeira Alves

Os advogados especialistas nas áreas de Direito de Corporate e Fusões e Aquisições (M&A) têm boas expetativas para 2022, desde que a crise pandémica não regresse às economias.

"A saída da crise e o Plano de Recuperação e Resiliência vão conduzir a fenó-

menos de consolidação em diversas áreas, em particular em áreas financeiras, telco, construção, turismo e indústria", refere ao Jornal Económico um dos advogados especialista em fusões e aquisições. "Para além disso, é de esperar que a abertura da economia atraia investimento estrangeiro, continuando o processo que já se sente nestes anos", acrescenta o mesmo advogado.

"Seria bom que o mercado de capitais se revitalizasse, mas as esperanças de isso acontecer já começam a desaparecer", refere um dos advogados contactados especialistas em fusões e aquisições e em mercado de capitais.

O mercado de fusões e aquisições parece ter recuperado desde a pandemia de Covid-19, ultrapassando este ano os níveis de anos anteriores. O mercado transacional português registou, até setembro, 361 transações e movimentou 9,5 mil milhões de euros. De acordo com o relatório mais recente divulgado pela plataforma tecnológico-financeira Transactional Track Record (TTR) e pela empresa de software de gestão de transações Datasite, o número de transações registou assim um aumento de 25% no acumulado do ano até ao terceiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2020. Só no terceiro trimestre foram contabilizadas 141 fusões e aquisições, entre anunciadas e concluídas, por um total de 4,1 mil milhões. No entanto, houve uma diminuição de 38% do capital mobilizado nos primeiros nove meses deste ano, segundo o mesmo estudo.

Para 2022 um dos advogados disse esperar "que seja melhor do que 2021, que, por sua vez, deverá revelar-se melhor do que 2020". O mesmo jurista aposta mais nas áreas de imobiliário e turismo; empresas tecnológicas; empresas do sector das energias (sobretudo renováveis) e empresas exportadoras, nomeadamente do setor dos moldes, como protagonistas de operações de M&A (fusões e aquisições) em Portugal.

A mesma opinião é partilhada por outro advogado, especialista nesta área. "Os trends do M&A em Portugal para 2022 incidirão nos sectores da energia renovável, das ciências da vida (saúde), TMT e real estate (imobiliário e turismo). O sector da logística é também um sector apetecível".

Os advogados especialistas nas áreas de Direito de Corporate e Fusões e Aquisições têm boas expetativas para 2022, desde que a crise pandémica não regresse às economias

Uma das operações de aquisição que o mercado espera é a venda da Efacec a um dos candidatos portugueses que estão na corrida – DST e Sing. O processo não ficará concluído nesta legislatura e, portanto, voltará a ser uma das operações esperadas para 2022. Mas haverá mais, nomeadamente no setor das energias verdes, como a energia solar. Para já, há um leilão para centrais solares em barragens que arranca a 24 de novembro, segundo disse o Ministro do Ambiente ao Jornal Económico (JE).

"É evidente que a sustentabilidade, a inovação e investigação e desenvolvimento e as infraestruturas, áreas onde os fundos do PRR recairão, serão áreas que poderão atrair investidores para virem às compras de empresas", refere um advogado contactado pelo JE.

"A re-industrialização europeia pode

atrair investidores operacionais e o fenómeno dos nómadas digitais pode trazer algum dinamismo ao real estate e ao turismo, bem como ao mercado de venture capital", defende o mesmo advogado.

No entanto, ressalva, "o ambiente macroeconómico pode alterar-se. A inflação anunciada e consequente crescimento das taxas de juro podem trazer algum constrangimento ao endividamento necessário ao financiamento de aquisições de empresas".

Por outro lado, "o excessivo endividamento das empresas portuguesas, com o peso crescente dos encargos financeiros, pode colocar no mercado empresas interessantes, desde que sejam nos setores acima referidos", explica ao Jornal Económico o mesmo especialista.

Os advogados defendem que "continua a haver dinheiro nos mercados e vontade para aproveitar activos baratos, enquanto se negoceiam as empresas com base nos EBITDA deprimidos pela crise sanitária (2020 e 2021)".

"Uma das tendências que assistimos é, para se chegar a um preço mais justo, fazer uma média com o EBITDA de 2019, pré-pandemia", acrescenta o mesmo advogado contactado pelo JE.

"O mercado é agora controlado pelos compradores, assistindo-se pouco a processos competitivos e a negociações com base em acordos de exclusividade", defende um dos advogados especialista na área de Corporate e M&A.

O mesmo advogado prevê que "as médias empresas, com facturações de 10 milhões e 50 milhões de euros e com EBITDA de 1 milhão a 5 milhões são as empresas que se negociarão em maior volume".

"As operações de maior dimensão poderão estar ligadas a processos de fusão, por ex. na banca", conclui o mesmo advogado.

Na banca há ainda alguns processos em aberto, como a venda do Atlantico Europa, do BNI Europa, do Banco Português de Gestão, e do EuroBic. Há ainda o Banco Efisa que permanece envolto em incerteza em relação ao futuro.

Mas a grande peça no xadrez da banca é o Novobanco que em 2022 fica livre dos compromissos de Bruxelas, podendo a Lone Star, nessa altura, vender ou em alternativa pôr o Novobanco a ser um player comprador.

Também a sociedade gestora de fundos de Pensões, Previsão, detida pela Altice aguarda a concretização da venda.

"O private equity e o venture capital terão alguma capacidade de crescimento", refere um advogado que defende que a "nacionalidade dos investidores será sobretudo espanhola, Inglesa (devido ao brexit) e francesa. Os EUA e os chineses poderão ser atraídos por grandes empresas, as quais são raras em Portugal".

Direito do Desporto: centralização dos direitos de TV domina atenções

Por José Carlos Lourinho

Com a aprovação pelo Governo da centralização dos direitos televisivos, com efeitos a partir de 2028/29, os especialistas do direito do desporto acreditam que este será o tema dominante a partir de 2022, no que concerne ao direito do desporto. É crível que o próximo ano possa, a este nível, ser um ano de viragem relativamente a tendências que podem marcar o universo desportivo até ao final da década. A mudança de paradigma que se espera que seja trazida para Portugal pela centralização dos direitos televisivos, poderá, no entender destes especialistas, alastrar-se a outras dimensões da gestão dos clubes. A relação adversarial entre os emblemas do futebol português, que marca o cenário da principal Liga, deverá dar lugar a outro tipo de dinâmica, em que os clubes terão de agir como sócios em vez de o fazer como rivais. Os especialistas consultados pelo JE acreditam que existem grandes desafios que se colocam ao tema da centralização dos direitos televisivos na Liga portuguesa, sobretudo num contexto em que as principais Ligas têm dificuldade em vender os seus direitos de TV por valores superiores àqueles que já foram negociados no passado. Existe uma expectativa significativa relativamente àqueles que serão os valores acrescidos da centralização e o que acontecerá caso não seja possível transacionar esses direitos por valores superiores àqueles que os clubes, sobretudo os três "grandes", auferem atualmente.

Ao nível europeu e mundial, são outros os temas em aberto no que concerne ao direito do desporto, no entender dos peritos nesta área. A questão relacionada com os modelos competitivos sobretudo no espaço UEFA, no que se relacionada

com as mais do que expectáveis novas tentativas de criar uma SuperLiga europeia, é um tema que estará em cima da mesa em 2022. Acreditam os especialistas que a crescente privatização da propriedade de clubes vai colocar muita pressão nos modelos competitivos, na exata medida em que estes são os espelhos de formas de captação e distribuição de receitas. Outro tema irá passar pelas crescentes restrições a recebimentos relativos às transferências de jogadores, com uma pressão cada vez maior sobre o sistema regulatório.

Os peritos acreditam que é importante também estar atento à digitalização e à questão da exploração pela via digital de tudo o que seja direitos dos jogadores (relativamente a ativos digitais como os NFT) e também dos clubes, algo que pode potenciar uma alteração de forças entre futebolistas e os emblemas que representam. Associado a esse tema, espera-se o foco numa nova dimensão: a gamificação e a forma como a mesma vai intrometer-se na gestão dos clubes.

Direito da Energia

Por Ânia Ataíde

O diploma legal, em discussão pública, sobre o sistema energético, assim como um novo mercado para os gases verdes deverá marcar a prática do Direito da Energia, antecipam os especialistas consultados pelo Jornal Económico. "[2022] será seguramente o ano de lançamento de um novo mercado na energia, o mercado do gás verde, do hidrogénio, do desafio de redução das emissões de metano com a sua captação e transformação energética. Advinha-se um ano desafiante, com muitas inovações contratuais com exigências acrescidas aos juristas que trabalham no setor", assinala uma fonte da área ouvida pelo Jornal Económico.

Numa altura em que a descarbonização se tornou um tema central em vários domínios, a prática da Energia não foge à regra. "O aumento da eletrificação e a necessidade de fontes de energia alternativos à eletrificação, com particular enfoque no Hidrogénio colocam pressão nos licenciamentos e financiamentos da produção energética, mas também na diversificação dos serviços a prestar pelos operadores do mercado energético. Há uma mudança em curso, em que a produção de energia concentrada e de grande escala tem que ser complementada e compatibilizada com produção descentralizada. Com isto novos contratos, novas formas de financiamento e acima de tudo um novo stakeholder – o prosumer", diz uma fonte.

Paralelamente, a digitalização e a revolução tecnológica antes encaradas como uma novidade, são já uma certeza. "A Energia não é alheia à digitalização, pelo contrário, as plataformas digitais são essenciais à mobilidade elétrica, à eficiência energética e, acima de tudo, à grande mudança de que se vai falando, o uso do blockchain na energia. Isto ao nível regulatório comporta desafios disruptivos que temos que superar", realça uma fonte.

Quais são as novidades esperadas para o Direito Financeiro e Bancário para 2022?

Por Maria Teixeira Alves

Há grandes mudanças à vista na legislação do setor financeiro que vão desde o Código de Mercado de Valores Mobiliários, já aprovado, até ao Código da Atividade Bancária que está para aprovação no Ministério das Finanças e que segundo João Leão "é um código que já está com um trabalho muito avançado, e em que foram ouvidas as diferentes entidades, nomeadamente com um grande envolvimento dos bancos, da Associação Portuguesa de Bancos [APB] e do BdP".

Trata-se de um novo Código que vai substituir o atual Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. O Código da Atividade Bancária (CAB) vai agregar vários regimes especiais atualmente dispersos e transpor diretivas europeias. O anteprojeto propõe a agregação num único texto dos vários regimes especiais dispersos, bem como a transposição das diretivas comunitárias relativas ao "Banking Package" e parte da diretiva das empresas de investimento.

Isto é, vai transpor as diretivas europeias CRD V (Capital requirements directive). Ou seja, a nova diretiva de conservação de fundos próprios e a BRRD II (diretiva III da resolução bancária).

No caso da diretiva de requisitos de capital, por força da transposição da CRD V, são estabelecidas regras para a autorização de certas companhias financeiras e companhias financeiras mistas.

No caso da BRRD III, entre outras coisas, a nova diretiva da resolução bancária vem definir uma denominação mínima, de 100 mil euros para a emissão e venda de instrumentos de fundos próprios (com exceção das ações), créditos subordinados e instrumentos de dívida comum "não privilegiada", no âmbito do MREL. Isto é, impõe os 100 mil euros como montante mínimo de subscrição de títulos MREL para limitar o investimento não profissional.

Para além de assegurar, em caso de exercício de poderes de suspensão de pagamento relativamente a depósitos, no âmbito da aplicação de uma medida de Resolução, o acesso pelos depositantes a um montante mínimo diário.

"Esta diretiva implementa a norma sobre Capacidade Total de Absorção de Perdas (TLAC) para bancos de importância sistémica adotada pelo Conselho de Estabilidade Financeira (FSB – Financial Stability Board) e melhora a aplicação do requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) para todos os bancos", disse a Comissão Europeia.

Código da Atividade Bancária é a grande reforma legislativa do setor bancário

No dia 16 de abril, o Banco de Portugal (BdP) publicou o relatório da consulta pública sobre o anteprojeto do Código da Atividade Bancária (CAB). A versão revista do anteprojeto de Código, depois da consulta pública, foi então remetida à consideração do Ministério das Finanças de onde não saiu até agora.

Não há ainda certezas sobre se é possível a aprovação do código pela Assembleia da República antes da dissolução. Os vários juristas tendem a considerar como mais provável que a aprovação do CAB ocorra já na nova legislatura que sair das eleições de 30 de janeiro.

"Estamos a ver se neste contexto atual ainda temos condições para fazer a aprovação antes das eleições disse João Leão aos jornalistas, à margem da cerimónia de tomada de posse de Gabriel Bernardino como novo presidente da CMVM.

O que mudará com o novo Código de Atividade Bancária? Segundo um escritório de advogados, "propõe-se, desde logo, a adoção de um tipo único de sociedade financeira, devendo proceder-se à conversão dos subtipos autónomos atuais. Por outro lado, as empresas de investimento deixam de ser classificadas como sociedade financeira e ficam, em geral, fora do âmbito de aplicação do CAB".

"O Anteprojeto contém importantes alterações ao regime de atividades transfronteiriças com países fora da União Europeia (UE)", dizem os juristas. Assim, "as entidades sediadas em Portugal, que exerçam atividade através de sucursais ou filiais em países terceiros, devem assegurar que dispõem de um sistema de governo e de controlo adequados; que não existem impedimentos à supervisão ou acesso à informação pelo BdP; que não existem obstáculos à transferência de capitais naquele país; e que as sucursais ou filiais se mantêm autossuficientes em termos de liquidez".

Além disso, proíbem-se as operações com entidades sediadas em países considerados não cooperantes, a listar por regulamento do BdP.

No conjunto, "as alterações poderão levar à necessidade de as entidades supervi-

sionadas levarem a cabo uma extensa due dilligence no âmbito de operações transfronteiriças", dizem os advogados.

Altera-se também o regime relativo ao estabelecimento de sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede em país terceiro, tendo-se acrescentado requisitos que terão que ser observados, nomeadamente que o país de origem permita o estabelecimento, em condições de reciprocidade, de sucursais de instituições de crédito com sede em Portugal, ficando a sucursal ainda obrigada ao cumprimento de extensas obrigações de reporte ao BdP.

"O Anteprojeto prevê, de forma inovadora, a possibilidade de o BdP determinar a inibição provisória do exercício dos direitos de voto detidos por titulares de participações qualificadas", referem os advogados.

"Além disso, o supervisor passará a poder determinar a venda, total ou parcial, da(s) participação(ões) qualificada(s), em situações que gerem riscos acrescidos de financiamento ou de incumprimento das obrigações legais", lembram.

No que toca à transparência, conflitos de interesses e partes relacionadas, "destaca-se, desde logo, a previsão expressa de deveres de as entidades supervisionadas adotarem políticas internas adequadas de prevenção e mitigação de conflitos de interesse e sobre transações entre partes relacionadas".

"Ademais, alargam-se as hipóteses de proibição de concessão de crédito, entre as quais, no caso de o beneficiário efetivo ser desconhecido. Proíbe-se, também, a distribuição de instrumentos emitidos pela própria entidade a investidores não profissionais (self placement)", dizem.

"A subcontratação por entidades supervisionadas passa a ser especialmente regulado no CAB. Consagra-se o dever de as entidades definirem e adotarem uma política de supervisão da subcontratação, nomeando um responsável pela gestão dos riscos daí decorrentes", refere um escritório de advogados.

"Em matéria de supervisão, prevê-se expressamente o poder de o BdP emitir recomendações genéricas dirigidas ao conjunto das entidades supervisionadas, de acordo com o mecanismo comply or explain. Por outro lado, o BdP passará a poder aplicar medidas pecuniárias compulsórias, i.e. uma espécie de multa diária, em caso de incumprimento de decisões que imponham a adoção ou cessação de determinada conduta", adiantam os juristas.

Para além de em matéria de regulação prudencial, se esperarem as alterações introduzidas pela transposição das Diretivas CRD V e BRRD II.

No caso do novo Código de Valores Mobiliários, destaca-se a eliminação da figura de sociedade aberta e do duplo limiar para exercício do direito de aquisição potestativa, que passa a ser 90%; o fim do limiar de 2% para a obrigação da comunicação ao mercado, passando para 5%; a supressão da necessidade de um intermediário financeiro nas ofertas públicas e o fim das comissões de custódia nas empresas que entraram em insolvência, estão entre as novidades.

Direito Fiscal

Por Lígia Simões

Com a indefinição política dos resultados das legislativas de janeiro e à medida que a economia recupera da pandemia com novos alertas em relação à capacidade de a vacinação contra a covid-19 conseguir travar por si os contágios, a dinâmica da prática do direito fiscal deverá ser marcada em 2022 por um teste "à capacidade de resiliência e perseverança" do tecido empresarial, em que as firmas de advogados preparadas, humana e tecnologicamente, "seguramente saberão estar à altura do desafio". Escritórios consultados pelo Jornal Económico perspetivam ainda "um ano de muitas atividade pelo regresso aos investimentos que ficaram parados desde 2020", aumento de processos de concentração empresarial e do contencioso fiscal decorrentes de eventuais apertos económicos devido à pandemia.

"O ano deverá ver um volume crescente de atividade económica e de IDE, muito centrado no turismo e em grandes projetos de investimento apoiados pelo PRR", explica ao JE um especialista em Direito Fiscal, deixando, porém, um alerta: "a manter-se a pandemia, com maiores apertos económicos (ou mesmo sem um recrudescer das preocupações sanitárias, mas tão somente por meras questões financeiras, como por exemplo, a subida da taxa de juro e/ou da inflação), deveremos assistir a crescentes processos de incumprimento e, com isso, a um aumento da instabilidade, da pressão fiscal, da recuperação de empresas e mobilização de ativos e, mesmo, do contencioso, incluindo fiscal".

Outro especialista destaca, por seu turno, a importância da clarificação da ques-

tão política em Portugal, realçando que "é mais importante, que se passe do discurso à prática no que diz respeito à atração de investimento. Não vale a pena a classe política falar em atração de investimento e depois mudar legislação que é contrária a esse propósito". Exemplifica aqui com o salário mínimo acima da capacidade produtiva do país, incapacidade de resposta do sistema de justiça, taxa de IRC das mais altas da Europa e reformas laborais que vão no sentido contrário a promover o investimento.

Sobre as tendências que estão a marcar a área de prática de Fiscal, outro especialista destaca "os esforços internacionais, mormente ao nível da OCDE e da UE, de cooperação e coordenação, troca de informações e aumento da transparência. Já ao nível nacional, as legislativas de janeiro, diz, "condicionarão a política fiscal do curto prazo, sendo de apelar à estabilidade fiscal como fator de promoção da atividade económica".

Outra fonte sublinha também "um foco novo na especialidade com senioridade", recordando que esta tendência é percetível no aparecimento de novas boutiques, pela saída de alguns dos seus membros mais conhecidos de grandes firmas de advocacia e de consultoria para projetos de mais focadas e especializadas (da Deloitte, Luís Leon, da EY, Carlos Lobo, da PwC, Ana Cristina Reis no Porto e Jaime Carvalho Esteves em Lisboa, da Garrigues Tiago Cassiano).

Segundo a mesma fonte, este movimento "é muito relevante" pela capacidade de oferecer serviços "mais ágeis e mais personalizados", destacando que "as boutiques garantem as vantagens das estruturas de maior dimensão, sem os vícios que as acompanham", mesmo no plano internacional.

Quanto à forma como a digitalização em curso está a mudar a forma como se trabalha, um dos escritórios contactados dá conta de uma prática especializada na criação de soluções digitais para Administrações Tributárias em colaboração com criadores e fornecedores de software com uma abrangência global. "Assim, somos também um agente da digitalização e da revolução tecnológica global. Por outro lado, e ao nível da política fiscal, todas as soluções que produzimos têm subjacentes as capacidades informáticas dos contribuintes e das AT", explica. Outro escritório sinaliza que "ficou também demonstrado que, ao estarmos na vanguarda tecnológica, a flexibilização dos processos de trabalho foi uma realidade que marcará o ritmo dos próximos anos, numa cultura colaborativa de smart work".

Sobre as novas leis à vista, que vão marcar a agenda desta área, os especialistas contactados são unânimes em defender que as legislativas de janeiro 2022 não deverão originar um leilão de medidas de natureza fiscal que debilitem a confiança no sistema, nem comprometam a competitividade das empresas portuguesas sobretudo num plano internacional. Apelam, por isso, à desejável estabilidade legislativa.

A proposta de Orçamento do Estado para 2022, refere uma das fontes, irá sinalizar a evolução próxima da fiscalidade em Portugal. "Pelas condições sanitárias e/ou financeiras que se avizinham, a fiscalidade voltará, seguramente, a ser um tema central, pelas piores razões: crescimento da carga, das obrigações acessórias e das penalizações", antecipa.

No próximo ano, especialistas esperam muito trabalho técnico, muita litigância e um debate muito forte em torno dos grandes temas da fiscalidade: o nível da carga fiscal e preferência entre tributação direta e indireta; o grau de progressividade e personalização; a constitucionalidade e as tributações especiais; a competitividade fiscal internacional, entre outros.

Atividade do mercado dependerá da evolução pandémica e política

Por Rodolfo Reis

A imprevisibilidade deverá ser um factor determinante na atividade do mercado imobiliário em 2022. Fontes ouvidas pelo Jornal Económico consideram que existem diversas variáveis que tornam difícil fazer previsões em definitivo, a começar pela evolução da pandemia, bem o cenário económico e político, considerando as mesmas fontes que não parece haver modelo mais ameaçador para o sentimento dos investidores do que uma solução política dependente da extrema-esquerda como a dos últimos seis anos. Ainda assim, e embora a possibilidade de indefinição política, dado o atual mapa partidário português, seja uma ameaça que paira no horizonte, as mesmas fontes dizem que será difícil ficarmos pior do que hoje estamos, e, nessa medida, também nesta perspetiva se pode olhar para o futuro com algum otimismo. Outro problema poderá ser o agravar da crise energética, a subida significativa do custo das matérias-primas, as dificuldades das cadeias logísticas, a instabilidade nos mercados financeiros e o risco de subida das taxas de juro. Apesar de tudo as mesmas fontes assumem que continuam a existir pressão de novos clientes, novas transações e novos projetos de promoção a entrarem todas as semanas, não tendo razões para pensar que 2022 será diferente. Também no próximo ano é de esperar que os serviços jurídicos imobiliários continuem a crescer, sendo que as mesmas fontes falam num sentimento generalizado de que a digitalização e a evolução tecnológica serão determinantes na forma em como os serviços jurídicos vão ser prestados, destacando a necessidade de introduzir diversas ferramentas digitais e tecnológicas, que exigem muito tempo, dedicação e formação, e, nessa medida, têm já um impacto relevante na forma de trabalhar. Por sua vez, o impasse legislativo irá levar a uma interrupção na criação de novas leis para o mercado, algo que as fontes ouvidas pelo JE consideram ser positivo já que o mercado não precisa de mais leis que destruam as reformas que foram feitas até 2015, mas sim de estabilidade legislativa e de aproximação às boas práticas internacionais. Sobre as tendências que podem vir a marcar o ano de 2022, as fontes ouvidas pelo JE destacam que o sector irá tornar-se cada vez mais profissional, algo que tem vindo a gerar uma tendência de crescimento e de crescente especialização das áreas de prática de imobiliário dos diversos escritórios. Também os novos formatos, como as residências assistidas, as residências de estudantes, o co-living e o co-working, irão certamente marcar uma parte importante da atividade no futuro.

Mercado de Capitais Esperança no novo código

Por Ricardo Santos Ferreira

A revisão do Código de Valores Mobiliários (CVM), aprovada em sede parlamentar já este mês de novembro, será o facto mais saliente para o enquadramento do mercado de capitais no futuro próximo e, segundo os advogados que acompanham esta áreas, constitui um elemento de esperança na recuperação da bolsa portuguesa. Os principais objetivos propostos pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e pelo próprio Governo eram a redução dos custos para os emitentes, tanto para os que já estão cotados como para os que que querem aceder ao mercado, através de uma anunciada simplificação procedimental e regulatória, essencial para aumentar a capacidade de atração. O esforço do regulador e do decisor político é reconhecido,

tido como "concertado", "consistente" e bem-vindo, porque soluciona alguns entraves considerados relevantes, especialmente para investidores internacionais, que dificilmente compreendiam algumas características únicas do enquadramento regulamentar me Portugal. Mesmo assim, considera-se insuficiente para resolver o que será o principal problema, que é o facto de o financiamento das empresas, numa era de grande liquidez e de juros historicamente baixos, ser mais fácil de obter e mais barato fora do mercado de capitais do que nele. Mesmo assim, há sempre a esperança de se concretizar alguma dinamização. "Pode ser que uma start-up de matriz português cresça e acabe por decidir ficar em Portugal, onde também tem visibilidade para investidores estrangeiros", diz um especialista, apesar de ser referido que existem melhores possibilidades de crescimento do mercado na dívida, em detrimento do equity.

O esforço do regulador e do decisor político é reconhecido, tido como "concertado", "consistente" e bem-vindo, porque soluciona alguns entraves considerados relevantes

Independentemente da dinâmica, a expectativa dos escritórios de advogados é que a atividade, nesta área, continue a crescer no próximo ano, em linha com a esperada expansão das economias, e beneficiando do investimento de estrangeiros, agora já não circunscritos aos sectores do imobiliário, tecnologia e tecnológico, como tem acontecido nos últimos anos. Espera-se um aprofundamento da tendência de os investimentos terem em conta critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), com reflexos na conceção de instrumentos financeiros, mas também nos critérios de notação das instituições financeiras e não financeiras.

Além da aplicação prática do CVM, o futuro próximo deverá ser marcado, também, pelo código de atividade bancária e pelo regulamento europeu relativo às obrigações verdes europeias (green bonds), que se encontram em discussão pública. Acrescerá a concretização do Regime Geral Organismos de Investimento Coletivo.

Private Equity

Por Nuno Vinha

Os advogados especializados em private equity em Portugal anteveem um 2022 de muito, muito trabalho. No próximo ano, acreditam os especialistas contactados pelo Jornal Económico, vai haver muitas transações [na área de private equity, venture capital e outras], muito dinheiro e muita liquidez no mercado, não só devido à implementação dos fundos europeus do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), como por causa dos projetos que ficaram no pipeline e não chegaram a arrancar durante a pandemia.

Nem sequer é apenas 2022, mas também para os anos seguintes: 2023 e 2024. No ano passado e este ano, salientam as mesmas fontes do sector, houve níveis recorde de fundraising nos fundos de private equity e "o investimento (deployment) do dinheiro está a ser feito em cada vez menos anos: em vez dos cinco habituais são agora dois ou três".

Mesmo que tenhamos inflação ou taxas de juro a aumentar, salientam os mesmos especialistas, as grandes transações de private equity vão continuar muito ativas. É o mesmo sentimento desde há três anos e vai continuar em 2022. Por que razão a inflação e as taxas terão pouca influência? Em venture capital, normalmente não há alavancagem financeira, ou seja, os fundos não dependem de financiamento. Mesmo no caso do private equity, tipicamente projetos mais pesados em termos de capital, pode ser necessário ir buscar financiamento, "mas os fundos, mesmo assim, estão sentados em cima de muito dinheiro e têm que o por a trabalhar", salientou a mesma fonte.

Os setores mais apetecíveis serão, em grande medida, os mesmos dos anos anteriores, com a tecnologia a dominar, sobretudo graças ao crescente número de projetos novos, com muitas startups e muitas empresas a apostar nessas áreas. Há até um volume maior do que se poderia antecipar face a esta ressaca da pandemia, disse um dos especialistas ao JE.

Um outro grande escritório salientou que o mercado da tecnologia "anda literalmente aos saltos". "Nunca tivemos um ano tão ativo como este. Estivemos em transações que, se fecharmos tudo o

que é suposto fechar só em venture capital neste ano, teremos estado em rondas com um valor superior a meio bilião de dólares, o que é completamente estratosférico para o mercado português".

Em termos legislativos, em Portugal vai entrar em vigor, em janeiro, nova legislação já aprovada para os golden visas que vem aumentar os valores mínimos (meio milhão de euros de investimento mínimo para a constituição de uma sociedade comercial ou para investimento em sociedade já constituídas.

Também em termos regulatórios, os regulamentos ESG (Ambiente, Social e Governance) aplicáveis aos fundos de private equity e às gestoras dos mesmos serão a grande novidade de 2022 e que irão apresentar desafios na interpretação e aplicação.

Propriedade Intelectual & Marcas

Por Almerinda Romeira

A transposição para a Lei portuguesa de duas Directivas europeias fundamentais para os autores é mais uma vítima da dissolução da Assembleia da República em consequência do chumbo da proposta do Orçamento do Estado para 2022 e da crise política que levou o Presidente da República a convocar eleições antecipadas. A interrupção do processo legislativo atrasa ainda mais a feitura e publicação da lei que é tida como determinante para garantir a defesa dos direitos dos autores, nomeadamente a remuneração de conteúdos publicados na internet.

As duas propostas de Lei de autorização legislativa foram aprovadas pelo Conselho de Ministros a 23 de setembro. Em causa está a transposição da Directiva 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa aos direitos de autor de direitos conexos no mercado único digital e a Directiva (UE) 2019/789 do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece normas sobre o exercício dos direitos de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio.

A nova regulamentação insere-se na Estratégia para o Mercado Único Digital e retira poder às grandes plataformas tecnológicas norte-americanas que beneficiam da Directiva de Comércio Eletrónico para beneficiar economicamente a indústria cultural europeia. No essencial, visa proteger a titularidade dos conteúdos de artistas, músicos, escritores e jornalistas na internet, criando regras para o uso do seu trabalho por terceiros. Em concreto, a utilização de conteúdo protegido vai permitir aos seus criadores ser remunerados pelo trabalho que vier a ser utilizado pelas plataformas online com carácter comercial. Por outro lado, a nova legislação concede às empresas de media a possibilidade de serem ressarcidas pela utilização de conteúdos seus por parte de 'links' agregadores.

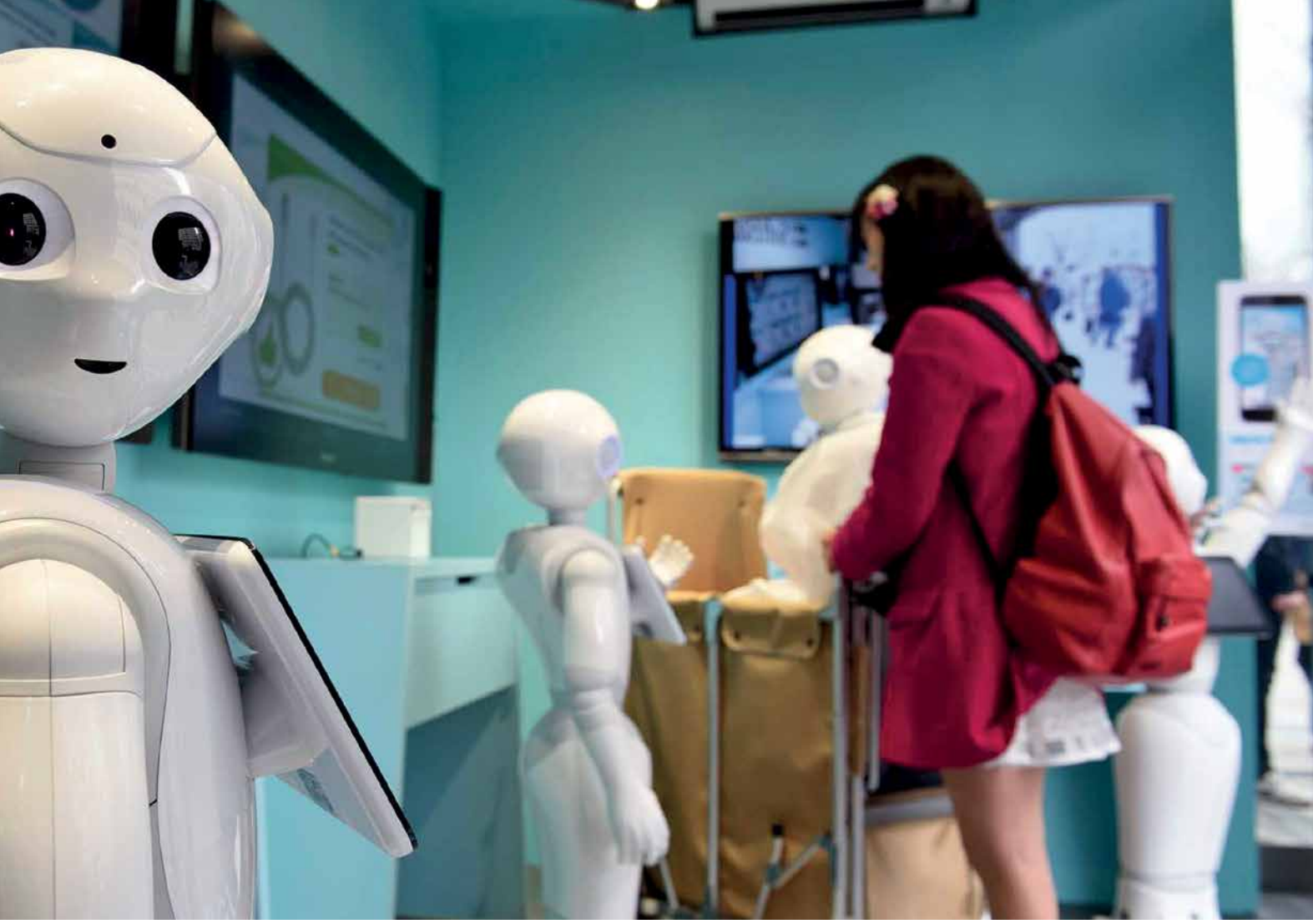
As diretivas aprovadas há dois anos na União Europeia deveriam ter sido transpostas para a legislação de cada Estado-membro até 7 de junho de 2021, mas 23 países incluindo Portugal não o fizeram. O fato valeu-lhes, em julho, a abertura de um procedimento de infração pela Comissão Europeia.

As Directivas deveriam ter sido transpostas para a legislação nacional até 7 de junho de 2021, mas 23 países, incluindo Portugal, falharam a data

Regulamento da inteligência artificial e e-Privacy marcam proteção de dados

Por Mariana Bandeira

A proteção dos dados e a cibersegurança continuam na ordem do dia para empresas, consumidores e juristas, mas em termos de trabalho nos departamentos dos escritórios o crescimento prevê-se tímido e "business as usual". Contudo, a preocupação é crescente, porque os dois temas estão em constante sintonia com as tecnologias de vanguarda, a digitalização da sociedade e o comércio eletrónico. Os advogados contactados pelo JE esperam que as maiores novidades advenham da proposta de Regulamento sobre Inteligência Artificial da Comissão Europeia e do Regulamento ePrivacy, que se encontram



neste momento em discussão no Parlamento Europeu (PE).

Inteiramente relacionada com privacidade, e a causar polémica há vários meses, está a lei sobre a utilização de sistemas de videovigilância pelas forças e serviços de segurança que prevê a hipótese de os polícias usarem câmaras nos seus uniformes (as chamadas "bodycams"), de forma visível, para registar as intervenções individuais dos agentes de segurança da PSP e GNR. A legislação passou na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, mas o supervisor dos dados em Portugal, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), entende que "viola grosseiramente o princípio da proporcionalidade na restrição de direitos fundamentais, permitindo uma utilização arbitrária e excessiva das câmaras de vídeo". A aplicação o dirá. Da CNPD, segundo a nota informativa de 25 de junho, esperam-se ainda as diretrizes gerais para a utilização de cookies pelos sectores privado e público, e o resultado da análise sobre como a administração pública usa recursos online no contexto do tratamento de dados. A divulgação deveria acontecer ainda em 2021, mas saltará para o próximo ano, na opinião de quem também apelida a autoridade de "pouco interventiva".

As fontes fazem ainda referência à legislação relativa à compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, que entrará em vigor em janeiro de 2022 e a regulamentação do regime jurídico da segurança do ciberespaço (que define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança, em execução do regulamento europeu 2019/881 do PE, de 17 de abril de 2019) e às transferências de dados pessoais União Europeia-Estados Unidos e para países terceiros face à decisão Schrems II e às orientações do Comité Europeu para a Proteção de Dados.

Direito Público

Por João Barros

Num ano em que os fundos europeus marcarão consideravelmente a realidade económica e empresarial em Portugal, a área de Direito Público terá um volume de trabalho assinalável em 2022.

A necessidade de conjugar e alinhar esforços entre o sector público e o tecido empresarial português será grande no próximo ano, dadas as quantias que chegarão ao nosso país vindas de Bruxelas e a necessidade de as executar de forma ágil, eficiente e transparente. Tal como sucedeu no passado com outras linhas de investimento europeias, como o PT2020, a chamada 'bazuca' europeia obriga a processos robustos e que permitam executar as verbas destinadas ao nosso país no próximo ano, sob pena de se desaproveitar aquilo que muitos polí-

ticos e economistas apelidam como uma oportunidade única para o crescimento europeu.

Acresce que, no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, a componente das obras públicas tem uma importância considerável, o que cai precisamente na área em análise. A necessidade de contratos e concursos públicos de empreitada dinamizará o sector, sendo que as tecnologias da informação poderão ter um papel importante não só na elaboração destes contratos, mas sobretudo nos mecanismos de monitorização e transparência a eles associados.

Assim, a assessoria prestada a entidades públicas será um dos pontos fortes da área no próximo ano, bem como toda a parte administrativa associada, incluindo, por exemplo, o contencioso administrativo, que constitui recorrentemente um desafios na realidade do Direito nacional.

Por outro lado, a pandemia veio alterar profundamente várias dimensões da vida dos cidadãos, incluindo a do trabalho. Realidades como o teletrabalho ou o trabalho à distância deram origem a nova legislação e enquadramentos jurídicos e, mesmo sem as alterações à lei do trabalho que se perspetivavam com a aprovação da proposta de Orçamento do Estado para 2022, a área laboral contará com várias novidades legislativas que deverão criar bastante procura por esta área.

Sendo uma prática inerentemente multidisciplinar, o Direito Público interagirá com outras vertentes como o Direito Ambiental ou o Direito do Urbanismo, sendo esta realidade ainda mais observável dadas as preocupações com a transição energética e climática que se pretende para os próximos anos. Dimensões como a organização urbana ou a modernização dos edifícios são exemplos de uma conjugação entre estas áreas, sempre com o objetivo de sustentabilidade em mente.

Penal
Business as usual

Por Ricardo Santos Ferreira

O crime económico tem dominado a atividade dos escritórios de advogados na área de pática de penal, nos últimos anos –, pelo alto perfil mediático, mas também pelo tipo de agentes que implica e a alocação de recursos a que obriga. Para os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico, esta é uma tendência que vai manter-se, porque os processos em curso são afetados pela dimensão que ganham e pelos longos prazos do sistema judicial e porque o perfil destes casos gera apetência, pela mediatização implícita, o que faz com que os escritórios antecipem, sempre, novas ocorrências.

Acresce que o decisor político também sinaliza a luta anticorrupção como uma prioridade, com a aprovação de um pacote legislativo que reforça mecanismos, recursos e agrava a moldura penal. A mesma legislação limita, também, a formação de megaprocessos, procurando uma maior agilização.

No entanto, paralelamente a esta tendência, mais reativa, nota-se uma maior preocupação das empresas numa ação preventiva, não só no quadro de compliance (ver texto sobre esta área de prática nestas páginas), mas também de resposta rápida nas primeiras fases dos processos. "Não vamos ficar à espera de uma acusação que tenha mil páginas, que remeta para milhões de documentos. Vamos investigar para identificar potenciais riscos, definir linhas de defesa", diz um advogado.

Outra tendência referida por mais do que uma fonte é a de o cirbercrime passar a ter uma maior projeção, com processos tendencialmente autónomos ou cada vez mais relevantes nos processos em que são identificados a par de outro tipo de crimes.

Segundo o "Relatório Riscos & Conflitos 2021", do Centro Nacional de Cibersegurança, publicado em maio e relativo a 2020, o número de incidentes sem vulnerabilidades aumentou 79% e com vulnerabilidades 88%, face a 2019.

A fraude tem um peso objetivo neste universo, constituindo a maior percentagem dos incidentes identificados. Os especialistas antecipam que comecem a surgir, também, referências a criptomoedas.

Outra tendência apontada é a emergência do crime de corrupção no sector privado, que está tipificado, que já foi tido em conta nos grandes processos relacionados com o crime económico, mas que tenderá a ter maior visibilidade. Até porque o crime económico se manterá como tendência dominante.

Para perceber, no próximo ano, no que

resultará a fusão do Juízo de Instrução Criminal de Lisboa no Tribunal Central de Instrução Criminal, uma peça fundamental nos processos mais complexos, que aumenta o número de juízes de instrução de dois para nove e que tem merecido críticas de diferentes quadrantes.

Direito da Saúde e Ciências da Vida

Por João Barros

Apesar da esperança trazida pelas vacinas, 2021 ficou ainda marcado pela pandemia e pelas condicionantes que esta criou na vida diária das populações, colocando no foco das discussões públicas a área da saúde e das ciências da vida. Ainda assim, a prática do Direito associado a estas disciplinas não experienciou um pico na atividade, em grande parte pela preparação de longo prazo que havia já desenvolvendo antes da chegada da Covid-19.

A globalidade da necessidade de resposta à pandemia deverá significar um crescimento nos projetos multi-jurisdicionais, sendo que o foco da prática manter-se-á na indústria farmacêutica, como tem vindo a ser hábito. Esta tendência dever-se-á reforçar com o surgimento de novas terapias para a SARS-CoV-2, como as que têm surgido recentemente e que mostram resultados promissores no tratamento da infeção e na prevenção de formas mais severas da doença.

Simultaneamente, também as vacinas contra a doença deverão continuar a ser aperfeiçoadas, esperando-se em breve uma segunda geração destes fármacos que, à semelhança do que sucedeu com os já autorizados, necessitará de expeditos e ágeis mecanismos de aprovação. A área da saúde será, portanto, dominada sobretudo por projetos de investigação e desenvolvimento.

Assim, a expectativa é que se mantenham as abordagens integradas que incluam várias firmas, em que uma delas assume a liderança do projeto, como forma de agilizar estes processos e contar com o expertise e especialização de vários escritórios.

No entanto, e num perspetiva global, é provável que se assista a alguma perda de relevância dos escritórios nacionais nesta área, dada a igual menor capacidade de influência e decisão das empresas portuguesas.

Outras áreas dentro da saúde que deverão ver um aumento da atividade e, por conseguinte, da necessidade por serviços jurídicos é a dos dispositivos médicos. Enquadrados numa lógica de crescente preocupação pelo bem-estar individual aliada a um desenvolvimento cada vez maior de soluções tecnológicas para os consumidores, os dispositivos e equipamentos médicos obrigarão a alterações legislativas ao nível nacional, dado o novo regulamento europeu sobre esta matéria. Também no que respeita a clínicas de saúde se deverá registar, na mesma linha da maior preocupação com o bem-estar pessoal, um aumento da procura pelos serviços dos advogados.

No que respeita à transição tecnológica, a área da saúde lidera há vários anos na adoção de técnicas e instrumentos inovadores; no entanto, as preocupações ambientais deverão crescer em 2022, dados os objetivos da Comissão Europeia para a economia pós-Covid e a margem de progresso que a indústria ainda apresenta a este nível.

Empresas à espera da lei das comunicações eletrónicas e da taxa de supervisão do 'streaming'

Por Mariana Bandeira

Em constante ebulição devido ao imparável processo de transformação digital das empresas e da sociedade, a área de prática de Tecnologia, Media e Telecomunicações (TMT) manter-se-á das mais dinâmicas em 2022, uma vez que refletirá o aumento do consumo online – em crescimento desde os confinamentos – e terá novidades legislativas de natureza europeia e nacional. Uma delas, e talvez a mais sonante dado que tem feito correr muita tinta e ainda não passou do papel, é a Lei dos Mercados Digitais da União Europeia (DMA - Digital Markets Act), que foi desenhado a pensar nas multinacionais, tal como aconteceu com o Regulamento Geral da Proteção de Dados, e arrisca deixar de fora as micro e pequenas e médias empresas, que ainda dependem (muito) das redes sociais para projetar o seu negócio.

Concretamente no que diz respeito às telecomunicações, uma das leis que o Governo português quer acelerar a discussão na especialidade com vista à sua aprovação é a das comunicações eletrónicas. Em abril o Conselho de Ministros aprovou a proposta de lei que estabelece a Lei das Comunicações Eletrónicas, que visa, de entre outros, garantir a implantação e o acesso a redes de muito alta capacidade e regular a atribuição e o acesso ao espectro, designadamente da rede móvel de quinta geração (5G). Por trás está a transposição de uma diretiva europeia que já devia ter ocorrido.

Na calha está ainda a alteração à Lei do Cinema e do Audiovisual, que terá impacto no sector das telecoms e media. Aliás, a 12 de novembro o Executivo deu 'luz verde' a um decreto-lei que põe os serviços audiovisuais a pedido e os serviços de plataformas de partilha de vídeos (streaming) sujeitos ao pagamento da taxa de regulação e supervisão à Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Ou seja, plataformas de streaming sob jurisdição do Estado terão de pagar ao supervisor da imprensa nacional.

Os advogados não têm dúvidas de que os clientes estão cada vez mais exigentes, nativos digitais e interessados nos temas da digitalização, que envolvem por exemplo os novos criptoativos, como tokens não fungíveis (NFT) e moedas digitais, o que os obrigará a continuarem atentos às tendências de comportamento e consumo do mercado, até porque por trás está a complexidade jurídica que advém da inteligência artificial e da blockchain. Ainda assim, há quem defenda que, apesar do esforço regulatório para enquadrar o desenvolvimento de software e a gestão da Big Data que tem sido feito, faltam pontos concretos e progressos na regulação destas tecnologias.

FÓRUM DE LÍDERES

Sociedades de advogados, academia e empresas de tecnologia para advocacia escrevem sobre as suas perspetivas para o mercado em 2022, antecipando um virar de página, aumento da procura e desafios de concorrência e inovação.

Filipe Barata
Sócio
da FB&A

Está em marcha acelerada uma transformação do setor da advocacia.
Seja pela pandemia da Covid19 que nos assolou no início de 2020, seja pelas novas necessidades dos clientes, seja pela crescente disponibilidade de mais e melhores soluções tecnológicas, está em curso uma profunda transformação do setor da Advocacia, em todo o mundo, e Portugal não é alheio a esta corrente.
Os clientes da FB&A, sejam nacionais ou internacionais, já não esperam apenas que o advogado tenha uma solução juridicamente robusta, mas antes que esta seja robusta, muito disponível e, não raras vezes, de uma forma muito integrada com as soluções de IT instaladas no cliente, e com os circuitos e fluidez de informação estabelecidos.
Quer queiramos, quer não, os advogados têm de estar preparados para as mudanças em curso, e que passarão por uma adoção massiva de soluções tecnológicas, as quais serão, sem dúvida, de grande utilidade para clientes e advogados, sendo certo, contudo, que as "máquinas" não substituem o advogado, antes serão um forte apoio em tarefas de índole mais repetitiva, mecânica ou de trabalho em escala, com as ferramentas de Big Data a encabeçarem esta mudança de paradigma.
O desafio já em 2022 será o de fazer mais, fazer melhor, mais rápido, com soluções que revistam uma forma mais simplificada e acessível a todos, num ano em que se prevê venha a existir muita litigiosidade laboral e muitos processos de índole falimentar (insolvência, PER, RERE, PEAP, PEVE), com a complexidade e pressão inerentes.
Face a este desafio de inequívoca complexidade, a gestão de pessoas e de processos será de importância fulcral para permitir atravessar esta "revolução" em curso na advocacia, sendo certo que as atuais gerações de advogados são muito preparadas, mas deverão frequentar formações constantes.
De nossa parte FB&A, enquanto grupo, estamos preparados para o desafio. De braços abertos.

José Mota Soares
Managing Partner
Andersen Portugal

A Andersen acredita que o ano de 2022 e os seguintes serão anos de consolidação e crescimento no mercado da advocacia. A evolução favorável da pandemia determinará que a maioria dos sectores indústrias e serviços recuperem consistentemente, acelerando o ritmo da atividade económica.
Nesta medida, a incorporação de outras estruturas e advogados corresponde a um dos objetivos do Plano Estratégico da Andersen para os próximos anos, o qual, à luz das preocupações com os clientes, colaboradores e mercado, se traduz num novo impulso de assessoria jurídica integral a clientes nacionais e internacionais com maior destaque para as empresas com interesses na Península Ibérica. Pretendemos crescer em diversas valências, permitindo-nos oferecer um serviço de assessoria integral reforçado nas mais variadas as áreas do Direito.
O desafio da globalização será transversal a todos os sectores, incluindo a advocacia, o que reforça o compromisso da nossa organização em garantir que os nossos clientes recebem o melhor nível de serviço em todo o mundo.
Também acreditamos que serão dados passos no sentido de autorizar as sociedades multidisciplinares, o que, nos parece salutar, desde que existam mecanismos de controle que permitam, nomeadamente, acautelar e garantir a relação existente entre os profissionais dessas sociedades, a estrutura de capital e controlo da administração por advogados, a proteção do segredo profissional , a livre escolha do advogado, o modo de repartição de honorários, a prevenção de conflitos de interesses, assegurando sempre o cumprimento das regras deontológicas da profissão.
Visando preparar o escritório para as oportunidades que antecipamos, estamos a reforçar as nossa equipas, a melhorar o processo de formação e integração de advogados mais jovens, de modo a que com base num nome do passado criemos a firma do futuro!

José Luís Arnaut
Managing Partner
da CMS Rui Pena & Arnaut

O setor da advocacia, como todos os outros, estará sempre condicionado pelo contexto em que vivemos. Ainda que saibamos hoje que a atividade económica da União Europeia regressou aos níveis pré-pandémicos no terceiro trimestre deste ano, Portugal, dada a sua dependência do turismo, que foi um dos setores mais afetados pela pandemia, precisará de mais tempo para recuperar. Outras variáveis que deveremos ter em conta são a crescente inflação e a atual crise de escassez de matérias-primas. Em Portugal, o cenário político com que nos deparamos e a consequente adoção, ou não, de um orçamento para 2022, vão, certamente, ter também um peso importante no desempenho da nossa economia, no próximo ano. Todas estas variáveis vão ser determinantes para todos os setores de atividade, mas acredito que, no que concerne à CMS, iremos manter a trajetória de crescimento que temos verificado. O nosso enquadramento enquanto Sociedade Global, presente em 70 cidades e 43 países, permite-nos diversificar a exposição face ao mercado português. A nós e aos nossos clientes. Estou certo, no entanto, de que este ano vai ser um ano de reforço do investimento das So-

ciedades nas suas dinâmicas tecnológicas. É o caso do Lupl, que acaba de ficar totalmente operacional, e que já está a revolucionar a relação entre as sociedades e os clientes. Trata-se de uma ferramenta desenhada para o trabalho jurídico "colaborativo", e que foi incubada por um trio de sociedades de advogados internacionais: a CMS, a Cooley e a Rajah & Tann Asia.

João Miranda de Sousa
Sócio diretor
de Garrigues em Portugal

Esperamos que 2022 seja um ano de consolidação da recuperação pós-pandémica em todos os aspectos (social, económico, empresarial, etc.). Este contexto de recuperação, que já vivemos há alguns meses, está a revelar-se complexo e muito intenso, o que tornou as necessidades de apoio jurídico dos nossos clientes ainda mais intensas do que antes. Os clientes exigem respostas mais rápidas aos seus problemas, certeza na tomada de decisões e aviso proactivo para potenciais obstáculos que possam surgir ao longo do caminho.
A principal tendência no sector jurídico nos próximos tempos será a digitalização através da adopção de tecnologias tais como as "Soluções de Gestão Jurídica Empresarial" (ou Enterprise Legal Management solutions- ELM), transformando totalmente tanto a forma como trabalhamos internamente como a maneira como nos relacionamos com os nossos clientes.
Em termos empresariais, é um facto que a pandemia acelerou a transformação digital em todos os aspectos da vida empresarial e social, e consequentemente a tecnologia desempenha agora um papel muito maior na economia, porém também nos tornou mais dependentes dela. Áreas ligadas à ciber-segurança, protecção de dados, comércio em linha e desenvolvimento de aplicações tecnológicas em geral, muitas vezes levadas a cabo por start-ups, serão indubitavelmente destinatários claros do investimento, intensificando uma tendência que Portugal já tem vindo a experimentar nos últimos anos.
A recuperação pós-pandémica está também a expor a sensibilidade das cadeias de abastecimento e do sector energético a fortes tensões de procura. Sectores como a logística e as energias renováveis, dado o claro compromisso dos governos ocidentais com a energia limpa, devem também apresentar oportunidades interessantes para o desenvolvimento e o investimento. Tudo isto sem esquecer o impacto que o Plano de Recuperação e Resiliência terá indubitavelmente nos agentes económicos portugueses, orientando muitas decisões empresariais futuras.

João Valadas Coriel
Managing Partner
da Valadas Coriel & Associados

2022 incertezas e esperanças
Por esta altura do ano as sociedades de advogados que se souberam adaptar à realidade económica e ao bloqueamento da administração do Estado em virtude da pandemia já saberão que os seus resultados se mantiveram ou melhoraram em relação a 2020.
2022 vai começar com novos desafios;
O facto de não haver orçamento até meio do ano vai impedir o Estado de lançar novos impostos e mais legislação avulsa mal engendrada como acontece sempre a seguir às centenas de reivindicações atendidas em sede de discussão na especialidade. A sovietização da lei laboral provavelmente será esquecida e haverá menos novo emprego abortado.
A quinta vaga do Covid começa mal, com manifesta incapacidade para reforçar a vacinação da população. Em consequência disto haverá provavelmente teletrabalho na administração pública o que significa que se vão esperar semanas para constituir uma empresa, meses para conseguir um despacho de uma Câmara ou um registo mais complicado ou um mero cartão de cidadão ou passaporte e provavelmente ficaremos sem Justiça mais uns meses.
Estes custos e estas incertezas de contexto, que já afastaram muitos investidores em 2020 e 2021 terão consequências imprevisíveis sobre o "deal flow", mas o dinheiro está onde deve estar e senão vai a caminho. E a nossa atratividade desvanece-se.
Se não reincidirmos na estupidez de um lockdown total, sente-se por outro lado, muita vontade de realizar por parte dos empresários e muita curiosidade por parte de gente de todas as paragens. O Mundo está cheio de dinheiro sem destino, o chamado "snow powder", Portugal está cosmopolita e os políticos ainda não arranjaram forma de estragar os dias de sol e os invernos suaves.
As empresas adaptaram-se. A flexibilidade de horários veio para ficar por mero consenso entre patrões e empregados sem necessidade de concertação social e portarias. A transição digital está a acelerar. Pena que ao contrário do Portugal 20/20 não haja notícia de qualquer programa significativo de apoio à internacionalização e modernização das empresas.
Temos esperança de que os actos notariais à distância sejam finalmente aprovados, que os funcionários dos tribunais aprendam a trabalhar com o Webex, que os contratos e documentos importantes possam ser todos assinados digitalmente e que as certidões de óbito passem a valer mais que seis meses uma vez que não tem havido um pico de ressurreições.
De uma forma ou de outra, bem ou mal governados, vaticino que a advocacia que se organizou vai ter um incremento importante de actividade, provavelmente na casa dos dois dígitos.

Patrícia de Jesus Monteiro
Fundadora
da PJM Advogados

O Futuro da Advocacia é uma questão de especial relevância e merecedora de reflexão. O surgimento da pandemia acelerou a Era da informação digital que já se encontrava presente e em desenvolvimento, em Portugal. A PJM Advogados, desde que surgiu (há 12 anos), presta um serviço de uma forma personalizada, muito próxima do cliente, com um tempo de resposta curto (sempre dependendo das circunstâncias dos casos em apreço). Ora, em tempo de distanciamento social e de confinamento, reinventámo-nos e começámos a dar uma nova dimensão ao fornecimento da informação ao cliente. Através da utilização recorrente da tecnologia informamos diariamente os cidadãos. Acreditamos que os recursos tecnológicos, a inovação e a criatividade na prestação dos serviços a realizar é o futuro! Assim, com esta nova metodologia e com o teletrabalho, continuamos a tratar dos processos dos nossos clientes, fornecendo-Lhes sempre o apoio e a dedicação que nos caracterizam.

A advocacia online é uma inovação da nova Era que acarreta benefícios aos cidadãos. A celeridade, a facilidade, o atendimento quando e onde o constituinte desejar são vantagens óbvias desta nova realidade da advocacia. Neste sentido, o conceito stricto sensu do papel do advogado tem que ser profundamente alterado nas mentalidades. Este já não deve ser visto como alguém inacessível, com honorários elevados, respostas demoradas, mas sim como o confidente que está ao lado do cliente, quando necessário, prestando um serviço de advocacia preventiva, para que no final, o resultado seja o melhor possível, e que naturalmente o cliente fique satisfeito. Estes profissionais passam a dominar e preencher o conceito de verdadeiros profissionais híbridos que, no fundo, são multitarefas pois exercem mais de uma função, para se adaptarem a vários contextos, tentando conciliá-los. O advogado é essencialmente uma pessoa humana, que carece de formação técnica reiterada, para dar uma resposta adequada às necessidades, dos seus clientes, cada vez mais exigentes e globais.

Assim, no exercício da profissão é necessário cada vez mais o auxílio e complemento de outros técnicos, de outras áreas de atividade; portanto, as parcerias são essenciais no futuro próximo, como forma de aumentar a eficácia e redução de custos. Também não podemos descurar a absorção de novos profissionais (da área digital, comunicação, contabilidade, entre outros) para aplicação das respetivas técnicas nos escritórios. As plataformas de ligação dos advogados aos tribunais constituem mais uma inovação fundamental porque permitem o acesso contínuo do advogado aos processos, possibilitando assim delinear estratégias atempadas de acordo com a evolução do caso em apreço. A PJM Advogados, como escritório independente, generalista, continuará a par e a usufruir da evolução tecnológica que consideramos essencial para o sucesso do nosso serviço jurídico.

Nuno Pereira da Cruz
Managing Partner
da CRS Advogados

Apesar do impacto negativo da COVID-19, o mercado da advocacia que é um dos mais resilientes por se adaptar facilmente aos diferentes ciclos económicos, não deverá sofrer grandes perdas.

No entanto, 2022 será um ano de grande desafios, pois o mundo está a mudar a uma velocidade vertiginosa, desde as alterações dos modelos económicos à forma de encarar o trabalho e o tempo livre. Teremos um mundo antes e depois da Covid-19. E acreditamos que 2022 será o ano dessa viragem.

Por estas razões, a inovação de serviços jurídicos e a adoção de tecnologia será fundamental para que os advogados continuem a cumprir a sua função de proteção dos direitos das pessoas e das empresas. É urgente alterarmos a forma como trabalhamos – a digitalização tem aqui um papel importante –, e interagimos com os clientes.

Uma consequência deste cenário será a fusão entre sociedade de advogados para estruturas maiores, mais sofisticadas tecnologicamente e que possam investir de forma intensa e constante em inovação e conhecimento.

Mas acreditamos que o sucesso será conseguir encontrar o ponto de equilíbrio entre a conjugação dessa vertente tecnológica e o contacto pessoal com o cliente. E, por isso, a CRS Advogados abriu este ano em janeiro o escritório no Porto e, em setembro, o escritório no Algarve.

Maria João Ricou
Managing partner
da Cuatrecasas em Portugal

A incerteza associada à evolução pandémica - neste momento com uma perspetiva negativa - e o facto de 2022 ser um ano eleitoral, torna particularmente difícil uma antevisão do grau de recuperação económica que se virá a registar e do efeito correspondente no sector da advocacia. Ainda assim, a expectativa para 2022 é que se mantenha um ritmo consistente de recuperação económica, na sequência do crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos meses. Nessa conjuntura progressivamente mais favorável, será expectável que a atividade na área de M&A continue num registo de crescimento, designadamente nos sectores da energia e infraestruturas, os quais envolvem também uma componente significativa da área de Direito

Público. Por seu turno, quer a área de Imobiliário, quer a de Bancário e Financeiro, deverão registar níveis de atividade elevados, e a assessoria a operações de refinanciamento, reestruturação e situações especiais continuará a ter um peso relevante.

Miguel Miranda
Managing Partner da PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados.

Estou em crer que 2022 será o ano de retorno à esperança, mas não de retorno à normalidade.
Esperança na erradicação do episódio pandémico que temos vivido desde início de 2020 e que tem criado incerteza generalizada e receio sobre o futuro, mas não de retorno àquilo que nos habituámos a designar despreocupadamente como "normalidade".
O novo normal será ainda marcado pelo receio de uma recaída pandémica e de um retrocesso na liberdade recém-conquistada – e os primeiros sinais aí estão. O receio mantém-nos despertos, atentos, mas não conseguirá abalar a forte convicção de que o pior já passou.
É seguro assumir que esta eventual incerteza não afetará o business as usual das sociedades de advogados e, em particular, a vida dos advogados que optaram por esse modelo estruturado de exercício da profissão. Esses tiveram o privilégio de assistir na primeira fila a um evento disruptor, que historicamente tem ocorrido a cada 100 anos, e confirmar que o nível de segurança, resiliência e solidariedade do modelo societário funciona e é robusto mesmo em tempos difíceis.
Estamos, por isso, otimistas para 2022 na PRA.
Prevemos que os clientes retomem os seus projetos de investimento. Prevemos que o PRR estimule efetivamente a economia nacional e europeia. Prevemos que os advogados regressem ao escritório com renovada força e vontade e que a euforia nostálgica de uns "loucos anos 20" possa efetivamente ser reeditada num ambiente mais digital, mais móvel, mais verde e mais sustentável.
Prevemos crescer organicamente e avançar com 30 novas contratações em 2022, com enfoque nas áreas de Laboral, Público e Contencioso. Prevemos chegar ao fim do ano com um reforço na estrutura de sócios e ultrapassar a fasquia dos 200 colaboradores, nos 6 escritórios da PRA.
Prevemos incrementar a nossa pegada internacional, nomeadamente em Espanha.
Por fim, prevemos muitos encontros ao vivo, regresso às viagens e aos novos projetos e, quem sabe até, uma ou duas fusões disruptoras do panorama nacional da advocacia.

Pedro Rica Lopes
Managing Partner da Lexa

Se, como diz John Donne, "nenhum homem é uma ilha isolada", também o mercado da advocacia não vive distante do contexto social e económico onde se insere.
E se, num passado longínquo, os ecos da conjuntura internacional soavam distantes, a célebre frase que serve para ilustrar a Teoria do Caos, de que o bater das asas de uma borboleta no Japão pode causar um tufão nos Estados Unidos, nunca, como agora, foi mais real.
Com efeito, o mundo, para além de conectado, está cada vez mais interligado, no que isso tem de positivo e de negativo. Daí que qualquer tentativa de previsão possa não ser mais do que um mero exercício de raciocínio com poucas consequências práticas. Recordo, aliás, que, segundo as previsões dos astrólogos, o ano de 2020 seria um ano muito positivo para a maioria das pessoas…
Aceite o desafio, diria que, em regra, o mercado da advocacia se carateriza pela estabilidade e crescimento sustentável. Em ciclos de crescimento económico funciona como um catalisador que impulsiona e dinamiza o investimento e, em contraciclos, consegue reinventar-se e apoiar outros setores e diferentes mercados.
E, na minha ótica, o próximo ano ainda vai ser de alguma turbulência, atenta a instabilidade política, social e económica que constatamos existir em Portugal e no resto do mundo.
No que respeita às sociedades e escritórios de advogados, creio que o setor deverá estar atento e tentar acompanhar a verdadeira revolução tecnológica que o mundo vive e adotar soluções de inteligência artificial, entre outras, que permitam dar respostas de maior efetividade, diminuindo os custos e garantindo os melhores resultados.
No caso concreto da LEXA, procuramos ter uma atitude permanente de benchmarking, analisando as empresas que são referências no mercado (ainda que fora do setor da advocacia) e estamos atentos às abordagens disruptivas efetuadas pelas Lawtechs e Legaltechs, pois tal é fundamental para o crescimento e desenvolvimento de qualquer organização.

Paulo Câmara
Managing Partner
da Sérvulo & Associados

Num dos períodos mais criativos da sua carreira, David Bowie afirmou que o futuro pertence aos que entendam os seus sinais: "tomorrow belongs to those who can hear it coming". É uma frase ajustada também à indústria de prestação de serviços jurídicos, que percebeu há muito a importância de conferir atenção aos sinais de evolução e de oportunidades futuras.
No lado positivo, o ano de 2022 que se avizinha será dominado pela recuperação dos indicadores económicos e pelo aumento dos níveis de investimento estrangeiro. Estes sinais colocam mais pressão sobre as áreas transacionais, de Corporate, Energia, Concorrência, Laboral, TMT, Imobiliário e Financeiro.
No lado negativo, o próximo ano vai des-

tacar-se pelo agravamento da prioridade nos temas climáticos e pelo enfoque no ESG. Os progressos na redução de emissões de gases com efeito de estufa revelam-se insuficientes e colocam em risco o cumprimento das metas traçadas no Acordo de Paris. Este é, sem mais, o maior desafio da nossa geração. As empresas vão enfrentar processos profundos de transformação, nalguns casos dolorosos. O tempo será de preocupação, mas também de esperança. Este contexto obriga a que o setor de advocacia consiga guiar as empresas na tomada das decisões estratégicas para uma transição económica para a neutralidade carbónica e na atualização dos seus modelos de governação aos valores impostos por este novo tempo.

Jaime Carvalho Esteves
Sócio fundador da J+Legal

2022 será um ano marcado pela evolução das condições sanitárias, as quais ditarão o grau das dificuldades económicas, financeiras e sociais que irão sentir. Mas percebe-se já que haverá tensões internacionais graves, fortes constrangimentos nos abastecimentos, pressões inflacionistas e, claro, tensões sociais e políticas.

De um ponto de vista mais local, as principais linhas de força deverão decorrer da instabilidade política, da carga fiscal (e do peso das obrigações acessórias), das alterações de vários quadrantes com grande impacto no imobiliário, do agravamento das condições de financiamento e do fim das exceções ligadas à crise sanitária e, ainda, dos novos projetos financiados pelo PRR. Este enquadramento global e local terá repercussões na prática jurídica em Portugal: muita procura pelo lado do investimento green field, da concentração, reestruturação e revitalização, a par do M&A, e também do financeiro, imobiliário e fiscal, acompanhado pela aceleração da procura de serviços torno da descentralização financeira, onde Portugal poderia ter um importante papel. Este quadro deverá suscitar a procura por novas ofertas focadas num conjunto de especialidades core, acompanhadas de garantia de elevada senioridade, estabilidade das equipas e confidencialidade, tendência que penso notar-se já no mercado. Aliás, 2021 viu já vários projetos novos com menor dimensão relativa, mas com as metodologias e as garantias de qualidade das grandes estruturas. Deverá por isso manter-se uma tendência para maior atomização da oferta, eventualmente até acelerada, se as condições económico-financeiras implicarem redução de trabalho, de honorários ou dos prazos de cobrança, com impacto na satisfação dos advogados quase sócios ou recém-promovidos a esse estatuto. Tudo isto leva-nos a encarar o ano com otimismo e, de um ponto de vista técnico, a manter o nosso foco no bancário e financeiro, no contencioso, incluindo criminalidade económica, no fiscal, no imobiliário e no societário e M&A.

João Vieira de Almeida
Chairman
da VdA

Olhando para 2022 não consigo evitar um reflexo egocêntrico, e o primeiro pensamento que me ocorre é o de que será o ano da transição na liderança da VdA. O princípio de uma nova fase para a qual olho com o orgulho de quem vê afirmar-se, com naturalidade, uma verdadeira instituição, que se projeta no futuro com enorme confiança e energia para continuar a inovar e a crescer.

Em certa medida, trata-se de um reflexo do que sucede neste setor em Portugal. Em 2022, continuará a assistir-se àquilo que é a chegada (mais ou menos atribulada, conforme os casos) à idade adulta de um mercado que nasceu e cresceu nos anos '80 do século passado e que, agora, vive a sucessão da geração fundadora e a afirmação de jovens lideranças, muito bem preparadas para os novos desafios da profissão. Essa transição ditará fenómenos de concentração e alteração de estruturas societárias existentes, já no próximo ano, sendo porém certo que se prolongará por mais algum tempo.

No que respeita à performance das firmas, julgo que 2022 será um ano de bastante atividade, num quadro de retoma da economia, de aceleração das mudanças nos modelos de prestação de serviços e de algum aquecimento do mercado na captura e retenção de talentos. A batalha da transformação digital entrará numa fase crítica, de "última chamada" para os que ainda não embarcaram nesse comboio, que já está em movimento. Os serviços ESG ganharão especial relevância e a Sustentabilidade entrará, definitivamente, na ordem do dia.

O destino das alterações estruturais ao modelo de organização da profissão, que ingressou este ano definitivamente na agenda política, poderá ter um desfecho de enorme impacto para o futuro das sociedades e dos advogados em geral, e esse é um potencial ponto absolutamente crítico do ano que vem.

Globalmente estou, como (quase) sempre, otimista e entusiasmado com os desafios que nos aguardam.

Inês Sequeira Mendes
Managing Partner
da Abreu Advogados

O mercado da advocacia tem vindo a demonstrar uma grande capacidade de adaptação e superação em contextos mais adversos como aqueles que vivemos ao longo dos últimos dois anos. Acredito que, em 2022, se contarmos com a situação pandémica mais estabilizada em Portugal e no mundo e alcançarmos a tão necessária estabilidade política, teremos um mercado mais dinâmico, tendo em conta os projetos que resultarão do PRR, a digi-

talização da economia e as alterações resultantes do Green Deal, nomeadamente as decorrentes do pacote Fit for 55.
Os mais de 16 mil milhões de euros previstos para o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal são uma oportunidade única para as empresas e para a concretização de projetos nacionais, mas também para o mercado da advocacia que terá um papel fundamental na concretização deste investimento e na identificação de oportunidades e para as empresas.
Cientes da importância deste investimento para a dinâmica da economia portuguesa, na Abreu Advogados temos uma Task Force focada no apoio a projetos conexos com o PRR. Temos vindo a acompanhar os nossos clientes de forma a maximizarem estas oportunidades de financiamento, com destaque para áreas como as infraestruturas, o ambiente, o imobiliário, a economia digital e a saúde, que são algumas das que têm maior enfoque no PRR.
Ao mesmo tempo, temos trabalhado cada vez mais em áreas de ponta e pioneiras, com a multiplicação de novos projetos em Criptomoedas, NFTs, Fintech ou Insurtech. Estas poderão conhecer novidades importantes ao nível da legislação nacional e europeia no próximo ano. Acreditamos que são assuntos que continuarão a crescer e a merecer cada vez mais atenção e interesse. O seu acompanhamento, do ponto de vista regulatório e fiscal, tem sido um dos focos da nossa equipa de Direito Financeiro através da qual, com o apoio da equipa de fiscal, temos vindo a assessorar a implementação de vários projetos internacionais, um dos quais reconhecido pelo Financial Times.
Por fim, com os desafios que temos pela frente e a necessidade de cumprir os objetivos do Green Deal, sabemos que as empresas terão que adaptar as suas cadeias de abastecimento e produção, com um impacto significativo em vários setores. Se todos os elementos do pacote Fit for 55 forem adotados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu nos termos propostos pela Comissão, isso significará uma revolução na forma como vivemos, como produzimos e como nos movemos. Também aqui as sociedades de advogados, como assessores estratégicos das empresas e entidades públicas, têm um papel chave no apoio aos projetos e sensibilização para as métricas ESG, por forma a assegurar que os objetivos de descarbonização e redução de emissões possam efetivamente ser cumpridos.

Pedro Pinto
Sócio fundador
da pbbr

O mercado da advocacia em 2022 deverá acompanhar uma progressiva e, espera-se, robusta retoma da actividade económica.
Os dados disponíveis apontam para o aumento do investimento estrangeiro, ajudado por uma imagem cada vez mais positiva do País. Com mudanças políticas ou sem elas, na sequência das eleições legislativas antecipadas no início de 2022, tal imagem não deverá ser afectada.
Perspectiva-se que algumas áreas de prática se revelarão pujantes em 2022, como as ligadas ao imobiliário, turismo e construção, transacções em sectores com forte componente tecnológica ou de serviços de valor acrescentado, IT, energia, telecomunicações e saúde. Nos próximos anos e certamente já em 2022, o PRR deverá gerar trabalho em áreas ligadas ao investimento público, como infraestruturas, com reforço do trabalho de contratação pública. Mas também em investimento privado, que vai beneficiar directa ou indirectamente desse programa.
Haverá, provavelmente, uma tendência para crescimento de trabalho transacional com recurso a mecanismos de financiamento diversificados, com operações apoiadas não tanto em estruturas clássicas de financiamento bancário, mas noutros instrumentos de capitalização.
A pbbr perspectiva o ano de 2022 com optimismo, acompanhando o dinamismo da economia e crescendo com ela, marca de uma Sociedade que cresce consistentemente desde a sua fundação, de forma particularmente robusta nos últimos anos, e que ambiciona continuar a fazê-lo.

Fernando Antas da Cunha
Managing Partner
da Antas da Cunha Ecija & Associados

Temos expetativas francamente otimistas. A evolução do mercado no último ano foi surpreendente. Em termos gerais, registámos um crescimento em todas as áreas do escritório e, daquilo que nos é dado a conhecer, acreditamos que esta tendência vai-se manter. Naturalmente que estamos permanentemente sujeitos a alguma incerteza decorrente da situação pandémica que continuamos a viver. Parece-nos, porém, que ainda que a situação tenha alguns altos e baixos, não iremos novamente estar sujeitos a um lockdown total.
A área do imobiliário, do M&A e do Laboral têm vindo a registar acentuada procura, pelo que acreditamos que vão-se manter como áreas de grande volume de trabalho.
No plano do posicionamento dos vários players, face ao elevado número de procura, que penso ser mais ou menos transversal a todo o mercado, poderá levar a algum abrandamento de movimentos de concentração podendo, inclusive, levar a alguns movimentos de cisões. Ainda assim, no nosso caso em específico, acreditamos que vamos continuar a crescer, quer a nível orgânico, quer a nível de lateral hires.
Já no plano das necessidades de recrutamento, antevemos alguns problemas. O mercado está muito ativo e a registar um full employment na nossa área e que pode levar a algumas distorções do mercado. É muito importante que consigamos ter uma visão de médio/longo prazo, para que possamos manter a robustez do nosso mercado.

Nelson Raposo Bernardo
Managing Partner
Raposo Bernardo & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL

Apesar dos inúmeros sinais de incerteza, em Portugal e no mundo, arrisco em prever que o mercado da advocacia terá um ano positivo, em 2022. A especialização das sociedades de advogados permite que estas beneficiem de todos os ciclos: se umas áreas de prática permitem a obtenção de melhores resultados em ciclos de crescimento, outras áreas garantem a estabilidade ou mesmo incrementos de atividade e volume de negócios em ciclos de retração económica ou de crise.

Para além disso, a generalidade das sociedades de advogados portuguesas têm a maturidade, experiência e a flexibilidade necessárias para se adaptarem a todos os ciclos económicos. Isso aconteceu no passado, seguramente voltará a acontecer no futuro.

De resto, não existem apenas sinais de incerteza. O mercado imobiliário volta a mostrar uma relevante vitalidade, o mesmo acontecendo com o mercado das fusões e aquisições, embora este a menor ritmo. Ainda assim, acredito que as necessidades de capital de algumas empresas irão gerar oportunidades e que o mercado de M&A voltará progressivamente aos seus níveis normais. Além disso, é expectável que os investimentos decorrentes do Plano de Recuperação e Resiliência comecem, em 2022, igualmente a revelar os seus efeitos.

Também no contexto da advocacia societária creio que 2022 será um ano que permitirá a continuação do desenvolvimento das sociedades de advogados. A pandemia constituiu um teste importante à cultura das sociedades, tendo tido o curioso efeito de reforçar a sua coesão. Foi também um acelerador da digitalização naquelas sociedades que estavam mais atrasadas a este nível. E em ano de algumas incertezas, não antecipo alterações significativas no panorama dos principais players nacionais, sendo mais certo que fusões ou cisões fiquem reservadas para um período de maior estabilidade. Isto sem prejuízo de ser expectável que mais algumas sociedades internacionais sintam o apelo de se instalar no nosso país, através de parcerias ou mesmo absorções: ainda que nos falte dimensão e escala que justifique a instalação das principais sociedades de advogados internacionais, os investimentos públicos que se avizinham, bem como outros fatores como sermos uma porta aberta para o mundo lusófono podem ser considerados suficientes para que o nosso país esteja no radar.

Ana Taveira da Fonseca
Professora da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

O meu desejo para 2022 é, por todos os motivos, que haja uma evolução favorável da pandemia de COVID-19 que permita, a nível global, a recuperação de todas as atividades económicas cujo desenvolvimento se encontra prejudicado desde o primeiro trimestre de 2020. Se tal não se vier a verificar, todos os setores, incluindo a advocacia, terão de continuar a focar-se nos problemas colocados pelas medidas de combate à pandemia.

Acreditando que, em 2022, já estaremos numa fase de endemia, julgo que continuaremos a assistir a uma aceleração da transformação digital e dos projetos que sejam ecologicamente sustentáveis e socialmente responsáveis. Projetos esses que, em Portugal, serão também impulsionados pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Para responderem aos desafios que serão lançados pelos seus clientes, os advogados não poderão deixar de acompanhar estas tendências já identificadas em 2021 e que se irão certamente acentuar em 2022. A transformação digital influenciará também, com toda a certeza, já em 2022, o modo como se exerce a própria advocacia e advinha-se que poderá tornar este mercado ainda mais competitivo.

As Universidades não podem alhear-se destes ventos de mudança. É isso que procuramos fazer na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da UCP, promovendo a internacionalização dos nossos estudantes, atualizando constantemente os nossos planos de estudo e os curricula das disciplinas de licenciatura e mestrado, e desenvolvendo diariamente um projeto cada vez mais sustentável e responsável. Evoluímos também tecnologicamente, não só na forma como lecionamos as nossas aulas, mas também no modo como avaliamos os nossos alunos e os promovemos junto dos recrutadores. Formar juristas altamente qualificados, capazes de propor soluções adequadas para problemas complexos, é o melhor contributo que podemos dar a uma sociedade em constante transformação.

João Caiado Guerreiro
Managing partner
da Caiado Guerreiro

Acredito que o ano de 2022 será melhor que 2021. A pandemia estará bem mais controlada pela ampla vacinação da população que Portugal conseguiu e isso ajudará a que seja um ano mais fácil do que este que passou. Ainda assim, vai ser um ano de eleições, o que acaba sempre por travar de alguma forma os negócios e a economia do país. Sabemos que depois das eleições até ser formado o Governo poderá levar alguns meses, dependendo muito do resultado obtido, por isso prevê-se alguma instabilidade no início do ano, mas penso que 2022 vai ter um balanço final bastante positivo.

Na Caiado Guerreiro continuaremos a apoiar os nossos clientes com proximidade, rigor e dinamismo, da mesma forma que a nossa equipa tem conseguido garantir desde sempre e especialmente nestes últimos dois anos. Vamos conti-

nuar a apoiá-los a ultrapassar e navegar os obstáculos legais, e a fazer crescer os seus negócios. Hoje em dia, os clientes já não pretendem que as sociedades de advogados lhes deem apenas aconselhamento jurídico, mas sim que estas lhes apresentem soluções para os problemas regulatórios e outros que vão acontecendo na sua atividade.

Para isso, teremos que continuar a adaptarmo-nos às mudanças constantes que vão acontecendo na nossa sociedade, que passará muito pelo uso de novas tecnologias e pela aposta no desenvolvimento e crescimento de todos os profissionais da nossa equipa. Uma coisa é cada vez mais clara: as adversidades que vamos encontrando, como é o caso desta pandemia, e a capacidade de adaptação às mudanças que essas mesmas adversidades trazem tornam mais importantes todas as pessoas que contribuem para o sucesso da Caiado Guerreiro. Os nossos colaboradores são o nosso maior e melhor ativo e o desafio da retenção de talento é atualmente muito forte. Se formos capazes de reter e desenvolver os nossos profissionais, vamos continuar a ter clientes satisfeitos.

Resumindo, 2022 vai ser um ano em que as pessoas e as equipas vão ser fundamentais, assim como de dar continuidade à adaptação tecnológica e que vai também requerer um grande esforço e resiliência da parte de todos os Portugueses para conseguirmos recuperar e repor o crescimento do país.

Pedro Rebelo de Sousa
Managing partner e fundador
da SRS Advogados

Acredito que 2022 será um ano impactante e de consolidação de crescimento, tanto em termos de operações como em volume de negócio. A pandemia não desacelerou o nosso ritmo de trabalho – muito pelo contrário –, e prevejo que no próximo ano, à medida que regressamos a uma relativa normalidade, esse ritmo dispare. Nessa perspectiva, a digitalização está a mudar, a pouco e pouco, mas firmemente, a forma como interagimos uns com os outros, permitindo-nos estar presentes em todas as fases da nossa relação com o cliente, ainda que à distância, e fomentando novas formas de colaboração entre as várias equipas. Este incremento de soluções tecnológicas virtuais veio decerto mudar o paradigma na maneira como os advogados operam e tornou-se num no turning point. Existe agora um acesso a ferramentas e softwares que combinados fazem do advogado de hoje um advogado menos burocrático e com mais tempo para gerir a sua carteira de clientes de forma estratégica. O mesmo se aplica ao work/life balance, cujo equilíbrio tem sido uma preocupação constante tendo a SRS implementado e reforçado benefícios e acções, além de permitir o trabalho remoto 6 dias por mês. O mesmo se diz dos Business Services desde a business intelligence, ao workflow e processos. Ao mesmo tempo, espera-se que as sociedades de advogados – e na SRS não está a ser diferente – apostem numa maior diversificação de talentos, tanto ao nível de formação como de experiência profissional. Assistimos à colaboração entre advocacia, gestão e consultoria noutros mercados, uma realidade cada vez mais presente. Na SRS, há muito que operamos como uma verdadeira empresa, e só assim consideramos estar preparados para continuar a acompanhar de uma maneira sólida e transversal os desafios e reais necessidades dos nossos clientes. Com isto em vista, iniciaremos em breve a mudança de imagem da SRS para um conceito que alie esta nova visão ao foco e dedicação que nos caracterizam desde sempre.

Domingos Cruz
Managing
Partner da CCA

A simbologia dos números tende a representar o número 2 como o número da dualidade. Ora, num ano carregado de dois, a incerteza que caracteriza a dualidade, será porventura a pedra de toque do próximo ano.

Incerteza política – Começar o ano com umas eleições legislativas cujo desfecho é mais incerto do que nunca, e cujas aparentes soluções governativas são tudo menos óbvias, podem lançar o país numa instabilidade altamente indesejada, sobretudo no que toca à aplicação dos fundos do PRR.

Incerteza económica – Assistimos ao início de uma tempestade quase perfeita. O aumento generalizado das matérias primas, em números estratosféricos, que se começa a sentir no início das cadeias de valor, aliado ao provável aumento dos custos transportes e consumos por força da crise energética em que vivemos atualmente, poderá colocar um enorme peso nas famílias e nas empresas.

Incerteza social – A psique coletiva vive ainda atormentada com os efeitos da pandemia, a euforia da aparente libertação depois do processo de vacinação, dá lugar à frustração generalizada com a consciência de que o problema não desapareceu, e que as vagas vão e voltam, não ao sabor das marés, mas sim das estações.

Tudo junto, podemos estar a caminhar para um ano difícil que, inevitavelmente, se repercutirá no mercado da advocacia em 2022, pois irá determinar quais as áreas que terão mais atividade, se as áreas de investimento (M&A, Imobiliário, Novas Tecnologias), se as áreas de desinvestimento (Contencioso, Recuperação de empresas, Laboral).

Este novo normal que nos impede de fazer sequer planos a 12 meses, exige

permanente acompanhamento e monitorização.

Será, seguramente um ano desafiante, onde não faltarão surpresas e novidades, mas aqui… nada de novo.

Tal como o anuário do JE, que é publicado quer faça chuva, quer faça sol, o mercado da advocacia continuará firme, independentemente das incertezas.

Pedro Malta da Silveira
Managing
partner da SPS

2022 reserva a todos vários e grandes desafios, não só para o setor da advocacia, mas para a sociedade e a economia em geral. Desde logo, a incerteza da evolução do cenário pandémico e medidas que possam vir a justificar-se num eventual quadro de controlo e mitigação do vírus. Depois, o cenário de incerteza política, recentemente materializado na não aprovação do Orçamento de Estado, na dissolução da Assembleia da República e na marcação de eleições antecipadas. No que à advocacia diz respeito, há ainda a incerteza do futuro da independência da profissão e o eventual avanço para a admissão de sociedades de advogados multidisciplinares.

Paralelamente a todas estas variáveis, o futuro da advocacia vai passar também por variáveis independentes: mudança de mentalidades (que já deu início com o teletrabalho), novos modelos de trabalho, estruturas mais flexíveis, aceleração tecnológica, alteração do modelo de negócio, objetivos de desenvolvimento sustentável e uma maior humanização dos serviços prestados. Passaremos, seguramente, a olhar os nossos escritórios de forma diferente, como um ponto de encontro, em que cada um apoia e se apoia, conquistado que foi um espaço de equilíbrio entre a família e o trabalho. A cultura da empresa será fundamental para manter fortes e firmes as organizações, mantendo a chave do sucesso no seu aliado mais poderoso: as pessoas.

O mercado irá acompanhar e apoiar a retoma económica e suas exigências. Serão procurados, cada vez mais, serviços jurídicos para responder a necessidades cada vez mais segmentadas. O setor da advocacia terá, necessariamente, que continuar a ser criativo e a reinventar-se, particularmente nos aspetos tecnológicos, para responder a todas as necessidades e desafios do mercado. Nunca uma época foi tão profícua para mudanças estruturais.

Nuno Galvão Teles
Managing Partner
da Morais Leitão

O mercado tem mudado muito. Mais do que simplesmente investir em tecnologia, um elemento fundamental mas perfeitamente basilar nos dias que correm, temos apostado numa cultura de inovação contínua, que nos permite apresentar conhecimento especializado com valor acrescentado. Significa repensar o trabalho jurídico nas suas diferentes fases: a metodologia, com abordagens diferentes às fases dos projetos consoante as ferramentas disponibilizadas, a relação com o cliente, cada vez mais imersiva e estratégica, obrigando a um conhecimento profundo do setor, e a formação permanente dos advogados, cada vez mais especializados mas abertos à colaboração entre áreas. A advocacia está hoje muito estimulada, em diferentes frentes, mas acreditamos que a profissão tem também as ferramentas certas para lhes responder. Para nós, trata-se de levar ainda mais longe a ligação com a comunidade que sempre tivemos, colaborando com empresas e academia para desenvolver os melhores produtos e serviços mas também os próprios modelos de prestação de serviços jurídicos, que não só respondem como antecipam os desafios, numa lógica de parceria.

Diogo Pessanha
Advogado
da Acrlex

"Considerando as novas formas de trabalhar que a pandemia nos levou a experimentar entendemos que a pergunta pode ser abordada de duas perspectivas. Uma interna sobre a organização do trabalho e o plano de carreira dos advogados e outra externa sobre os desafios e oportunidades que 2022 pode trazer em termos económicos. Começando pela pergunta da praxe, vemos o ano de 2022 com as movimentações típicas de uma economia em recuperação, acelerada por estímulos europeus, onde operações de aquisição, concentração e de restruturação serão predominantes. O período de menor intensidade económica gerado pela pandemia permitiu que muitas empresas se reestruturassem e se apresentem, agora, com uma boa saúde financeira e operacional para exponenciarem a sua atividade. Haverá, no entanto, que estar atento a fatores como por exemplo o aumento do custo dos transportes, das matérias-primas e da energia que, a manterem-se, podem desacelerar ou criar obstáculos ao expectável crescimento económico. Por outro lado, a pandemia mostrou-nos que o trabalho prestado não presencialmente funciona e que o recurso a meios tecnológicos, bem como a instituição de regimes híbridos ou de flexibilização do local de trabalho é já uma realidade que se manterá em 2022 e no futuro. A reboque desta nova forma de trabalhar admitimos que a formalidade do dress-code no escritório também possa vir a ser mais descontraída. Para além disso, e talvez mais desafiante, o ano de 2022 poderá ser o início do ponto de viragem da forma como muitos advogados projectam a sua carreira. A pandemia trouxe uma nova forma de ver e de viver a vida onde o plano de carreira de "up or out" ou um salário mais alto deixaram de ser necessaria-

mente o modelo a ambicionar. Este novo paradigma poderá obrigar os escritórios a adoptar um modelo caracterizado por menos salário e objetivos, mais tempo de férias, etc., o qual poderá ser um critério diferenciador na contratação e retenção de advogados."

Dália Cardadeiro
Partner da BAS – Sociedade de Advogados, SP, RL

A previsão que a BAS faz para o mercado da Advocacia em 2022 é de incremento das questões suscitadas em matéria de Direito do Trabalho, associadas ainda aos efeitos da pandemia que tantos desafios veio lançar nessa mesma área, assim como de crescimento dos serviços jurídicos nas áreas do Direito Digital, atento o avanço das novas tecnologias que ganharam ainda maior acuidade no combate à pandemia.

A previsão é ainda de dinamização dos setores da saúde, da contratação pública e das infraestruturas e construção, de continuação das necessidades de resposta em matéria de proteção de dados pessoais.

A resposta do Direito à necessidade de incremento de medidas de sustentabilidade ambiental e de promoção da economia circular, no combate às alterações climáticas, constitui um importante desafio das sociedades de advogados para o ano de 2022.

Diogo Xavier da Cunha
Managing partner da Miranda & Associados

A questão coloca desde logo uma dificuldade complicada de superar: definir, com clareza, o que é o mercado da advocacia é algo particularmente delicado, quando sabemos que há na profissão realidades muito distintas. Há naturalmente questões transversais a toda a profissão, mas mesmo nessas é fácil de assinalar e compreender a existência de perspetivas bem diferentes dependendo da realidade em que cada advogado exerce a profissão. Em todo o caso, questões como o futuro da Caixa de Previdência, o regime da transparência fiscal aplicável às sociedades de advogados, a problemática das sociedades multidisciplinares, o papel do advogado no combate ao branqueamento de capitais e no planeamento fiscal dos seus clientes, a divulgação pública das contas das sociedades de advogados e o relacionamento entre as sociedades de advogados e os advogados não sócios que as integram continuarão decerto na ordem do dia. E infelizmente temo que continue a ser pelas piores razões, em que a discussão e as propostas assentam em pura demagogia (e ideologia) sem procurar ir ao fundo das questões e com efetivo conhecimento da realidade. Todos estes temas devem ser abordados de forma séria tendo em vista a busca de soluções construtivas e equilibradas para cada um deles.

No que respeita às perspetivas de atividade para 2022, no que à Miranda diz respeito esperamos que seja um ano com boas oportunidades de crescimento, tanto no que respeita à atividade puramente doméstica, como no que toca à atividade nas diferentes jurisdições cobertas pela Miranda Alliance. De resto, já se tem vindo a notar uma nova dinâmica na atividade económica em geral e nas decisões de investimento e de normalização da atividade de muitos dos nossos clientes. Não me parece que haja nenhuma área em especial a destacar, pois a expetativa é a de que o crescimento se verifique, em menor ou maior medida, em todas elas.

Martim Anahory
Sócio da SLCM - Serra Lopes, Cortes Martins & Associados

Nos tempos que correm é quase um lugar-comum declarar-se em jeito de disclaimer o quão difícil é fazer previsões. Feito subtilmente o disclaimer, arrisca-se dizer que 2022 poderá ser um ano de lento regresso à normalidade pós-covid, a menos que os efeitos das restrições do contexto pandémico que tem assolado a generalidade das sociedades ocidentais não sejam debelados e, no caso particular português, a possível instabilidade política resultante das próximas eleições legislativas não permita que o país ande para a frente.

Acreditando, pois, que em 2022 "#vai ficar tudo relativamente bem", e sendo a advocacia tributária da evolução do resto do mercado, espera-se – no sentido de esperança – que a desejada retoma económica contagie positivamente a prestação de serviços jurídicos em áreas típicas de tempos de crescimento (p.e. M&A, Private Equity, Imobiliário, Turismo, Agro-Indústria). Quanto à SLCM, e as suas pessoas: estamos, de forma realista, com os olhos postos no futuro, sabendo que nem tudo pode correr bem ao nível político, económico e social e que isso se repercute na nossa atividade. De todo o modo, o investimento feito nos últimos anos pela sociedade em novas tecnologias, incluindo no que respeita ao trabalho remoto, permite-nos encarar todos os cenários futuros com total confiança.

José Costa Pinto
Sócio Fundador
da Costa Pinto

Na minha perspetiva o mercado da advocacia em 2022 vai ser marcado por duas palavras: "consolidação" e "afirmação".
Por um lado, "consolidação" dos grandes escritórios como entidades empresariais, a quem serão confiados os negócios de maior dimensão e que reunirão equipas mais institucionalizadas e estratificadas. Nestas instituições procurar-se-á consolidar um nível de resposta aos Clientes numa lógica de full service e equiparação institucional.
Por outro, "afirmação" de várias sociedades criadas mais recentemente, cujo crescimento e transformação se tem feito ao ritmo do desenvolvimento dos mercados de private equity e M&A, com bastante incidência nas áreas de fusões e aquisições, societário e comercial e imobiliário. A afirmação destas sociedades, terá como pedra de toque uma lógica de focus service e equiparação na visão de um mundo em transformação.
Poderia ainda acrescentar uma terceira palavra: "mudança", em função das alterações regulatórias que foram anunciadas, designadamente no que respeita à liberalização da detenção do capital social das sociedades de advogados e dos poderes das ordens profissionais. Se vierem a ser aprovadas (o que parece agora incerto pelo momento político), antecipo ainda que 2022 seja um ano de mudança ou, pelo menos, de início de mudança no mercado da advocacia em função dessas novas regras regulatórias.
Quanto à Costa Pinto em particular, prevejo que o nosso trajeto de crescimento se volte a afirmar em 2022, pois os projetos que 2021 nos deixará em pipeline, designadamente em projetos de private equity e M&A (incluindo imobiliário), dão-nos entusiasmo e garantias disso. Sem prejuízo, o que queremos é manter as condições para continuarmos a desenvolver o nosso plano estratégico de nos afirmarmos como uma sociedade de direito dos negócios, com vocação internacional, e continuar a dotar a Equipa com todas as condições para fazermos um excelente trabalho para os nossos Clientes.

Manuel Fontaine Campos
Diretor da Escola do Porto da Faculdade
de Direito da Universidade Católica

Espera-se que 2022, apesar dos percalços a que a pandemia nos vai habituando, seja um ano de recuperação forte da atividade económica e, naturalmente, também do mercado da advocacia. Para um pleno aproveitamento de todas as oportunidades que certamente surgirão, faz sentido investir na formação especializada em Direito, seja em domínios de ponta como o Direito e Tecnologia, seja em domínios clássicos como as Sociedades Comerciais, seja em domínios jurídicos interdisciplinares, como o Direito Imobiliário ou o Direito da Saúde. Naturalmente, será necessário acompanhar a evolução legislativa e toda a difusão de conhecimento que, a propósito dessas alterações, vão sendo promovidas pelas universidades, pela Ordem dos Advogados, pelo CEJ e outras instituições de relevo, através de colóquios, conferências, cursos breves. Em suma, o aprofundamento e a atualização do conhecimento jurídico será, como sempre, indispensável para vencer os desafios multiformes que o próximo ano colocará ao mercado da advocacia.

Hugo Marques dos Santos
Advogado Sénior
MG Advogados

O ano de 2022, à semelhança do que se verificou em 2020 e 2021, evoluirá ao ritmo das curvas do (Rt) da Covid-19 e respectivas estirpes. Mais um elemento de incerteza a acrescer ao atributo da imprevisibilidade que tipifica os tempos em que vivemos.
No que concerne à advocacia, uma das principais alterações verificou-se no funcionamento das equipas e no modelo de trabalho presencial. A pandemia levou à adopção em grande escala de modelos de organização do trabalho que eram anteriormente residuais. Estas alterações tiveram grandes impactos na forma de comunicação e de trabalho das equipas, e das equipas com os clientes.
Passados quase dois anos, verifica-se que as sociedades de advogados e os clientes evoluíram e adaptaram-se à nova realidade, criando uma nova normalidade. Desse ponto de vista parece-nos que o eventual evoluir da pandemia por 2022 - que neste momento parece estar a exigir a reposição de algumas medidas restritivas em alguns países do centro da Europa e que ameaça também chegar a Portugal – será encarado com tranquilidade e sem os efeitos destabilizadores do passado.
A pandemia foi uma incubadora do que será, inegavelmente, um dos maiores desafios que as sociedades de advogados terão de enfrentar nos próximos anos. Falamos das matérias de segurança e de protecção de dados. Infelizmente, não são desafios exclusivos do mercado da advocacia, mas que, devido à sensibilidade dos temas que muitas vezes são tratados e dos deveres de sigilo que incidem sobre os advogados, assumem uma especial gravidade. Fugas de informação ou ataques de ransomware poderão causar danos de imagem e reputação gravíssimos ao mercado da advocacia com a inerente perda de confiança dos clientes nos advogados e

nas informações que são partilhadas.
Previsivelmente, 2022 irá igualmente ditar o fim progressivo dos auxílios às famílias e às empresas, o que se antevê que, com a eventual subida de taxas de juros (correlativo da inflação), possa criar uma maior litigiosidade e, consequentemente, um aumento do fluxo de processos judiciais.
Quanto ao nosso Escritório queremos reforçar a nossa ligação com a rede internacional à qual aderimos em 2020, e que nos tem permitido criar um valor acrescentado para o nosso cliente.

Mafalda Rodrigues Fonseca
Sócia da CSBA
Sociedade de Advogados

Isabel Marinho
Sócia da CSBA
Sociedade de Advogados

O Mundo mudou…
Mudanças pessoais, profissionais, sociais … chegaram com o início dos anos 20 do século XXI.
Vieram para ficar e para trazer um novo paradigma de vida!
O mercado da advocacia é evolutivo. Existem novos mercados, novas economias, novos modelos de negócio … aos quais a advocacia tem de responder.
No início do milénio o hidrogénio, as bit coins, as redes sociais, o e-commerce, os táxis aéreos … ainda que embrionários, não "passavam" de futuro (não muito longínquo, mas futuro).
A evolução é exponencial e vivemos num mundo em que os anos se seguem uns aos outros, mas a evolução não se "soma" com o mesmo algarismo, ao invés, multiplica-se com o seu próprio fator.
Assim, prevemos que 2022 seja um ano exigente para a advocacia, mas, também, muito desafiante.
A pandemia continuará, ainda em 2022, a fazer os seus estragos, mas cremos que chegaremos ao final do ano com a qualificação a descer de pandemia para epidemia e as economias, os mercados, as pessoas… continuarão a reerguer-se, adaptando-se e fazendo jus à expressão "o mundo é dos que se adaptam".
E muitas das empresas, dos mercados, das economias, das pessoas saberão reinventar-se, renascer, construir novas realidades e, assim, o futuro da advocacia será muito desafiante e próspero.
Portugal, se souber, se conseguir, poderá ser a sede e campo de muitas empresas ligadas ao ambiente, à economia verde, ao mercado do carbono, às novas tecnologias de informação, de gestão de dados, novas lógicas de gestão de redes, da energia ao 5G.
Se no passado os recursos minerais e endógenos de um País lhe davam a qualificação de rico ou pobre, no futuro acreditamos que o know-how, a capacidade de trabalho e de adaptação em que os Portugueses são reis, poderão dar a Portugal um futuro brilhante.
O mercado da advocacia, as respostas aos problemas e as estratégias de crescimento de mercados em sintonia com o legislador será determinante e fundamental para o futuro.
Os desafios, as novas realidades, as mudanças de paradigma, a mudança do Mundo … terão de ser encaradas como fazendo parte integrante da evolução do Mundo e a advocacia como peça basilar desse puzzle estará capacitada para assumir o seu papel.
Cremos que o mercado da advocacia sofrerá alterações, a que temos de nos adaptar e responder, mas, também, estamos convictas que os novos anos 20 em que caminhamos serão de grandes oportunidades para Todos nós, não só como Advogados, mas, também, como cidadãos, como empresas, como País.

Vasco Carvalho Marques
Sócio na Teixeira de Freitas, Rodrigues & Associados

Na TFRA acreditamos que 2022 será um ano de forte recuperação da economia. Com efeito, todas as instituições Nacionais e Internacionais apontam para uma taxa de crescimento em torno de 5%, o que a verificar-se será, infelizmente, inédito no Portugal do Séc. XXI. Oxalá as condições de governabilidade pós-eleitoral não impeçam a concretização deste objetivo.
Sendo um escritório vocacionado para uma clientela de investidores internacionais (individuais e empresas) esperamos um claro reforço de investimento internacional em ambos os segmentos. Numa perspetiva do mercado nacional da advocacia, a aplicação dos fundos PRR irá certamente dinamizar a advocacia de negócios com expectável crescimento dos setores Imobiliário, Societário, Comercial e Contratação Publica. Por outro lado, a Advocacia mais tradicional ligada ao contencioso civil e administrativo – tributário, deverá continuar muito pressionada pelos sistemáticos atrasos que lamentavelmente caracterizam o sistema judicial português.
Naturalmente, estra avaliação parte de um pressuposto, porventura otimista, de que em Portugal e nos nossos principais mercados a pandemia terá uma evolução francamente positiva. Em qualquer caso, não é de esperar a repetição dos cenários mais dramáticos de 2020/2021, até porque quer no plano sanitário como nos agentes económicos, a preparação para enfrentar longos períodos de confinamento é hoje muito superior, fruto da experiência duramente adquirida em quase dois anos de pandemia.
Assim, atendendo às áreas de atuação da TFRA, podemos concluir estar moderadamente otimistas quanto à evolução do mercado nacional da advocacia durante o período de 2022.

Bruno Ferreira
Managing partner
e sócio da PLMJ

Os finais de ano são sempre um momento em que fazemos algum exercício de retrospetiva. Quando fazemos esse exercício em relação aos últimos dos anos, coube um pouco de tudo: travagem, incerteza, recuperação e muitas mudanças que vieram para ficar, algumas delas que são de saudar e que correspondem ao acelerar de tendências que já davam os primeiros passos.
É o caso da aceleração da digitalização e de dinâmicas mais eficientes de trabalho, que trouxeram para a realidade do dia-a-dia temas como teletrabalho, reuniões online e a incorporação definitiva de um mindset mais tecnológico.
2020 e 2021 foram também os anos em que o tema da sustentabilidade subiu para o topo das agendas das empresas e essa é uma conquista destes dois anos de reflexão à escala global. A agenda da sustentabilidade trouxe consigo temas que são estratégicos para o setor e para a PLMJ, como é o financiamento verde e a aplicação da matriz ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) aos projetos de crescimento e consolidação do tecido empresarial nacional.
Sobre 2022, do ponto de vista macroeconómico, a visibilidade diminuiu ligeiramente, novamente com incerteza face à pandemia e, agora, também em relação ao quadro político em Portugal.
Falando das áreas em que antevemos maior crescimento da nossa atividade, destacaria as operações de reestruturação nas suas várias vertentes – financeira, laboral, operacional. Será um ano em que assistiremos a mais consolidações de empresas e haverá ainda uma tendência para a venda de ativos não core ou menos rentáveis. Neste sentido, a atividade de venda de NPLs e gestão de reestruturações e insolvências, são algumas das operações que vão, seguramente, marcar o ano.
Numa perspetiva mais benigna, sabemos que o ano que está a chegar traz fundos expressivos para apoiar o relançamento das economias. A montagem de operações de capitalização será uma área particularmente ativa e, aqui destacaríamos alguns setores estratégicos, como a energia e a banca. O nosso setor tem um papel a desempenhar no apoio aos clientes que por via dos seus projetos possam vir a recorrer a estes fundos e a chegada de parte das verbas do PRR traz o previsível lançamento de obras públicas, exigindo especial atenção jurídica e regulatória em particular.

André Miranda
Sócio da Pinto
Ribeiro Advogados

2022 deveria ser um ano de desejável normalização da advocacia, depois de dois anos vividos em pandemia. Acontece que neste final de ano algumas das perspetivas que vinham sendo projetadas terão de ser revistas ou reajustadas pelo eclodir de novas incertezas sobre a efetividade do combate à pandemia. Em paralelo, o mundo terá de contar nos tempos próximos com inflação mais elevada, escassez de matérias-primas, comércio transnacional significativamente mais caro e, ainda, uma crise energética sem precedentes, envolvida em bastidores geopolíticos igualmente incertos.
Tudo isto terá um impacto na atividade económica em Portugal e, por conseguinte, na advocacia portuguesa, podendo limitar o desenvolvimento de muitos projetos de investimento ou de desenvolvimento empresarial. Quer as empresas, quer as famílias conseguiram preservar a capacidade de investimento, alavancada pelo apoio de recursos públicos de valores sem precedentes (oriundos do Plano de Recuperação e Resiliência ou do Programa Portugal 2030), mas poderão ver condicionada a sua capacidade de investimento e consumo por força das restrições atrás referidas.
Por último, o ano de 2022 começará também com uma dúvida sobre a governabilidade do País, com eleições antecipadas por força da crise política orçamental. Também o cenário político que resultar destas eleições vai ter um impacto decisivo para a nossa vida em sociedade. Estará em causa a criação de condições políticas para que o nosso País possa finalmente levar a cabo reformas essenciais na justiça, na fiscalidade, na educação, na atração de novos migrantes, que permitam colocar Portugal na rota do crescimento económico.
Os escritórios que souberem estar à altura destes desafios, com uma capacidade de rápida adaptação, serão aqueles que poderão chegar ao final do ano de 2022 em melhores condições.
Enquadramos aqui o nosso escritório. A Pinto Ribeiro estará à altura deste desafio. Temos vindo a desenvolver uma série de estratégias para manter e até reforçar o nosso posicionamento, em termos dos clientes e setores que acompanhamos.

João Quintela Cavaleiro
Sócio fundador
da Cavaleiro & Associados

Os sinais que a Cavaleiro & Associados tem experienciado neste final de ano são um excelente prenúncio para 2022. Os assuntos multiplicam-se, os nossos Clientes estimam fechar o ano em estabilidade ou crescimento face a valores pré-pandemia, diversificaram actividades e encontraram novos espaços de oportunidade nos mais variados sectores. Para um escritório exclusivo e muito próximo da vida das organizações, dos seus líderes e das Pessoas, é o melhor dos sinais.
Manteremos o foco nos três blocos de áreas nos quais o escritório tem sido reconhecido historicamente: i) reforço da internacionalização, quer em operações inbound, quer outbound na assessoria a multinacionais, quer na expansão internacional de empresas do Norte e Centro

do País líderes dos seus sectores. ii) No Direito Público e Energia, espera-se franca expansão de novos projectos energéticos – i.a. hidrogénio, solar e bio-combustíveis-, quer nas matérias de assessoria e contencioso público relacionado com processos concursais e Fundos Comunitários/Públicos. iii) No Direito dos negócios e das empresas anseia-se a continuidade de operações de M&A decorrentes de oportunidades que emergiram com a Pandemia e uma permanente ebulição nas matérias laborais.
Em face do teletrabalho ou regime misto o segredo será mantermo-nos coesos internamente e continuar a ser a mão silenciosa que tem ajudado os clientes a prosperar numa época tão desafiante.

David Carvalho Martins
Managing Partner
da DCM Littler Portugal

Esperamos que 2022 traga o virar da página da Covid-19 e dos seus efeitos nas nossas vidas. A pandemia impôs uma experiência intensiva do trabalho à distância. Aparentemente, não aprendemos com este laboratório social. Brota no horizonte um novo regime de teletrabalho e de desconexão rígido e complexo, pouco amigo da flexibilidade e da conciliação. Por outro lado, prevê-se a subida significativa da retribuição mínima mensal garantida. Para as empresas que procuram "levantar-se do chão" não são as melhores notícias. Os trabalhadores podem, também, conhecer efeitos negativos. Depois de anos de crise, será difícil absorver o aumento significativo dos custos e a burocracia associada ao teletrabalho e à desconexão. Por seu lado, empresas e trabalhadores estrangeiros podem reponderar a sua fixação em Portugal. O desejo de tudo regular sem pensar no respetivo contexto cria espaços de indefinição, de potenciais litígios e de desincentivos àquilo que devíamos acolher: a liberdade de organizar o local e o tempo de trabalho entre empregador e trabalhador, ainda que mediada pela contratação coletiva.
Ansiamos pela libertação das amarras que a Covid-19 colocou no relacionamento pessoal, familiar e profissional. Podemos não nos livrar da doença, mas contamos, pelo menos, com níveis de imunidade que permitam resgatar parte da nossa forma de viver em família, em comunidade e no trabalho. Por outro lado, a perspetiva de crescimento de aproximadamente 5% do produto interno bruto dá-nos ânimo para esta nova fase.
Deste modo, a advocacia – em particular, aquela que se dedica ao Direito do trabalho – terá um papel fundamental e muito exigente para apoiar os empregadores e os trabalhadores a navegar no mar turbulento da legislação laboral. A nossa integração na Littler, o maior escritório do Mundo exclusivamente dedicado ao Direito do trabalho dá-nos uma confiança acrescida para o ano de 2022.

Rita Maltez
Sócia
da Pares Advogados

A actividade económica é, hoje em dia, a principal bússola pela qual se orienta uma boa parte da actividade dos Advogados. Não antecipo, por isso, grandes alterações, quer no tipo de trabalho quer na sua distribuição pelos diferentes tipos de advocacia (grandes sociedades, outras sociedades, sociedades com forte componente internacional, pequenos escritórios, prática individual).
Diria que a coisa mais certa que temos é a mudança das formas de trabalho (teletrabalho, etc), e uma ainda maior necessidade de acesso ao conhecimento de qualidade.
Quero falar de outro aspecto que pode condicionar a nossa profissão, eventualmente de forma mais profunda. Refiro-me ao projecto de alteração da Lei das Associações Públicas Profissionais e ao que ele representa. Na generalidade, diria que apresenta um conjunto de propostas com as quais concordo (por exemplo a da inclusão de não juristas em alguns mecanismos da Ordem dos Advogados) e que, se bem interpretadas e implementadas, podem trazer um novo vigor à forma como nos vemos enquanto Advogados. Este projecto tornou mais evidente a irrelevância da nossa própria associação profissional, em especial no que respeita ao acesso à profissão. Em vez de constituir pouco mais do que um gigantesco obstáculo ao exercício da profissão, protegendo os que já lá estão, a Ordem dos Advogados deve reduzir e focar a sua actividade a uma expedita e eficiente auto-regulação e a uma forte formação deontológica, em vez de um prolongamento inútil do ensino universitário, que termina com a sujeição a exames que muitas vezes mais não são do que armadilhas de retórica (fraca) para os pobres candidatos, e nos quais a maioria dos melhores de nós chumbaria. Será sempre uma mudança difícil, mas é talvez a única que, com a alteração institucional que o projecto de alteração prevê, pode salvar, com a dignidade que merece, a nossa quase centenária Ordem. Poderíamos assim olhar para o "mercado" da Advocacia com mais entusiasmo e competência.

José Luís da Cruz Vilaça
Sócio administrador
da Cruz Vilaça Advogados

Depois de dois anos muito duros, com a pandemia a marcar o ritmo das nossas vidas, o ano de 2022 chega marcado pela promessa do virar da página do confinamento e das restrições, mas também pelo receio de que isso não aconteça.
O mundo da advocacia sofreu as consequências desta crise global sem precedentes. Houve que mudar de ritmo, alterar formas de trabalhar, criar o hábito de comunicar à distância. Para uma sociedade como a Cruz Vilaça Advogados ("CVA"), o desafio foi ainda maior: tendo surgido em 2019, de imediato fomos confrontados com uma realidade inopinada e assustadora. Felizmente, o nosso escritório atravessou 2020 em segurança, para em 2021 crescer de forma pujante e com um resultado que nos surpreendeu.
Esta evolução tão rápida conforta-nos na certeza de que um modelo como o da CVA, de um escritório altamente especializado, que combina competências na academia, na advocacia e nas instituições europeias, é uma fórmula de sucesso.
Dessa certeza contemplamos o próximo ano confiados num saber-fazer consolidado, para responder a uma procura que aumenta sem cessar, provinda de Portugal e do estrangeiro, e nos honra pela preferência e a natureza dos assuntos, sempre desafiantes e enriquecedores.
Aos clientes oferecemos três certezas: disponibilidade, proatividade e um rigor absoluto, sem nunca transigir.
É nessa base que escoramos a nossa visão para o próximo ano, que acreditamos será de plena recuperação para o mercado da advocacia.
Cremos haver sinais de uma economia em crescimento, que traz novas problemáticas relacionadas com o mundo da inovação tecnológica, da concorrência na nova era das plataformas, das transições climática e digital, da proteção de dados e dos direitos humanos.
Esta transformação exige novas formas de fazer direito, a que os advogados devem estar atentos.
2022 será, portanto, um ano a fazer advocacia no presente, mas virada para o futuro.

Gonçalo Gama Lobo
Sócio
da GLXLTM

Vivemos momentos muito complicados para fazer previsões, sem correr o risco de falhar rotundamente. Isto porque o estado do comércio internacional atingiu um caos de grau dificilmente imaginável até há bem pouco tempo, o que vai ter impacto significativo não só ao nível das empresas, mas também das pessoa e famílias, como a breve trecho se notará.
O preço da energia duplicou, o do gás natural quintuplicou, o custo dos transportes internacionais é hoje nove, dez vezes superior ao que se verificava em 2020. A crise energética, bem como a dos semicondutores, é de tal ordem que está a paralisar uma parte cada vez maior das indústrias nacional e europeia. Para além disto continuamos com um forte impacto da pandemia em setores que não têm diretamente a ver com a saúde pública, mas mais com as decisões de natureza política de resposta a essa mesma pandemia, tais como os confinamentos e outras restrições à liberdade de circulação e de realização de atividades económicas.
Uma resposta para parte destes problemas reside nos dinheiros comunitários – Portugal 2020, PRR e Portugal 2030 – e creio que será a partir desses incentivos e da forma como os mesmos forem geridos que surgirão as maiores novidades no mercado dos serviços jurídicos e na advocacia.
Assim, acho que é possível antecipar movimentos interessantes ao nível da reestruturação das empresas, seja através de operações de M&A com esse fito, seja ainda pelo recurso a processos de reestruturação pura dos passivos, com recurso a processos insolvências e pré-insolvenciais. Estes processos trazem normalmente consigo fortes ajustamentos laborais, área onde se prevê algum incremento da litigiosidade.
Espera-se que este cenário de incerteza não seja de molde a desincentivar o nosso empreendedorismo, de sorte a fomentar o contínuo crescimento das áreas do investimento, na qual se destaca a da propriedade industrial, onde temos assistido a um interessante incremento da atividade.

António Jaime Martins
Advogado
Administrador-sócio da ATMJ

O mercado de trabalho pós-pandémico tornou-se, em grande medida, mormente na área dos serviços, remoto, quer por parte dos clientes, quer por parte dos escritórios de advogados.
A pandemia acelerou os processos de automação de tarefas e de implementação de novas soluções e tecnologias. Todos hoje, advogados e clientes, são compelidos a trabalhar com soluções de big data, cloud, internet das coisas, e-commerce, inteligência artificial e com os mais diversos softwares e aplicativos.
Anos antes da pandemia, um alto responsável de uma grande empresa confidenciava que teria o maior gosto em degustar pessoalmente com o advogado uma refeição no intervalo de 30 minutos para almoço, mas todos os assuntos que dissessem respeito à empresa deveriam ser tratados através da plataforma informática. A mensagem, então, clara e vanguardista - pelo menos, então, assim me pareceu -, tornou-se de uma atualidade avassaladora.
Na realidade, os desafios dos escritórios de advogados na atualidade são essen-

cialmente três: 1. Acompanhar a revolução digital; 2. Vencer os sucessivos desafios da "hiperespecialização" num mundo multidisciplinar; 3. Ser bem-sucedido na fidelização da clientela.
A relação pessoal entre o advogado e o cliente desaparecerá, sendo substituída por comunicação escrita via plataformas informáticas e por contactos por vídeo conferência.
Neste contexto, a prestação de um serviço "hiperespecializado" por parte do advogado torna-se necessário à satisfação da exigência de dar resposta ao cliente ao minuto e à necessidade de ser coadjuvado por profissionais de outras áreas.
No mundo desumanizado e impessoal do digital, a rapidez da resposta, o seu rigor e a simplicidade da comunicação do escritório com o cliente, torna-se condição de subsistência.
Num futuro cada vez mais próximo, as sociedades de advogados tornar-se-ão plataformas informáticas de gestão de trabalho à distância entre profissionais e de comunicação com o cliente.
O que há cerca de 2 anos atrás parecia uma realidade distante, está hoje assustadoramente ao virar da esquina.

Pedro de Almeida Cabral
Sócio fundador
da Enes Cabral

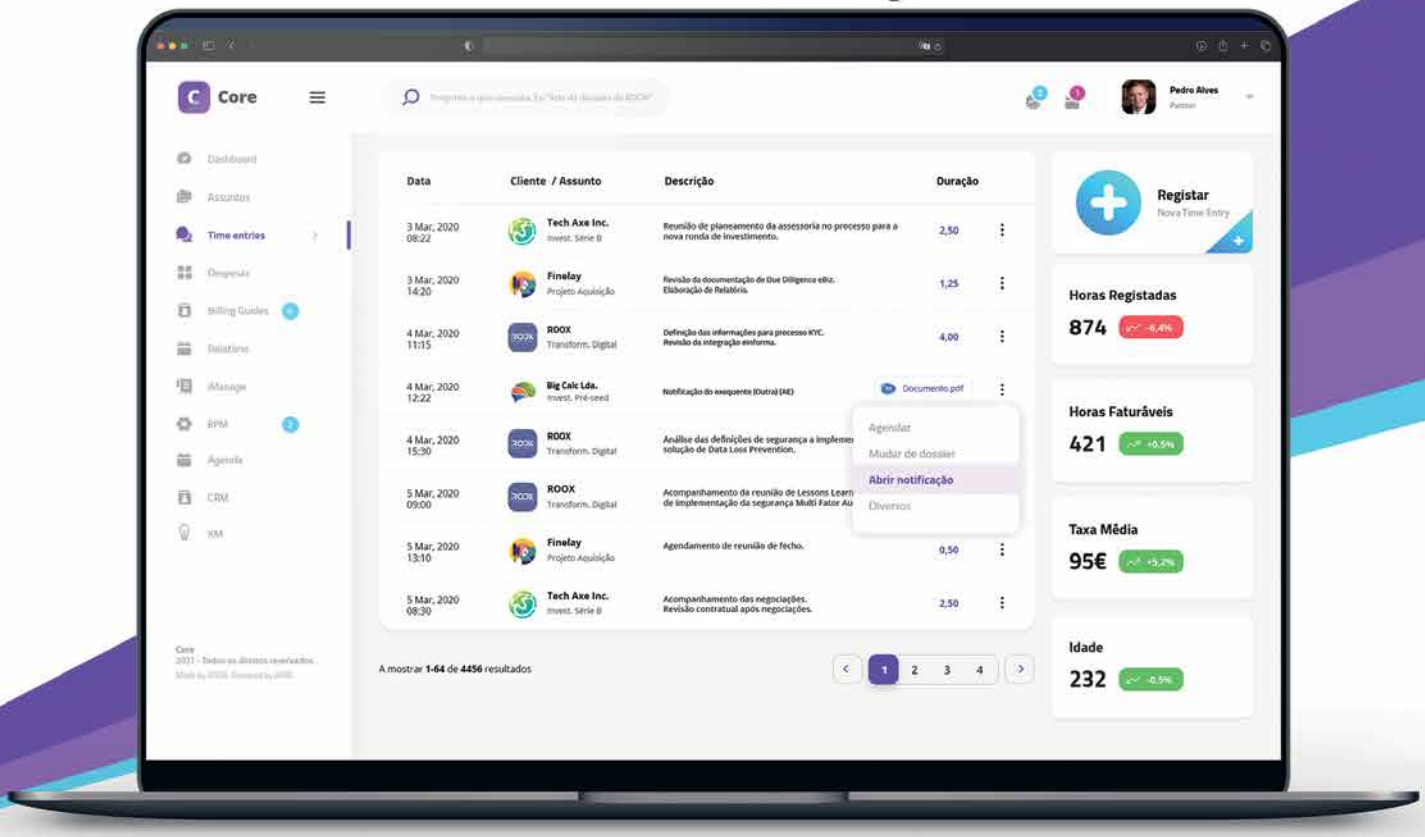
Não é fácil prever como se comportará o mercado no próximo ano. Por um lado, há sinais evidentes de alguma recuperação económica como a maior procura por serviços jurídicos na área das fusões e aquisições ou o maior dinamismo em alguns setores económicos. Bem como a retoma sentida na análise de oportunidades de investimento, depois do abrandamento da economia causado pela pandemia. Porém, por outro lado, o desfecho da atual crise política ainda não é completamente claro. Ou seja, não é possível antecipar as linhas gerais da governação do país nos próximos anos. Além disso, o aparente regresso da inflação e a subida de custos nas matérias-primas podem fazer-nos entrar num ciclo económico muito diferente dos que temos vividos até agora. O facto de a pandemia ainda não estar completamente controlada contribui também com alguma incerteza. O mercado dos serviços jurídicos é muito sensível à conjuntura económica e tende a refletir de forma imediata o estado da economia.
Ainda assim, a Enes | Cabral encara 2022 com otimismo. Somos uma sociedade recém-criada, que presta serviços, sobretudo, em áreas como Corporate, Fusões e Aquisições, Contencioso e Arbitragem, Reestruturações de Empresas e Insolvências e Laboral. Em 2021, tivemos um crescimento sustentado com o envolvimento em novos projetos de novos clientes, ganhando mais experiência, o que permitiu estabilizar a nossa oferta de serviços jurídicos. A competitividade do mercado português, a exigência cada vez maior dos clientes e a excelente preparação técnica dos nossos advogados, permitem-nos antever que em 2022 continuaremos a crescer nas nossas áreas de atividade. O que, aliás, vai de encontro às previsões para o nosso projeto.

Nuno Cerejeira Namora
Sócio fundador da Cerejeira Namora,
Marinho Falcão

Para 2022, mantemos a expectativa de um crescimento sustentando do mercado, não obstante os desafios que a crise pandémica ainda trará. Será, pois, um ano de ajustamento, de recuperação ou de crescimento para muitas empresas e privados, tornando-se essencial que o mercado da advocacia se posicione desde já para oferecer uma resposta de qualidade, completa e integrada em todos os domínios, desde a assessoria ao contencioso. A retoma económica e a normalização do funcionamento da sociedade fazem antever um aumento da procura pelos serviços de advocacia, a que acrescerá o regresso dos tribunais ao seu pleno funcionamento. Será, pios, um ano de muito trabalho, investimento e (recuperação ou) crescimento.
Na Cerejeira Namora, Marinho Falcão, o ano de 2022 será muito especial, pois celebramos o nosso 30.º aniversário desde a constituição da sociedade. Por isso, estamos a preparar um intenso programa que assinalará esta data da única forma que tem sentido: em conjunto com os nossos profissionais e clientes, quase todos, verdadeiros amigos que nos acompanham nestas três décadas.
Na ressaca pós-pandémica, o mercado da advocacia, e em concreto as sociedades de advogados, continuarão a ter de lidar com três grandes desafios: a multidisciplinariedade, a retenção de talentos e a preservação da identidade das sociedades. Mas penso que todos serão superados, preservando os valores e princípios que norteiam a nossa profissão e que a tornaram diferente das demais e, para nós, a mais nobre de todas.

Core

One Place for Lawyers.



Plataforma de Gestão de Sociedades de Advogados

A resposta às diferentes dimensões do trabalho, centrado no cliente, tem levado à adoção de diferentes plataformas tecnológicas, cuja entrega de funcionalidades para os advogados deve ser cuidadosamente ponderada, para que o seu tempo billable seja potenciado.
O Core é uma plataforma agregadora, suportada pelo JVRIS Avançado, que integra diversos outros componentes num único e simplificado interface.

Benefícios

LEGAL BI
from data to knowledge

Indicadores poderosos

Com o LEGALBI incorporado, possua indicadores muito para além da típica faturação. Tenha uma visibilidade do seu WIP, taxas de eficiência, KPI's diversos sobre os objetivos dos advogados ou equipas, e muito mais.

Integração CITIUS

Com o Core terá acesso automatizado às notificações do CITIUS arquivando as mesmas na sua gestão documental em conjugação com o agendamento de diligências com os prazos definidos.

iManage

Integração com múltiplas plataformas

O Core é muito mais que um PMS, uma vez que lhe permite integração numa única plataforma, de forma contextualizada, com o FLOW BPM para estruturação de processos complexos como seja um KYC, ou mesmo à sua gestão documental iManage Work 10.

interx

Gestão da Relação com o Cliente

O INTERX CRM foca-se na captura eficaz das entidades com quem os advogados se relacionam, para que se consiga dinamizar e comunicar o posicionamento da sociedade e potenciar o negócio.

ROOX

www.roox.pt

SGS
TÜVRheinland CERTIFIED
Management System ISO 9001:2015

alínea a)

É uma questão de práctica

Cerejeira Namora, Marinho Falcão

A Cerejeira Namora, Marinho Falcão é uma Sociedade de Advogados Portuguesa com raízes na cidade do Porto e actuação transversal em todo o território nacional. A dinâmica multidisciplinar, aliada ao rigor científico e capacidade técnica, continuam a ser a pedra angular de uma equipa jovem e dinâmica que procura um compromisso comum: relações inovadoras e de confiança.

Desde 1992 que a Cerejeira Namora, Marinho Falcão cimenta um posicionamento inovador e dinâmico, respondendo a todos os desafios que lhe são lançados. O que começou há 30 anos com 2 sócios fundadores e 2 áreas de especialidade, hoje multiplica-se por uma Sociedade com valências multidisciplinares e actuação transversal em todas as áreas do Direito e para todas as áreas de negócio.

Com uma marca renovada, distingue as suas pessoas pela excelência e profissionalismo, qualidades essenciais para alavancar o sucesso dos clientes e apoiar a comunidade onde se insere.

Alinhada com uma estratégia de expansão internacional e de forma a assegurar as necessidades transfronteiriças, a Cerejeira Namora, Marinho Falca marca presença na IR Global, uma rede mundial de sociedades que presta aconselhamento de serviços legais, financeiros e contabilísticos a empresas ou indivíduos em mais de 155 jurisdições.

Com um compromisso claro de devolver à sociedade aquilo que se recebe, a sociedade colabora de forma regular com várias instituições de solidariedade social, quer através do apoio jurídico pro bono, quer em casos e causas de interesse social ou manifesta injustiça. Colabora regularmente com as associações "Coração da Cidade", "Vida Norte" e Pro Bono Portugal, sendo membro fundador da Aliança Pro Bono Portugal.

30 ANOS DEPOIS CONTINUAMOS COM A MESMA MISSÃO:

Ser um parceiro para todos os momentos, assumindo um papel central na vida dos clientes e defendendo os seus interesses.

Desenvolver talento, através de ações de formação contínua e desenvolvimento pessoal de cada profissional.

Apoiar a comunidade, através de programas inseridos dentro da estratégia de responsabilidade social.

Cerejeira Namora Marinho Falcão

Nº de sócios: 3
Nº de Advogados: 29
Nº de Consultores: 5
Nº de Advogados Estagiários: 17
Nº de Outros Colaboradores: 11

SÓCIOS

- **Nuno Cerejeira Namora**
- **Pedro Marinho Falcão**
- **Eduardo Castro Marques**

EXPERTISE

- Arbitragem
- Bancário e Financeiro
- Civil
- Contencioso
- Corporate
- Desporto
- Emigração e Nacionalidade
- Família, Menores e Sucessões
- Fiscal
- Imobiliário, Turismo & Construção
- Laboral
- Penal e Contra-ordenações
- Privacidade, Digital & Tecnologia
- Propriedade Intelectual
- Público
- Recuperação de Créditos

www.sociedadeadvogados.eu

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

Iberian Lawyer Labour Awards 2020 | Lawyer of the year

Iberian Lawyer IP & TMT Awards 2020 | Law Firm & Lawyer of the year

PME Excelência '20

Leaders League Recommend Lawyer for IP & TMT

(+351) 225 573 520 | geral@sociedadeadvogados.eu | **Porto:** Rua Doutor Joaquim Pires de Lima, 388 4200-348 Porto - Paranhos, Portugal
Lisboa: Rua Castilho, nº 39, 12ºA 1250-068 Lisboa, Portugal | **Redes sociais: LinkedIn:** www.linkedin.com/company/sociedadeadvogados
Facebook: www.facebook.com/CerejeiraNamoraMarinhoFalcao | **Instagram:** www.instagram.com/cerejeiranamoramarinhofalcao/

É uma questão de práctica

30 anos a construir relações de confiança

Saiba mais em **sociedadeadvogados.eu**

Cerejeira Namora
Marinho Falcão

LMS

LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

A SOLUÇÃO **LEGAL TECH** PARA O SETOR JURÍDICO

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO comercial@bluescreen.pt +351 **217 223 822**

O LMS é o software para uma gestão profissional e inteligente de casos jurídicos, contencioso e recuperação de crédito. Descubra a solução que permite otimizar o seu negócio com um controlo financeiro mais eficiente.

- SOCIEDADES DE ADVOGADOS E ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA
- EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES COM QUANTIDADE SIGNIFICATIVA DE PROCESSOS EM CONTENCIOSO
- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
- LEILOEIRAS DE INSOLVÊNCIA
- SEGURADORAS

- JURÍDICO
- RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO
- MEIOS OPERACIONAIS
- RECEBIMENTOS DESPESAS E COMISSÕES
- COMPLIANCE E IT
- SOLUÇÃO EM CLOUD COM TOTAL SEGURANÇA

O LMS® é simples, intuitivo e fácil de personalizar.

www.bluescreen.pt/legal-management-system

comercial@bluescreen.pt | **Tel:** +351 **217 223 822**

Blue Screen IT Solutions 20 years

alínea b)

Abecasis, Moura Marques & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

AAMM-Sociedade de Advogados assegura aconselhamento jurídico especializado, sendo reconhecida pela excelência, rigor e proximidade dos serviços prestados ao Cliente e atuando essencialmente na área de Direito Público e Administrativo.

Os advogados que integram a reputada equipa de Direito Público contam com uma ampla experiência e conhecimento profundo em matérias relacionadas com contratação pública (particularmente em empreitadas e concessões), contencioso administrativo e arbitragem, ordenamento do território, possuindo um elevado grau de especialização em importantes sectores de actuação como a Saúde, Turismo, Imobiliário, Aviação, Construção e Obras Públicas, Aeronáutica, Urbanismo, Águas e Saneamento.

AAMM Sociedade de Advogados assegura ainda um acompanhamento jurídico eficiente em questões relacionadas com Investimento Internacional, Fiscal, Infraestruturas e Ordenamento do Território.

A AAMM Sociedade de Advogados dispõe de serviços especializados e adaptados às circunstâncias actuais do mercado global, propondo as melhores soluções e estratégias para o presente e futuro.

Os clientes são o foco, e a AAMM pretende prestar os melhores serviços nas jurisdições onde os seus clientes desenvolvam a sua actividade, pelo que mantém parcerias com sociedades de advogados internacionais de referência.

O trabalho dos advogados de AAMM tem sido alvo de reconhecimento nacional e internacional facto que constitui motivo de grande orgulho uma vez que reflete a opinião dos nossos clientes.

Abecasis, Moura Marques & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 3
Nº total de Advogados: 9
Nº de Advogados Estagiários: 2
Nº de outros Colaboradores: 2

SÓCIOS

- Paulo de Moura Marques
- José Filipe Abecasis
- Diogo Pereira da Costa

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Administrativo e Público
- Águas e Saneamento
- Arbitragem
- Clientes Privados
- Contencioso
- Contratação Pública
- Energia e Recursos
- Fiscal
- Imobiliário
- Infraestruturas e Projectos
- Insolvências e Recuperações
- Investimento Internacional
- Ordenamento do território
- Saúde
- Segurança Social
- Transportes
- Urbanismo e Turismo

O QUE NOS DISTINGUE:

- Advogados, parceiros de confiança do cliente;
- Proximidade, dedicação e eficiência;
- Inovação: apresentação de serviços personalizados focados no detalhe (sector de actividade e tipo de cliente);
- Compromisso com a excelência e especialização;
- Visão;
- Rápida capacidade de resposta;
- Antecipação de problemas, gestão do risco;
- Ligações de confiança com sociedades de advogados internacionais de referência.

www.aamm.pt

Lisboa: (+351) 211 940 538 | Avenida da Liberdade, nº. 190, 1.º B 1250-147 Lisboa | geral@aamm.pt

Alexandra Bessone Cardoso & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Com quase duas décadas de atividade no mercado da advocacia em Portugal, a ABC LEGAL não pode ser considerada mais uma sociedade de advogados e a prova disso está que com a Pandemia do Covid-19 a ABC LEGAL reorganizou-se, requalificou-se e adaptou-se completamente à transformação digital, ao bem estar dos respetivos colaboradores, dando resposta às exigências dos clientes por antecipação. Os colaboradores da ABC LEGAL estão munidos de todas as ferramentas para poderem trabalhar a partir de qualquer lugar como se estivessem nas respetivas instalações, mantendo-se a atividade da ABC LEGAL sem qualquer decréscimo de produtividade mesmo em período pandémico.

A ABC LEGAL adequou as suas áreas de trabalho às novas necessidades dos clientes, incrementando o nível de especialização das equipas. Tem, assim, a ABC LEGAL equipas altamente especializadas e com forte reconhecimento por parte dos clientes nas áreas do Contencioso em geral, Direito do Consumo, Direito Bancário e Financeiro, Direito dos Seguros, do Direito Societário e Compliance, Direito do Trabalho, Privacidade e Proteção de Dados, Direito Privado e clientes particulares.

Na ABC LEGAL cada departamento é responsável por determinada área de prática, em estreita interação com os demais. A ABC LEGAL está estruturada por áreas tendencialmente especializadas, cada uma abrangendo especificidades próprias do Direito, apesar de, no seu todo, a ABC LEGAL funcionar como uma entidade única. O resultado desta simbiose permite responder de uma forma global às necessidades dos clientes.

A nível nacional, a ABC LEGAL tem sede em Lisboa e um escritório no concelho de Torres Vedras. A nível internacional, a ABC LEGAL assegura uma prestação de serviços jurídicos através da sua consistente rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados e escritórios estrangeiros, estando presente em mais de 40 jurisdições diferentes através da sua posição enquanto membro único português da International Law Firms da qual Alexandra Bessone Cardoso, sócia-fundadora da ABC LEGAL, é Presidente.

Dotada de um forte código de conduta e de regras apertadas de governação e combate à corrupção, a ABC LEGAL rege-se por uma filosofia assente em valores éticos e corporativos, como a transparência, compromisso e excelência, que tem permitido continuar a estabelecer e a fomentar relações de confiança ao longo dos vários anos com os Clientes, proporcionando um diálogo aberto e gerador de confiança, aliado a critérios de rigor e profissionalismo.

ABCLEGAL

Ano Fundação: 2004

SÓCIOS

» Alexandra Bessone Cardoso
» Letícia Antunes Duarte

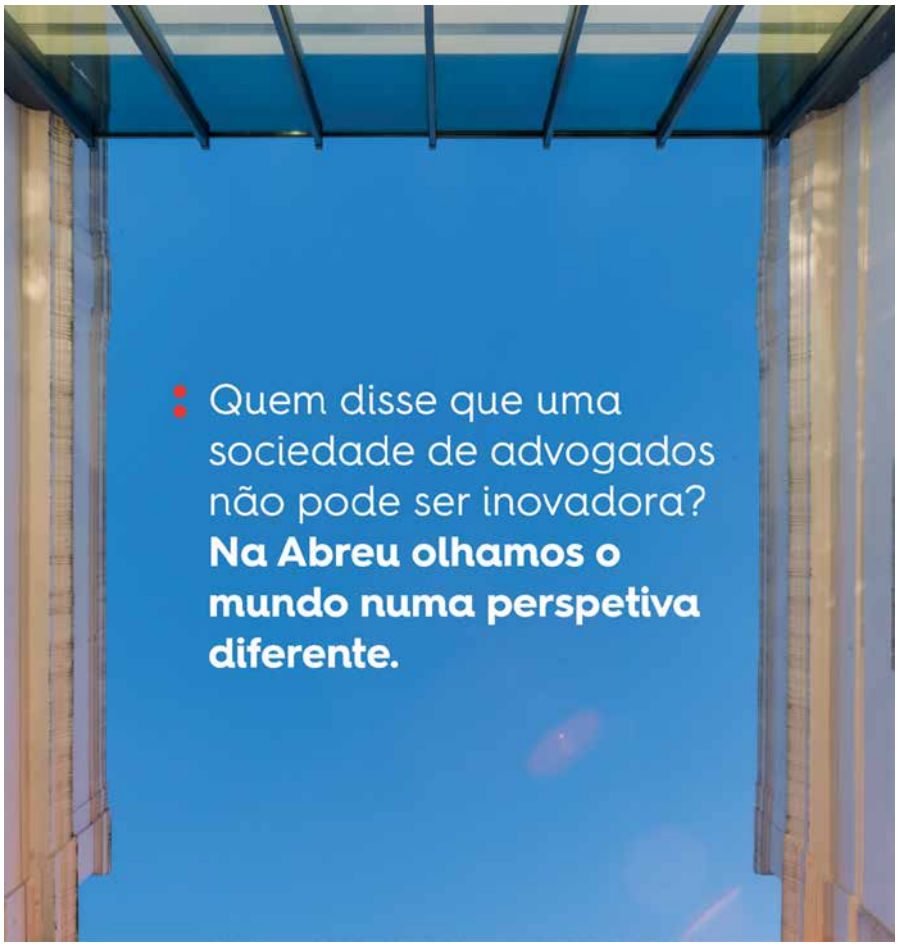
Nº Total de Sócios e Advogados: 12
Nº Total de Advogados Estagiários: 4

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Contencioso e Arbitragem
» Consumo
» Seguros
» Privacidade e Proteção de Dados
» Recuperação de Crédito
» Propriedade Intelectual
» Direito Laboral
» Societário e Compliance
» Bancário e Financeiro
» Contratos Internacionais e Comerciais
» Insolvências e Reestruturações

www.abclegal.com.pt

Lisboa: (+351) 213 584 480 Fax (+351) 213 584 489 | Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, 19 B-C 1070-072 Lisboa | abclegal@abclegal.com.pt
Torres Vedras: (+351) 261 936 016 | Largo Irmã Benedita de Vale Jordão, nº 1, loja A, Silveira, 2560-526 Torres Vedras



Abreu Advogados

A Abreu Advogados é uma das maiores sociedades de advogados nacionais. Fundada em 1993, conta hoje com mais de 300 colaboradores e distingue-se pelo seu rigor e qualidade técnica, estando preparada para prestar assessoria em qualquer área do direito.

Com escritórios em Lisboa, no Porto e no Funchal, os seus advogados e equipas de gestão adotam uma abordagem centrada nos clientes, que beneficiam de soluções estratégicas, focadas em cada setor e indústria, criando valor substancial para as organizações através de uma visão de futuro e adotando um compromisso ambiental, social e de governance (ESG). A Abreu Advogados está preparada para a acompanhar a crescente complexidade das exigências do mundo empresarial, encontrando oportunidades nos desafios atuais de uma sociedade globalizada e digital.

A Abreu Advogados é hoje uma referência na prática jurídica em Portugal, nas suas múltiplas vertentes e com um percurso pioneiro em temas como a inovação tecnológica, igualdade de género, a diversidade e a sustentabilidade, reforçados por uma cultura de transparência.

A sua experiência internacional é também um reflexo do perfil internacional dos seus Clientes e, ao longo dos anos, a Abreu Advogados desenvolveu estreitas relações com parceiros internacionais de excelência, mantendo uma presença relevante nos países de língua portuguesa, através da colaboração com parceiros locais como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique e Timor-Leste.

Abreu: advogados

Nº de Sócios: 35
Sócios contratados: 18

SÓCIOS

- Carmo Sousa Machado
- Manuel de Andrade Neves
- Ana Sofia Batista
- Marta de Oliveira Pinto Trindade
- Armando Martins Ferreira
- Alexandra Courela
- Marta Romano de Castro
- Guilherme Santos Silva
- José Eduardo Martins
- Duarte de Athayde
- Francisco Patrício
- Inês Sequeira Mendes
- Maria Dulce Soares
- Rui Peixoto Duarte
- Fernando Veiga Gomes
- Bernardo Alegria
- José Maria Corrêa de Sampaio
- Pedro Pais de Almeida
- Alexandra Nascimento Correia
- António Pina
- Patrícia Viana
- Paulo de Tarso Domingues
- Zara Jamal
- Pedro Alves da Silva
- Manuel Durães Rocha
- Teresa Brito da Silva
- César Bessa Monteiro, Jr
- Ricardo Henriques
- Rodrigo Formigal
- Marta Costa
- Nuno Cunha Barnabé
- Manuel Santos Vítor
- António Andrade
- Martim Menezes
- Tiago Mendonça de Castro

SÓCIOS HONORÁRIOS

- Miguel Teixeira de Abreu

SÓCIOS CONTRATADOS

- José Carlos Vasconcelos
- Mafalda Teixeira de Abreu
- Luis Fraústo Varona
- Patrícia Perestrelo
- Hugo Teixeira
- Tiago Corrêa do Amaral
- Madalena Caldeira
- Gonçalo Delicado
- Gonçalo Malheiro
- Pedro Barosa
- Ana Rita Duarte de Campos
- Maria Inês Assis
- Mariana Gouveia de Oliveira
- Diogo Pereira Duarte
- Maria de Deus Botelho
- Maria Santa Martha
- João Bravo da Costa
- Nuno Luís Sapateiro

www.abreuadvogados.com

Lisboa: (+351) 217 231 800 | Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa | lisboa@abreuadvogados.com
Porto: (+351) 226 056 400 (+351) 226 001 816 | Rua S. João de Brito, 605 E - 4° 4100-455 Porto | porto@abreuadvogados.com
Em parceria: Angola | Brasil | Cabo Verde | China | Guiné-Bissau | Moçambique **Joint office:** Madeira | Timor-Leste

Antas da Cunha Ecija

A ANTAS DA CUNHA ECIJA é uma Sociedade de cariz internacional, com especial enfoque no Direito Digital. Faz parte do Grupo ECIJA, presente em 17 países, num total de 30 escritórios próprios.

Há vários anos que a Sociedade é reconhecida, no mercado ibérico, como uma referência incontornável nas áreas de TMT, Proteção de Dados e Propriedade Intelectual. Em 2019 foi distinguida, pelo Iberian Lawyer, como "Sociedade do Ano" em TMT, Propriedade Intelectual e Startups. Em 2020 foi considerada líder em M&A, em Portugal e Espanha, pelo diretório TTR, e "Recommended FIRM", na mesma área de atividade, pelo IFRL 1000. No mesmo ano, foi igualmente premiada, em Portugal, pela Chambers & Partners - Global Europe 2020, pela primeira vez, em Employment, tendo o seu sócio coordenador sido também distinguido, a título individual. Paralelamente, o mesmo diretório premiou ainda o trabalho desenvolvido por diversos sócios da ECIJA, nas suas respetivas áreas de atividade. Nos rankings do Financial Times, a Sociedade é considerada uma das mais inovadoras da Europa e, em Espanha, tem vindo a consolidar o seu lugar no "Top 10" das maiores Sociedades do país, em grande medida devido ao seu crescimento sustentado a nível internacional.

Não obstante a estratégia de internacionalização e de inovação em curso, a ANTAS DA CUNHA ECIJA não abdica da sua cultura, assente numa relação de grande proximidade aos seus Clientes. Prova disso mesmo foi a integração, em maio de 2021, da Jorge Carneiro & Associados na sua estrutura societária, um dos mais antigos e prestigiados escritórios do Porto. Um passo que se tem revelado de especial importância, na consolidação da sua prática na região norte do país e na sua aproximação ao tecido empresarial da região. Atualmente, a Sociedade conta mais de duas dezenas de advogados no escritório do Porto, capazes de responder "na hora", a qualquer tipo de solicitação.

Atenta ao aumento significativo do volume de investimento francês em Portugal nos últimos anos, e tendo em conta o número de franceses que elegem cada vez mais o nosso país como local de residência, a ANTAS DA CUNHA ECIJA criou recentemente duas unidades de negócio: a "French Desk ADCECIJA" e a "Immigration Desk ADCECIJA", compostas por equipas multidisciplinares bilingues, capacitadas para prestar o apoio jurídico necessário a todo o tipo de projetos.

Nos últimos 2 anos, a Sociedade viu a sua estrutura crescer exponencialmente. Hoje em dia, a ANTAS DA CUNHA ECIJA conta com uma equipa de aproximadamente 100 profissionais (sócios, consultores, associados, estagiários, solicitadores e business team).

ANTAS
DA CUNHA
ECIJA

SÓCIOS

- Fernando Antas da Cunha
- Pedro da Quitéria Faria
- João Carlos Teixeira
- Henrique Moser
- Joana Cunha d'Almeida
- João de Moraes Vaz
- Nuno da Silva Vieira
- Amílcar Silva
- Alexandra Mota Gomes
- Odete Sousa Pereira

OF COUNSELS

- Ana Bastos
- Cláudia Leonardo
- Gerardo Galeote Quecedo
- Jane Kirkby
- Artur Filipe Silva
- Luís Branco Lopes
- Pedro Archer Cameira
- Raquel Ribeiro Correia
- Tatiana Cardoso

Nº de Associados: 52

Nº de Solicitadores: 2

N.º Advogados/as Estagiários/as: 16

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Contencioso e Arbitragem
- Criminal, Contraordenacional e Compliance
- Direito Comercial e Societário
- Direito Fiscal
- Direito Imobiliário e Urbanismo
- Direito Público
- Direito Trabalho e da Segurança Social
- FinTech & Regulação Financeira
- Legal Intelligence
- Private Clients
- Propriedade Intelectual
- TMT / Privacidade e Cibersegurança

ESCRITÓRIOS IBÉRICOS

- Lisboa
- Porto
- Braga
- Madrid
- Barcelona
- Pamplona
- Valência
- Zaragoza
- Canárias

ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS

- Argentina
- EUA
- Chile
- Colômbia
- Costa Rica
- Honduras
- Guatemala
- El Salvador
- República Dominicana
- Nicarágua
- Panamá
- Porto Rico
- México
- Brasil
- Equador

https://adcecija.pt/

Lisboa: (+351) 213 192 080 | Edifício Amoreiras Square - Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº17, 2º piso 1070-313 Lisboa | geral@adcecija.pt
Porto: (+351) 226 051 330 | Rua Eugénio de Castro, n.º 352, 2.º andar, sala 26 4100-225 Porto | geral@adcecija.pt
Braga: (+351) 253 995 296 | Rua de Janes, nº20 - 1º andar 4700-314 Braga | geral@adcecija.pt

ATMJ

Sociedade de Advogados, SP, RL

A ATMJ – Sociedade de Advogados, SP, RL foi constituída em 2005 por três dos atuais sócios que advogam conjuntamente há 25 anos, sendo integrada por vários advogados associados, advogados estagiários e consultores. Tendo como core business a área do serviço à banca e o apoio ao investimento nacional e internacional, a Sociedade assume-se igualmente como pura prestadora de serviços a particulares e a pequenas e médias empresas, normalmente, líderes dos respetivos sectores de atividade, na área da indústria, construção civil e obras públicas, promoção imobiliária e transportes. A ATMJ presta, ainda, serviços às mais diversas entidades públicas, empresas do setor empresarial do estado e entidades reguladoras.

Com o objetivo de obter os melhores resultados nos serviços que presta, a ATMJ privilegia o trabalho conjunto com os seus clientes, no sentido de encontrar as melhores soluções estratégicas para os seus negócios e para o desenvolvimento da sua atividade, contribuindo para a melhoria da sua performance e para prevenir o aparecimento de litígios.

Sempre na busca do aperfeiçoamento e adaptação às necessidades dos nossos clientes, a ATMJ constitui e coordena equipas especializadas e multidisciplinares para a abordagem de projetos específicos e privilegia o contacto diário e informal com o cliente através dos responsáveis pela conta ou dos chefes de equipa.

Apostamos, desde há muito, na internacionalização dos nossos serviços através do estabelecimento de parcerias com diversas sociedades de advogados estrangeiras, designadamente, em Espanha, Brasil e China e promovemos a formação e o constante aperfeiçoamento dos nossos sócios, associados, advogados-estagiários e consultores.

Conscientes da necessidade de aperfeiçoamento contínuo dos conhecimentos sobre os quadros legais vigentes, organizamos frequentemente ações de formação nas nossas instalações e nas instalações dos nossos clientes sobre a legislação aplicável nas diversas áreas.

Atentos à evolução tecnológica numa sociedade disruptiva e em grande transformação, privilegiamos a utilização das plataformas informáticas na comunicação e na disponibilizando de um conjunto relevante de informação aos clientes.

A nossa Sociedade está presente, desde a sua constituição em 2005, em Lisboa, e, desde 2018, também no Porto, gozando de reconhecimento nos sectores empresariais e profissionais em que intervém, sendo frequentemente convidada a publicar artigos, trabalhos e a participar em conferências.

ATMJ – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Direito Bancário
- Recuperação de créditos
- Investimento Estrangeiro
- Direito dos Estrangeiros
- Direito Societário
- Fusões e Aquisições
- Insolvências, PER e PEAP
- Direito do Medicamento
- Direito dos Transportes
- Contratação Pública
- Direito Administrativo
- Família e Sucessões
- Contratos Comerciais e Internacionais
- Contencioso Administrativo, Civil e Comercial
- Arbitragem Administrativa, Civil e Comercial

Sócio(a)s:
- António Jaime Martins
- Teresa Duarte
- Miguel Resende

Associado(a)s:
- Joana Costa Pinto
- Pedro Morais Afonso
- Américo Nuno Gomes
- Inês Almeida Mourão
- Sofia Brites Pires
- Daniela Mourama
- Graça Dias

Advogado(a)s Estagiário(a)s:
- Catarina Ferreira Gomes
- Cláudia Bernardino
- Joana Aldeia Nova

Solicitador(a):
- Sofia Gabriel

Consultore(a)s: 2

Direção Secretariado:
- Cátia Gomes

Tradutores:
- 2 (mandarim, cantonês e inglês).

www.atmj.pt

Lisboa: (+351) 213 584 110 | 213 584 119 (Fax) | Avenida da República, n.º 49, 2º andar, 1050-188 Lisboa | Rua de Diu, n.º 414, salas 14 a 17, 4150-272 Porto | atmj@atmj.pt

CMS Rui Pena & Arnaut

Somos parte da sociedade de advogados global CMS, líder mundial que integra o ranking das Top 10 Global Law Firm. Com 79 escritórios em 44 países e mais de 5.000 advogados em todo o mundo, a CMS Rui Pena & Arnaut oferece um profundo entendimento do mercado local com uma perspetiva global.

Os nossos clientes beneficiam da experiência e know-how jurídico em diversos sectores de indústria, bem como de uma cobertura internacional, única em Portugal, que nos permite prestar um serviço verdadeiramente global e com rápida capacidade de resposta.

Dispomos de uma equipa multidisciplinar de advogados especializados e empenhados no desenvolvimento de estratégias jurídicas inovadoras, práticas e eficientes, adaptadas às realidades dos nossos clientes, que assentam num capital de conhecimento adquirido ao longo de 20 anos.

Os elevados padrões de exigência do mundo digital e do mundo físico estão a transformar os mercados e a impulsionar novos modelos de negócio. Na CMS, estamos na vanguarda da inovação tecnológica do sector jurídico, antecipando as tendências do mercado de maneira a desenvolver soluções pioneiras, rápidas e eficientes perante os constantes desafios.

Apostamos numa equipa diversificada com o intuito de contribuir para enriquecer e inovar o serviço prestado, captando e retendo o melhor talento nacional e internacional.

CMS law·tax·future

Número de Sócios: 23
Número Total de advogados: 103
Nº Consultores: 6
Nº de Advogados Estagiários: 18
Nº de Colaboradores: 44

SÓCIOS

- Alberto Galhardo Simões
- António Payan Martins
- Diogo Pereira
- Fernando Cruz Trinca
- Francisco Xavier de Almeida
- Gonçalo Guerra Tavares
- João Caldeira
- João Leitão Figueiredo
- João Pinheiro da Silva
- José Luís Arnaut
- Luís Abreu Coutinho
- Luís Romão
- Margarida Vila Franca
- Miguel Esperança Pina
- Mónica Carneiro Pacheco
- Nuno Pena
- Nuno Santos
- Patrick Dewerbe
- Piedade Almeida Garrett
- Rita Gouveia
- Sara Blanco Morais
- Sofia Mateus
- Susana Afonso

ÁREAS DE PRÁTICA

- Bancário & Financeiro
- Concorrência & UE
- Corporate / M&A
- Direito Comercial
- Direito do Trabalho & Fundos de Pensões
- Direito Fiscal
- Direito Público
- Energia & Alterações Climáticas
- Imobiliário & Urbanismo
- Propriedade Intelectual
- Resolução de Litígios

SECTORES DE ATIVIDADE

- Consumer Products
- Insolvência & Reestruturações
- Mercado de Capitais
- Private Equity
- Projetos & Infraestruturas
- Saúde & Ciências da Vida
- Seguros
- TMC - Tecnologia, Media & Comunicações
- Turismo & Lazer

https://cms.law/pt

Lisboa: (+351) 210 958 100 (+351) 210 958 155 (fax) | R. Castilho 50, 1250-071 Lisboa | geral@cmsportugal.com

CRUZ VILAÇA ADVOGADOS

CVA – Cruz Vilaça Advogados

Somos uma sociedade de advogados independente, com uma forte vocação internacional. Trabalhamos com clientes exigentes, a quem asseguramos exatidão e profissionalismo, com serviços jurídicos caraterizados pelo rigor técnico, mas também pela criatividade, com abordagens inovadoras que desafiam entendimentos convencionais.

Na CVA, oferecemos uma advocacia especializada nas áreas do direito e contencioso da União Europeia, direito da concorrência, direito da energia, direito digital e proteção dos direitos fundamentais.

No direito e contencioso da União Europeia contamos com vasta experiência de aconselhamento e representação de clientes perante instituições e órgãos jurisdicionais da União Europeia, incluindo o Tribunal de Justiça da União Europeia, assim como perante os tribunais nacionais quando está em causa o direito da União.

No direito da concorrência, a nossa equipa tem uma vastíssima experiência em aconselhamento jurídico e acompanhamento de procedimentos perante a Comissão Europeia e a Autoridade da Concorrência em casos de cartéis e abusos de posição dominante, em procedimentos de controlo de concentrações e em processos de auxílios de Estado. A nossa equipa conta ainda com experiência em ações de indemnização por violação do direito da União e do direito da concorrência perante os tribunais nacionais, assim como na elaboração de programas de compliance para clientes empresariais e todo o tipo de aconselhamento jurídico nestas matérias.

O nosso enfoque setorial tem incluído os setores de Energia, Ambiente, Serviços Financeiros, Digital e Tecnologias, Consumo e Retalho, Infraestruturas e Transportes, entre outros.

A nossa equipa está preparada para assessorar cidadãos e empresas na proteção e defesa dos seus direitos fundamentais, tanto perante os tribunais nacionais, como perante o Tribunal de Justiça da União Europeia e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Combinamos experiência, maturidade, juventude e modernidade, estamos habituados a lidar com problemas jurídicos complexos e com transações e operações da maior envergadura. Para tal, contamos com uma equipa que inclui advogados e consultores com um percurso inigualável na prática forense, na academia (professores universitários e advogados doutores em direito), nos Tribunais da União Europeia, no governo e noutras instituições públicas.

DADOS DA SOCIEDADE

N.º de Sócios: 4
N.º Consultores e Associados: 4
N.º Consultores Externos: 3
N.º outros Juristas: 2

SÓCIOS

- José Luís da Cruz Vilaça (Sócio Administrador)
- Carla Farinhas
- Rita Leandro Vasconcelos
- Paulo de Almeida Sande

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Direito da União Europeia
- Contencioso da União Europeia
- Direito da Concorrência
- Auxílios de Estado
- Direitos Fundamentais

SETORES DE ATIVIDADE

- Ambiente
- Consumo e Retalho
- Digital e Tecnologia
- Energia
- Infraestruturas e Transportes
- Serviços Financeiros

O QUE NOS DISTINGUE

- Criatividade
- Inovação
- Experiência
- Percurso académico

www.cruzvilaca.eu

Lisboa: (+351) 211 609 524 | Av. Duque de Ávila, 141-4Dto, Edifício OMNI, 1050-081 Lisboa – Portugal | info@cruzvilaca.eu

Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Gostamos do direito. Gostamos das pessoas. Ouvimos os nossos clientes, resolvemos os seus problemas e proporcionamos-lhes soluções honestas. A nossa maior satisfação consiste na confiança que depositam em nós para participar na construção do seu futuro. Os nossos pilares são:

Os nossos clientes – Partilhamos os objetivos, os êxitos e os desafios dos nossos clientes. A nossa missão consiste em acompanhá-los e ajudá-los em cada etapa e aspeto particular do seu negócio, oferecendo-lhes soluções adaptadas através da nossa rede internacional, especializada por áreas e interrelacionada.

Estado de Direito – Queremos contribuir para a consecução e preservação do Estado de Direito, que é essencial para o progresso e a justiça social. Por isso, entre os nossos principais valores encontram-se a integridade e a transparência, que orientam as nossas atuações a todo o momento. A nossa atividade pro bono contribui para a preservação do Estado de Direito e para o acesso à justiça. Prestamos assessoria ao cliente no cumprimento das suas responsabilidades em termos ambientais, sociais e de bom governo.

As nossas pessoas – Nos nossos 27 escritórios, mais de 1700 profissionais trabalham como uma única equipa, em constante colaboração, partilhando desafios e esforçando-se por superar sempre as expectativas dos clientes.

A mais recente tecnologia – Inovamos em tudo o que fazemos. Através da nossa Área de Conhecimento e Inovação, pomos processos e recursos tecnológicos ao serviço da atividade legal em benefício dos nossos clientes.

CUATRECASAS

EM PORTUGAL

Nº de sócios: 23
Nº total de advogados: 150
Nº consultores: 7
Nº de advogados estagiários: 33
Nº de outros colaboradores: 68

NO MUNDO

N.º de sócios: 239
N.º total de advogados: + de 1000

SÓCIOS

» Maria João Ricou
» Maria da Glória Leitão
» Luís Soares de Sousa
» Diogo Ortigão Ramos
» Duarte Abecasis
» Mariana Norton dos Reis
» Paulo de Sá e Cunha
» Nuno Sá Carvalho
» João Mattamouros Resende
» Francisco Santos Costa
» Paulo Costa Martins
» Manuel Requicha Ferreira
» Miguel de Almada
» Lourenço Vilhena de Freitas
» Frederico Bettencourt Ferreira
» Pedro Vidal Matos
» Pedro Marques Bom
» Sara Quaresma
» Rui Vaz Pereira
» Vasco Bivar de Azevedo
» Gonçalo Bastos Lopes
» Sónia Queiróz Vaz
» Joana Mota Agostinho

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Arbitragem Internacional
» Comercial, Societário e *M&A*
» Concorrência e Direito da União Europeia
» Contencioso Tributário
» Desporto
» Energia e Infraestruturas
» Farmacêutico e Ciências da Saúde
» Bancário & Financeiro
» Tributação Financeira
» Fundos
» Governo Corporativo e *Compliance*
» Imobiliário e Urbanismo
» Laboral
» Mercado de Capitais
» Penal
» Preços de Transferência e *Tax Governance*
» *Private Client & Wealth Management*
» *Private Equity*
» Propriedade Intelectual, Industrial e Segredos
» Proteção de Dados
» Público
» Reestruturações, Insolvências e *Special Situations*
» Resolução de Litígios
» Serviços Financeiros e Seguros
» Tecnologias e Meios Digitais (TMT)
» Tributação Empresarial
» Tributação Indireta
» *Venture Capital*

www.cuatrecasas.com

Lisboa: (+351) 213 553 800 | Av. Fontes Pereira de Melo, 6, 1050-121 Lisboa | cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com
Porto: (+351) 226 166 920 | Av. da Boavista, 3265 – 5.1 4100-137 Porto | cuatrecasasporto@cuatrecasas.com
Espanha (13): Madrid, Barcelona, Alicante, Bilbau, Girona, Málaga, Palma de Maiorca, San Sebastián, Saragoça, Sevilha, Valência, Vigo e Vitoria.
Internacionais (12): Bogotá, Bruxelas, Casablanca, Cidade do México, Lima, Londres, Luanda, Maputo, Nova Iorque, Pequim, Santiago do Chile e Xangai.

EVERSHEDS SUTHERLAND FCB

Nº de Sócios: 18
Nº total de Advogados: 70
Nº de outros Colaboradores: 20
Nº de of Counsel: 3

SÓCIOS

» Miguel Castelo Branco
» Paula Teixeira da Cruz
» Gonçalo da Cunha
» Rodrigo Almeida Dias
» Pedro Guimarães
» Miguel Lorena Brito
» Diogo Bernardo Monteiro
» João Robles
» João Couceiro
» Inês Albuquerque e Castro
» Margarida Roda Santos
» Rodrigo Barbosa Souto
» João Osório de Castro
» Gonçalo Mexia
» Bruno Arez Martins
» Sofia Ferreira Enriquez
» Luís falcão Ramos
» António Cid

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Direito Societário e Comercial
» Direito Público, Administrativo e do Ambiente
» Direitos Reais, Imobiliário e Construção
» Contencioso & Arbitragem
» Direito Fiscal
» Direito Laboral e da Segurança Social
» Direito Bancário e Mercado de Capitais
» Energia e Recursos Naturais
» Life Sciences
» Propriedade Intelectual
» Direito da Concorrência e da União Europeia
» Direito dos Seguros
» Direito dos Transportes Angola Desk
» Moçambique Desk

Eversheds Sutherland FCB

A FCB agora é Eversheds Sutherland FCB.

Com 30 anos de história, somos uma Sociedade de Advogados que faz a ponte com o futuro.

Prestamos um serviço integrado, eficaz e personalizado que reconhece as características únicas dos nossos clientes, permitindo-nos estar alinhados com os seus objetivos e apresentar a solução mais eficaz para cada caso.

Contamos, para isso, com a experiência e o know-how nas diferentes áreas de atuação dos nossos advogados.

Em 2021, integrámos a Eversheds Sutherland. Sendo uma das maiores sociedades de advogados mundiais, a Eversheds Sutherland presta serviços jurídicos a uma base de clientes internacionais que inclui algumas das maiores multinacionais do mundo. Ser membro da Eversheds Sutherland permite-nos dar uma resposta ainda mais abrangente às necessidades dos nossos clientes em múltiplas jurisdições, criando grupos dinâmicos e multidisciplinares e trabalhando em conjunto com as equipas da Eversheds Sutherland a nível global.

Temos escritórios em Lisboa, Porto e Faro (Portugal) e parcerias com escritórios em Luanda (Angola) e Maputo (Moçambique) através da FCB Glocal.

A Eversheds Sutherland, da qual a Eversheds Sutherland FCB faz parte, tem atualmente 74 escritórios em 35 jurisdições em África, Ásia, Europa, Médio Oriente e Estados Unidos.

www.eversheds-sutherland.pt

Lisboa: (+351) 213 587 500 | Av. da Liberdade, 249, 1.º, 1250-143 Lisboa | fcb@eversheds-sutherland.net
Porto: (+351) 228 346 740 | Av. da Boavista, 3265 – 2 .8, 4100-137 Porto | porto@eversheds-sutherland.net
Faro: (+351) 289 096 278 | Av. 5 de Outubro, 14, 4.º, 8000-076 Faro | algarve@eversheds-sutherland.net
Luanda: (+244) 937 406 057 | Edifício Kaluanda, Rua José da Silva Lameira, Piso 2, Escritório 2001, Luanda, Angola | angola@eversheds-sutherland.net
Maputo: (+258) 21 359 520 | Av. Vladimir Lenine, 174, 1.º, Edifício Millennium Park, Maputo, Moçambique | mozambique@eversheds-sutherland.net

George Advogados

George Advogados é um escritório de Advogados baseado em Lisboa que presta serviços de advocacia no plano nacional e internacional como membro da rede internacional de escritórios Law Europe International. Distinguindo-se principalmente no direito dos negócios e das empresas, o escritório dedica-se ao direito do imobiliário, M&A, direito do trabalho e direito fiscal. Rigor, conhecimento e profissionalismo são os valores principais da sua forma de atuação, no acompanhamento dos seus Clientes e no modo de promover soluções e de resolver eficazmente os desafios que lhe são propostos.

Constituído por uma equipa sólida, com experiência e juventude, o escritório assume-se como um player dinâmico e inovador no mercado, garantindo e salvaguardando sempre os melhores interesses dos seus Clientes.

George Advogados is a Law Firm based in Lisbon, which provides national and international legal services as a member of the Law Europe International law network. The firm's core practice area is business and company law, plus the linked areas of property, M&A, labor and tax law. Rigor, know-how and professionalism are the firm's primary values in its relations with its Clients, in the advice and assistance it gives to them and in the identification and implementation of solutions to the challenges faced.

The firm has a solid, experienced and youthful team and is a dynamic and innovative player in the market, in order to ensure and protect its Clients' best interests.

LEAD LAWYERS
David George
Rita Guimarães

PRACTICE AREAS
- Business and company law, including corporate, commercial and tax law;
- M&A;
- Employment Law, for employers, with particular emphasis on real-time monitoring and support, management of mass redundancy dismissals and employment disputes and litigation;
- Property law;
- Golden Visa and Foreign Investment support, including the grant of Non-habitual Resident status;
- China Desk.

george advogados

ADVOGADOS RESPONSÁVEIS

» David George
» Rita Guimarães

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Direito dos negócios e das empresas, incluindo societário, comercial e assessoria fiscal;
» Direito Imobiliário;
» M&A;
» Direito do Trabalho na perspetiva da empresa, com especial incidência na assessoria diária, organização e condução de despedimentos coletivos e contencioso laboral;
» Golden Visa e apoio ao Investimento Estrangeiro incluindo obtenção do Estatuto de Residente não Habitual;
» China Desk.

a member of
LEInternational™
A NETWORK OF LAW FIRMS

https://lei-network.com/

Lisboa: (+351) 215 832 292 (+351) 217 930 876 | Av. 5 de Outubro, n.º 70, 4.º andar 1050-059 Lisboa | lisboa@georgeadvogados.com

Gómez-Acebo & Pombo

GA_P Gómez-Acebo & Pombo | 50 Aniversario

A Gómez-Acebo & Pombo (GA_P) é uma sociedade ibérica e independente, que soluciona os desafios jurídicos das empresas desde 1971, tendo-se consolidado como referência a nível internacional em todos os setores de atividade. Atualmente contamos com escritórios nas principais cidades espanholas, em Lisboa, em Bruxelas, em Londres e em Nova Iorque, a partir dos quais prestamos assessoria jurídica em direito espanhol, português e da União Europeia. Estamos presentes em Portugal desde 2010, oferecendo aos nossos clientes uma solução ibérica integrada que vá ao encontro das necessidades dos investidores portugueses e internacionais que veem a Península Ibérica como uma unidade de negócio única.

Em Lisboa, a GA_P dispõe de uma sólida equipa de profissionais locais, com vasta experiência internacional e capacidade para oferecer ao cliente uma assessoria jurídica especializada e integrada em diversas áreas. A multidisciplinaridade do Escritório, juntamente com a qualidade e experiência da nossa equipa, coloca-nos numa posição privilegiada para fornecer as soluções mais procuradas no atual contexto empresarial.

Entendemos a advocacia empresarial de uma forma diferente, na qual o critério e a inovação se unem para tornar possíveis os objetivos dos nossos clientes.

Nº de Sócios: 6
(54 a nível internacional)
Nº total de Advogados: 35
(250 a nível internacional)
Nº de Advogados Estagiários: 4
(39 a nível internacional)
Nº de outros Colaboradores: 12
(142 a nível internacional)

SÓCIOS

- Mafalda Barreto
- Mário Marques Mendes
- Miguel Castro Pereira
- Miguel de Avillez Pereira
- Nuno de Oliveira Garcia
- Ricardo Campos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Administrativo e Regulatório
- Arbitragem
- Bancário e Financeiro
- Comercial e Societário
- Contencioso e Contencioso Penal
- Direito da Concorrência e da União Europeia
- Direito do Trabalho
- Energia
- Fiscal
- Imobiliário e Urbanismo
- Propriedade Intelectual e Tecnologias da
- Informação
- Seguros

www.ga-p.com

Lisboa: (+351) 213 408 600 | Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º 1050-083 Lisboa | advogados.lisboa@ga-p.com
Barcelona | Bilbau | Bruxelas| Lisboa | Londres | Madrid | Nova Iorque | Valência | Vigo

J+Legal

J+Legal

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Horta Osório, Brito Pereira, Carvalho Esteves, Sociedade de Advogados, SP, RL, J+Legal, é uma boutique jurídica recém-constituída, com escritório em Lisboa, mas abrangendo todo o território nacional, assim como os mercados internacionais, em virtude do network pessoal dos seus sócios, o que lhe permite total independência na identificação dos escritórios melhor colocados para apoiar nos casos concretos.

A PRÁTICA DA FIRMA ESTÁ CENTRADA NAS SEGUINTES ÁREAS:

– Bancário e financeiro;
– Contencioso, incluindo criminalidade económica;
– Fiscal;
– Imobiliário;
– Societário e M&A.

A prática da J+Legal assenta nos valores de compromisso, confiança conhecimento, criatividade, excelência, foco no clientes, justiça e pragmatismo.

Fundada em 2020, durante um almoço de amigos apaixonados pela prática do Direito em benefício dos seus clientes individuais e corporativos, e com início de atividade em 2021, a filosofia da J+Legal assenta numa prática hands-on, com forte envolvimento dos seus sócios na resolução dos casos que lhe são confiados.

A J+Legal visa assim solucionar os problemas mais importantes dos seus clientes, através de uma abordagem estratégica e pragmática, juntamente com um envolvimento ativo e com o mais alto nível de senioridade e conhecimento. É por essa razão que a J+Legal tem um rácio entre sócios e associados significativamente baixo, o que lhe possibilita soluções sólidas e criativas, mas rápidas e pragmáticas.

PRINCIPAIS GESTORES

Nome dos responsáveis

- **Bancário e financeiro: Jorge Brito Pereira**
- **Contencioso, incluindo criminalidade económica: Sofia Matos**
- **Fiscal: Jaime Carvalho Esteves**
- **Imobiliário: Filipa Arantes Pedroso**
- **Societário e M&A: José Diogo Horta Osório**

https://jlegal.pt/

Lisboa: (+351) 218 770 000 | Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua Benoliel, 1, 6-C 1250-273 Lisboa | geral@jlegal.pt |

Manuela Silva Marques – Advogados

Manuela Silva Marques – Advogados é um escritório de advogados alicerçado na confiança e nos desafios propostos pelos Clientes, com profissionais e parceiros de ampla experiência e presença consolidada no mercado da advocacia em Portugal.
Num mundo em mudança, a subjetividade na aplicação da lei, a pressão política na arrecadação da receita, a complexidade fiscal e a incerteza são seguramente, para as empresas e empresários, grande desafio. Desafio que assumimos também como nosso.
Encontramo-nos focados na questão fiscal, numa estratégia sustentável para os nossos Clientes. A complexidade do tema leva-nos a uma especialização com vista à conquista de conhecimento, de forma a garantir as melhores respostas às necessidades e questões que se colocam.
Com uma vasta experiência adquirida pela multiplicidade de casos tratados, construímos uma base de conhecimento e especialização que aumenta a eficácia da abordagem e do nosso trabalho, permitindo, ao lado do Cliente, implementar estratégias sustentáveis, preventivas e de criação de valor.
Sendo este o propósito, associamos à qualidade técnica dos serviços prestados o equilíbrio com a qualidade humana, a motivação e o dinamismo da equipa constituída.
Os imperativos éticos e deontológicos, a função social, a dignidade e o prestígio da Advocacia: são o mote. O rigor, a capacidade de resposta, a eficácia e os resultados obtidos: distinguem-nos.

PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

- Women in Tax Leader – International Tax Review 2021
- Women in Tax Leader – International Tax Review 2020
- Women in Tax Leader – International Tax Review 2017
- Recommended Lawyer – The Legal 500 EMEA 2015 Edition
- European Legal Team of the Year – British Legal Awards 2011

ADVOGADA RESPONSÁVEL

» Manuela Silva Marques

VETORES PRIMORDIAIS DE ATUAÇÃO

» Fiscal e Penal Tributário
» Comercial e Societário, Fusões e Aquisições
» Contraordenações
» Contencioso (Tributário, Penal, Laboral e Civil)
» Reestruturações e Insolvências
» Laboral e Segurança Social

www.msmadvogados.pt

Lisboa: (+351) 215 891 181 | (+351) 913 039 323 | Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2 - Amoreiras, 10.º piso, 11, 1070-101 Lisboa | geral@msmadvogados.pt |

Miranda & Associados

Somos uma sociedade de advogados de alcance internacional que opera nas principais áreas do Direito ao serviço de um amplo conjunto de clientes, incluindo multinacionais e clientes nacionais com aspirações globais. Através da rede de escritórios Miranda Alliance e com uma equipa com mais de 200 advogados, marcamos presença num total de 19 países, em 4 continentes, incluindo alguns dos mercados emergentes mais desafiantes e de maior crescimento a nível mundial. Os nossos clientes têm em comum um profundo sentido de exigência. Sabem comparar soluções, pareceres e escritórios. Têm critérios rigorosos. Temos clientes que estão connosco há décadas. Crescemos todos os anos. Novos mercados, novas empresas, outras experiências, advogados e outros profissionais em permanente renovação. Uma firma que intervém num ambiente de constante inovação, respondendo aos desafios que exigem trabalho jurídico capaz de minimizar riscos e aumentar oportunidades num mundo cada vez mais complexo. Com qualidade, solidez e ambição. A Miranda tem uma identidade única.

MIRANDA
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL

SÓCIOS

- Agostinho Pereira de Miranda (Founding Partner)
- Diogo Xavier da Cunha (Managing Partner)
- Ana Margarida Maia
- Ana Pinelas Pinto
- Catarina Távora
- Diogo Leote Nobre
- João Amaral
- João Coelho de Pinho
- João Leite
- João Luís Traça
- João Rosado Correia
- Luís Borges Rodrigues
- Luís M. S. Oliveira
- Mafalda Oliveira Monteiro
- Maria João Mata
- Nuno Antunes
- Nuno Cabeçadas
- Nuno Gouveia
- Paula Caldeira Dutschmann
- Paulo Pimenta
- Pedro Melo
- Ricardo Alves Silva
- Rita Correia
- Rita Lufinha Borges
- Sofia Martins
- Susana Pinto Coelho
- Susana Rios de Oliveira
- Tânia Cascais
- Tiago Amorim

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Ambiente
- Bancário e Seguros
- Concorrência
- Consumo
- Contencioso & Arbitragem
- Desporto e Entretenimento
- Energia
- Fiscal
- Fusões & Aquisições
- Imobiliário e Turismo
- Investimento Estrangeiro
- Laboral e Imigração
- Mercados Financeiros
- Petróleo e Gás
- PPP e Project Finance
- Propriedade Intelectual e Direitos de Autor
- Público e Regulatório
- Societário e Comercial
- TI e Proteção de Dados
- Penal e Compliance

PRÉMIOS

Lusophone Africa Law Firm of the Year - Chambers Africa Awards 2021
International Law Firm of the Year - African Legal Awards 2019

www.mirandalawfirm.com

Lisboa: (+351) 217 814 800 (+351) 217814 802 I Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa
Porto: (+351) 220 439 500 (+351) 220 439 501 I Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4º andar 4050-322 Porto

pbbr.a

SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, SP, RL

A pbbr é uma sociedade de advogados com projecção nacional e internacional, com capacidade *full service*, que presta assessoria jurídica assente em critérios de exigência, rigor e qualidade, com uma equipa versátil e flexível, muito disponível para os Clientes, numa lógica de serviço personalizado e focado nas efectivas necessidades e interesses destes, privilegiando o trabalho em equipa e a formação contínua dos seus profissionais.

A pbbr concentra a sua actividade nas áreas do direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, capital de risco, propriedade intelectual e industrial, direito imobiliário, construção e urbanismo, direito do trabalho, segurança social e *employee benefits*, tecnologias de informação, telecomunicações e media, saúde, farmacêutico e *life sciences*, publicidade e marketing, direito bancário, financeiro e mercado de capitais, público, ambiente, energia e recursos naturais, direito público, direito da concorrência e do consumo, direito fiscal, contencioso e arbitragens. Parte relevante do trabalho da pbbr é de referência internacional, mantendo a sociedade uma sólida rede de contactos com prestigiadas sociedades de advogados estrangeiras, na Europa, Brasil, Argentina, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Índia, Japão, Singapura e China.

A pbbr é o membro português da aliança internacional de sociedades de advogados Ius Laboris, mantendo uma parceria exclusiva para Portugal com a sociedade de advogados espanhola Sagardoy Abogados.

A Techlawyers by pbbr é a marca para as área de Tecnologia, Media e Telecoms (TMT) da pbbr.

Nº de Sócios: 9
Nº total de Advogados: 37
Nº de Advogados Estagiários: 6
Nº de Consultores: 7
Nº de outros Colaboradores: 5

SÓCIOS

- Alexandre Jardim
- Pedro Pinto
- Inês Reis
- Carina Branco
- Sofia de Sales Sousinha
- Rita Roque de Pinho
- Bruno Soeiro Barbosa
- Teresa Freire
- Tânia Ferreira Osório

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- Capital de Risco
- Comercial, Societário, Fusões e Aquisições e Concorrência
- Contencioso e Arbitragem
- Fiscal
- Imobiliário, Construção e Urbanismo
- Público, Ambiente, Energia e Recursos Naturais
- Saúde, farmacêutico e *life sciences*
- Tecnologia, Tecnologias da Informação e Propriedade Intelectual e Industrial
- Trabalho, Segurança Social e *Employee Benefits*

www.pbbr.pt

Lisboa: (+351) 213 264 747 | Avenida da Liberdade, 110-6, 1250-146 Lisboa | geral@pbbr.pt

PEREIRA DA CRUZ
ADVOGADOS

Nº total de Advogados: 11
Nº de Advogados estagiários: 1
Outros consultores: 2
IP Paralegals: 2

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Propriedade Industrial
- Direitos de Autor e Direitos Conexos
- Contencioso
- Mediação
- Arbitragem
- Ciências da Vida e Direito Farmacêutico
- Direito da Moda
- Internet e Comércio Electrónico
- Protecção de Dados e Privacidade
- Licenciamento em Propriedade Intelectual
- Aconselhamento Jurídico a Startups
- Due Diligence

Pereira da Cruz e Associados

Sociedade de Advogados

A Pereira da Cruz e Associados, R.L. (PCA), sociedade de advogados, foi fundada em 2005 e é constituída pelos advogados que, igualmente, colaboram com a sociedade J. Pereira da Cruz, S.A, Agentes Oficiais da Propriedade Industrial, fundada em 1949.

A actividade da PCA centra-se especialmente na área da Propriedade Intelectual, nomeadamente, na consultadoria e litígios em matéria de Propriedade Industrial (patentes, desenhos ou modelos, marcas, etc.) e de direito de autor. A PCA conta com uma reconhecida experiência e projecção nacional e internacional, que tem por base uma abordagem de proximidade e um serviço especializado de assessoria jurídica, assente em elevados critérios de rigor e exigência.

A equipa de advogados que compõe a PCA encontra-se totalmente habilitada para representar os seus Clientes não só junto dos tribunais judiciais, em matéria de direitos de Propriedade Intelectual, mas também em processos arbitrais relativos a litígios entre os titulares de patentes (referentes a medicamentos de referência) e as empresas de genéricos.

Os advogados da PCA representam, igualmente, os seus Clientes junto das autoridades administrativas nacionais e europeias, em todas as fases dos processos administrativos e judiciais relativos à concessão e impugnação de direitos de Propriedade Industrial.

A PCA dispõe, ainda, de um departamento totalmente vocacionado para os processos de contrafação, representando os seus Clientes em queixas-crime apresentadas junto da ASAE e da Unidade de Acção Fiscal da GNR, bem como em processos relativos a medidas aduaneiras de protecção dos direitos de Propriedade Intelectual.

A PCA tem contactos com diversos escritórios estrangeiros especializados em PI, incluindo parcerias em Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Macau.

www.pca-advogados.pt

Lisboa: (+351) 213 244 644 | Rua Vitor Cordon, Nº 10A 1200-484 Lisboa | info@pca-advogados.pt
Porto: (+351) 220 167 495 | Av. Sidónio Pais, 379, Sala 1.14 - Piso 1 Ed. Hoechst, 4100-468 Boavista, Porto | porto@pca-advogados.pt
Leiria: (+351) 244 024 415 | NERLEI - Associação Empresarial da Região de Leiria, Av. Bernardo Pimenta, sala 9, 2404-010 Leiria | leiria@pca-advogados.pt

Estamos bem assentes na terra...

a pensar mais além

Évora | Faro | Leiria | Lisboa | Ponta Delgada | Porto

PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Desde 2001 que não paramos de crescer. Começámos por ser três e somos agora mais de cento e vinte. Advogados e advogadas orientados para os seus clientes. Fazemos da diferença uma forma de estar.

Somos uma equipa que partilha: o conhecimento, as vivências, a experiência, os resultados, a forma de estar, os ideais, os valores e a confiança.

Somos uma equipa que acredita que é sempre possível fazer mais e melhor. Somos uma equipa próxima e queremos estar perto dos nossos clientes. Encontrem-nos em Évora, Faro Leiria, Lisboa, Ponta Delgada e Porto.

Ano Fundação: 2001
Sócios: 19
Nº Total de Sócios e Advogados: 120

SÓCIOS

- Pedro Raposo
- Miguel Miranda
- Almeida Correia
- Carlos Duque
- Célia Sá Miranda
- Ney da Costa
- Catarina Costa Lopes
- Pedro Sá
- Susana Santos Valente
- André Pinto Rocha
- Helena Braga Marques
- David Coelho
- Noel Gomes
- Joana de Sá
- Rute Oliveira Serôdio
- Tiago Fiuza
- Clélia Brás
- Lin Man
- Daniel Torres Gonçalves

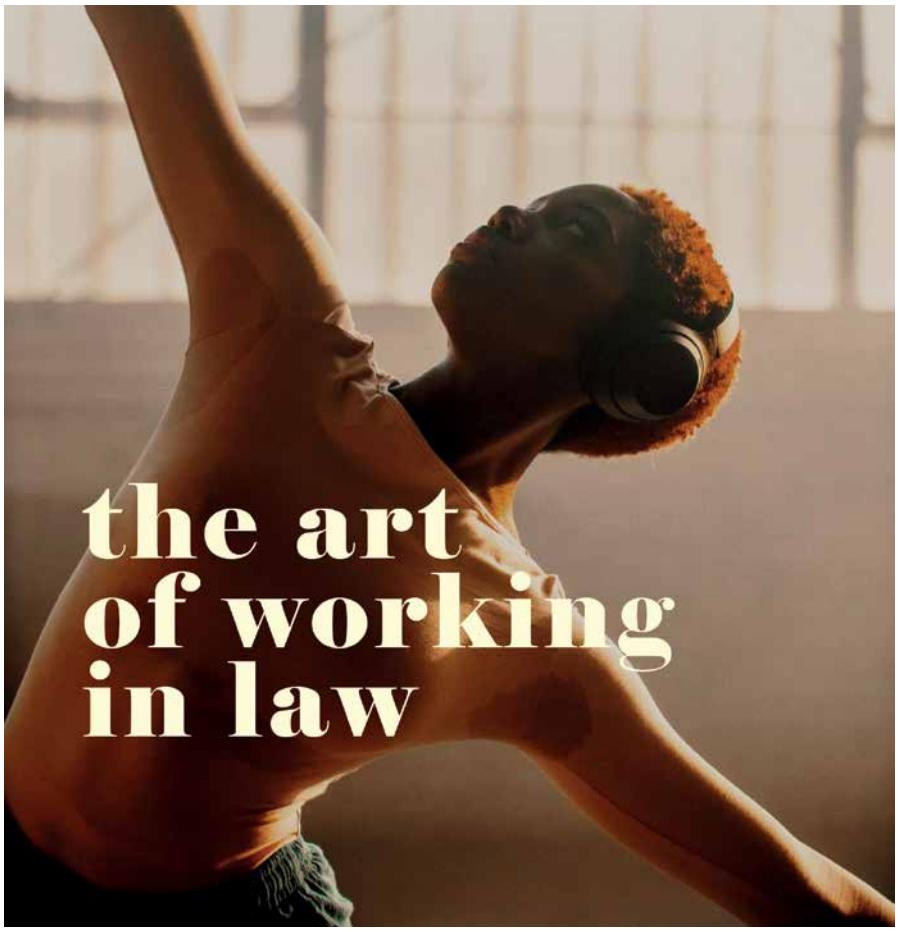
Raposo, Sá Miranda & Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL

www.pra.pt

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Administrativo e Contratação Pública;
- Comercial, Contratos e Concorrência;
- Contencioso e Arbitragem;
- Contencioso Penal;
- *Corporate*;
- Contencioso Societário;
- Família e Sucessões;
- Fiscal;
- Imobiliário;
- Laboral;
- Propriedade Intelectual e Privacidade;
- Recuperação de Crédito e Insolvência;
- Unidade Económica Dano Corporal;
- Unidade Económica de Entertainment;
- Unidade Económica da Farmácia e do Medicamento;
- Unidade Económica dos Transportes;
- Unidade Económica da Saúde;
- Unidade Económica Gestão de Ativos;
- China Desk.

LISBOA (Sede): (+351) 213 714 940 | lisboa@pra.pt | Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 82, 1.º Dt.º 1250-193 Lisboa
ÉVORA: (+351) 266 096 600 | evora@pra.pt | Rua de Viana, n.º11A, 7005-206 Évora
FARO: (+351) 289 100 233 | faro@pra.pt | Avenida 5 de Outubro, n.º33 8000-077 Faro
LEIRIA: (+351) 244 095 615 | leiria@pra.pt | Av.ª 22 de Maio - Edf. Praça Nova nº 24, 1-K 2415-396 Leiria, Portugal
PONTA DELGADA: (+351) 296 098 702 | pdelgada@pra.pt | Rua Conselheiro Doutor Luís Bettencourt de Medeiros e Câmara nº 6, 9500-058 Ponta Delgada
PORTO: (+351) 223 715 485 | porto@pra.pt | Rua Nossa Senhora de Fátima, 177, piso 7 4050-427 Porto



Raposo Bernardo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A Raposo Bernardo é uma full service law firm reconhecida pela sua capacidade de aliar a solidez da tradição da advocacia à mais moderna e avançada tecnologia, com o propósito de proporcionar o maior benefício aos nossos Clientes.

Entendemos que para disponibilizarmos um apoio jurídico do mais elevado nível é fundamental que as nossas equipas de advogados, para além de elevadas competências técnicas, tenham um profundo conhecimento da atividade e dos projetos dos nossos Clientes, bem como uma apurada sensibilidade para o seu modo específico de fazer negócios.

A cultura de colaboração que existe entre todos os membros das nossas equipas é a mesma cultura de colaboração que mantemos com os nossos Clientes. Esse espírito de colaboração e de proximidade permite criar relações fortes e de confiança, e com isso alcançar os melhores resultados.

Mantemos uma permanente e intensa atividade de formação e reciclagem interna, essencial para que as nossas equipas estejam sempre na vanguarda do que de mais avançado e sofisticado se vai fazendo no mercado jurídico internacional.

Com total independência mantemos relações com sociedades de advogados em todo o mundo, estando inteiramente abertos a desenvolver trabalho em parceria, sempre em benefício dos projetos dos nossos Clientes.

Passados mais de 25 anos renovamos o nosso compromisso em aliar experiência e tradição com inovação, modernidade e sofisticação, através de um aconselhamento pragmático e que acrescente valor aos nossos Clientes, mantendo sempre a mesma capacidade de resposta rápida e rigorosa e uma cultura de total disponibilidade e colaboração.

RAPOSO BERNARDO

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Direito Bancário e Financeiro
- Direito Societário
- Fusões e Aquisições
- Mercado de Capitais
- Corporate Finance
- Project Finance
- Private Equity
- Startups
- Direito dos Seguros
- Direito Farmacêutico
- Arbitragem e Contencioso
- Direito Imobiliário
- Contencioso Tributário
- Direito do Trabalho
- Direito da Concorrência e Europeu
- Direito dos Contratos
- Direito do Consumo
- Direito Administrativo
- Privacidade e Dados Pessoais
- Direitos de Autor e Conexos
- Direito da Energia
- Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- Direito Marítimo, Transportes e Logística
- Direito Aéreo
- Direito do Desporto
- Restruturação de Empresas

Prémios & Reconhecimentos 2021/22

- THE LEGAL 500 EMEA: Top tier firm in Portugal for Banking & finance; Capital markets; Commercial, Corporate and M&A; Dispute resolution; EU and competition; Employment; Energy and natural resources; Insolvency and restructuring; Intellectual property; Projects and project finance; Public law; Real estate and construction; Tax; TMT and Transport
- THE LEGAL 500 EMEA: Top tier firm in Angola | Top tier firm in Mozambique
- CHAMBERS & PARTNERS GLOBAL: Leading firm for Cape Verde
- CHAMBERS Shortlisted Africa 2022 – Regional Law Firm of the Year - Lusophone Africa
- IFLR1000: Recommended in Portugal for Banking; Capital markets: Debt; Capital markets: Equity; M&A; Project development; Project finance; Restructuring and insolvency
- IFLR1000: Top tier firm in Cape Verde for Financial and corporate; Recommended firm in Angola for Financial and corporate and Project development; Recognized firm in Mozambique for Financial and corporate; Project development
- LEADERS LEAGUE: Leading firm in Portugal for Arbitration; Civil & Commercial Litigation; Labor & Employment; Innovation; Technology & Telecoms; Intellectual Property

www.raposobernardo.com

Portugal: (+351) 213 121 330 | Av. Fontes Pereira de Melo, Nº35 – 18º, 1050-118 Lisboa | lisboa@raposobernardo.com
Angola | Cabo Verde | Espanha | Guiné-Bissau | Moçambique | Portugal | São Tomé e Príncipe

Sérvulo & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

A SÉRVULO é uma sociedade de advogados full-service, com mais de vinte anos de existência, que atua em todas as áreas de prática e nos setores mais relevantes da economia.

Foi fundada no final dos anos noventa pelo Professor Sérvulo Correia, um dos mais conceituados advogados e professores académicos na área do Direito Público em Portugal, com o objetivo de servir os seus clientes de uma forma inovadora, colocando o conhecimento teórico ao serviço de uma prática jurídica ativa e especializada.

Desde então, as duas componentes tornaram-se também inseparáveis no ADN desta sociedade, que ocupa uma posição de destaque no mercado jurídico português.

Reconhecida pela qualidade dos seus serviços jurídicos, a **SÉRVULO** conta com uma equipa multidisciplinar extremamente competente, motivada por um único propósito: transformar a investigação académica e o conhecimento acumulado na conceção de soluções jurídicas robustas, prestando um serviço efetivamente criador de valor para os seus clientes.

A SÉRVULO é referenciada nos principais diretórios internacionais, que analisam o desempenho dos escritórios de advogados em diversas jurisdições do mundo inteiro.

A SÉRVULO NO MUNDO

Mantendo-se como sociedade de advogados portuguesa independente, a SÉRVULO assegura um alcance global na prestação dos seus serviços jurídicos através da **SÉRVULO LATITUDE**, uma rede de parcerias bilaterais que inclui escritórios de advogados proeminentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e de outras jurisdições estratégicas, tais como o Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau ou Timor-Leste; das três redes internacionais de sociedades de advogados a que pertence - Legalink, Cathay e Roxin Alliance; e dos seus Desks, destinados a prestar um serviço personalizado a clientes provenientes de determinados países.

Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, SP, RL

Nº de Sócios: 31
Nº de Of Counsel: 4
Nº Total de Advogados: 40
Nº de Consultores: 8
Nº Total de Advogados Estagiários: 22
Nº de Administrativos: 30

SÓCIOS

- José Manuel Sérvulo Correia
- Ana Luisa Guimarães
- Ana Moutinho Nascimento
- Ana Rita Painho
- António Cadilha
- António Teles
- Cláudia Amorim
- Diogo Feio
- Duarte Rodrigues Silva
- Eduardo Gonçalves Rodrigues
- Francisca Mendes da Costa
- Francisco Barona
- Francisco Boavida Salavessa
- Henrique Rodrigues da Silva
- João Amaral e Almeida
- João Carmona Dias
- João Saúde
- José Lobo Moutinho
- Mafalda Ferreira Santos
- Manuel Magalhães
- Mark Kirkby
- Miguel Gorjão-Henriques
- Paulo Câmara
- Pedro Fernández Sánchez
- Pedro Silveira Borges
- Rita Canas da Silva
- Rui Medeiros
- Sofia Carreiro
- Sofia Thibaut Trocado
- Teresa Pala Schwalbach
- Verónica Fernández

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Público
- Comercial e Societário
- Financeiro e Governance
- Reestruturação e Insolvência
- Laboral
- Fiscal
- Penal, Contraordenações e Compliance
- Europeu e Concorrência
- Imobiliário, Urbanismo e Ambiente
- Contencioso e Arbitragem
- Propriedade Intelectual
- Life Sciences
- TMT
- Privacidade e Proteção de Dados
- Desporto

www.servulo.com

Lisboa: (+351) 210 933 000 | Rua Garrett, 64, 1200-204 Lisboa | servulo@servulo.com

SLCM//Serra Lopes, Cortes Martins & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

Fundada em 1961, a **SLCM // Serra Lopes, Cortes Martins & Associados** celebra, em 2021, seis décadas de existência. É uma sociedade de advogados com forte implantação e uma referência no mercado jurídico português, prestando serviços especializados na generalidade das áreas de Direito.

Vocacionada para clientes institucionais, acompanha de forma continuada alguns dos mais relevantes grupos empresariais portugueses e estrangeiros com presença em Portugal. A equipa **SLCM** tem uma vasta e diversificada experiência, designadamente em transações nacionais e internacionais e litigância de elevada complexidade, sendo amplamente reconhecida pelos clientes, pelo mercado e pelos seus pares. Estamos presentes, entre outros, nos sectores da agroindústria, ambiente, banca e serviços financeiros, bens de grande consumo, digital e tecnológico, energia, imobiliário e saúde.

A SLCM // Serra Lopes, Cortes Martins & Associados investe no conhecimento aprofundado do Cliente e da sua atividade, para quem orienta a sua atuação quer no contexto de uma advocacia preventiva, quer na procura da resolução eficaz e célere das questões que lhe são confiadas.

A **SLCM** está consistentemente referenciada nos melhores rankings internacionais da especialidade, nomeadamente *"Chambers & Partners" e "Legal 500"*.

slcm

SERRA LOPES, CORTES MARTINS // ADVOGADOS

60 ANOS.

Nº de Sócios: 9
Nº total de Advogados: 40
Nº de Consultores: 2
Nº de Advogados Estagiários: 8
Nº de outros Colaboradores: 10

SÓCIOS

- António Serra Lopes
- Maria de Jesus Serra Lopes
- Luís Miguel Cortes Martins
- Miguel Pena Machete
- Maria Raquel Moreira
- Rafael Lucas Pires
- Martim Anahory
- Inês Pinheiro
- António Gaspar Schwalbach

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Societário, Fusões e Aquisições
- Contencioso e Arbitragem
- Bancário e Financeiro
- Reestruturação e Insolvência
- Concorrência e Regulatório
- Fiscal
- Imobiliário e Urbanismo
- Laboral
- Direito Público
- Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
- Propriedade Intelectual, Publicidade e Sociedade de Informação
- German Desk

www.slcm.pt

Lisboa: (+351) 217 234 000 | Rua General Firmino Miguel, Nº3, Torre 2 10º B | 1600-100 Lisboa | slcm@slcm.pt

SRS Advogados

Sociedade Rebelo de Sousa de Advogados, SP, RL

A SRS Advogados é uma sociedade de Advogados full-service, focada em serviços jurídicos de excelência, orientados para as necessidades dos Clientes em todas as áreas de negócio.

Estamos na vanguarda da inovação no sector jurídico desde 1992.

A nossa equipa de advogados está focada nas necessidades dos Clientes, contando com uma vasta experiência na assessoria jurídica a empresas, a instituições financeiras e governamentais, nacionais e internacionais.

Para a SRS Advogados, a inovação funciona como motor na procura de soluções para os melhores resultados.

Somos multiculturais, multilinguísticos e orgulhamo-nos da elevada criatividade que colocamos ao serviço do Cliente na procura de soluções para contextos complexos.

A Sociedade tem sido reconhecida e distinguida, ao longo dos anos, pelos principais diretórios e prémios internacionais da área jurídica (Chambers&Partners, Client Choice, IFLR, Legal 500, The Lawyer, Who'sWho Legal, entre outros).

No âmbito da criação da SRS Global (Angola, Brasil, Macau, Malta, Moçambique, Portugal e Singapura), e ainda através de uma forte rede de contatos internacionais, o nosso principal objetivo tem sido o de alargar a nossa experiência e conhecimento face às cada vez mais complexas questões jurídicas que se impõem a um nível global.

ADVOGADOS

Nº de Sócios: 33
Nº Total de Advogados: 100
Nº Total de Advogados Estagiários: 11
Nº de Consultores: 12
Nº de Of Counsel: 7
Nº de outros Colaboradores: 37

SÓCIOS

» Pedro Rebelo de Sousa
» José Carlos Soares Machado
» Dulce Franco
» William Smithson
» Octávio Castelo Paulo
» Gabriela Rodrigues Martins
» César Sá Esteves
» José Luís Moreira da Silva
» José Jácome
» Alexandra Valente
» Gonçalo Anastácio
» Nuno Miguel Prata
» Anabela Gonçalves Ferreira
» Gustavo Ordonhas Oliveira
» Paulo Bandeira
» Alexandre Roque
» Ana Luísa Beirão
» Ana Menéres
» Carla Neves Matias
» Cláudia Varela
» João Paulo Mioludo
» João Santos Carvalho
» Luís Neto Galvão
» Mafalda Alves
» Maria José de Tavares
» Maria de Lancastre Valente
» Maria Paula Milheirão
» Mariana Caldeira de Sarávia
» Natália Garcia Alves
» Neuza Pereira de Campos
» Raquel Cuba Martins
» Regina Santos Pereira
» Sara Estima Martins

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Administrativo e Contratação Pública
» Ambiente
» Arbitragem e Mediação
» Ciências da Vida e Saúde
» Concorrência e União Europeia
» Contencioso e Arbitragem
» Energia
» Financeiro
» Fiscal
» Imigração e Golden Visa
» Imobiliário
» Laboral e Segurança Social
» M&A
» Private Equity & Venture Capital
» Propriedade Intelectual e Industrial
» Protecção de Dados e Cibersegurança
» Seguros e Pensões
» Societário, Comercial e M&A
» Startups
» TMT
» Transportes e Marítimo
» White Collar Crime

www.srslegal.pt

Lisboa: Rua Dom Francisco Manuel de Melo 21, 1070-085 Lisboa | **Porto** | **Madeira**

Uría Menéndez Proença de Carvalho

Com presença fixa em Portugal desde 1998, a Uría Menéndez é uma sociedade de advogados com mais de 70 anos de experiência e conta atualmente com doze escritórios distribuídos por Portugal, Espanha, Londres, Bruxelas e Américas.

O escritório presta assessoria em direito português, espanhol, inglês e comunitário. Apoia igualmente os seus clientes em operações internacionais através da sua rede de escritórios e de relações com as mais conceituadas sociedades do mundo.

De igual forma, a nossa sólida presença na América Latina há duas décadas tem-se vindo a consolidar com a nossa participação na primeira grande sociedade de advogados ibero-americana, Philippi, Prietocarrizosa, Ferrero DU & Uría ("PPU"), nascida da fusão de sociedades líderes no Chile, Colômbia e Peru.

Através da Uría Menéndez-Proença de Carvalho e da PPU oferecemos aos nossos clientes uma equipa multidisciplinar e relações privilegiadas com os melhores escritórios nas jurisdições mais relevantes.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Arbitragem e Mediação
- Bancário e Financeiro
- Comercial
- Concorrência
- Contencioso
- Direito do Trabalho
- Direito dos Transportes
- Energia e Recursos Naturais
- Fiscal
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Marítimo
- Mercado de Capitais
- Penal Económico
- PPP's – Parcerias Público – Privadas
- Private Equity
- Project Finance
- Propriedade Intelectual e Tecnologias de Informação
- Proteção de Dados Pessoais e Comércio Eletrónico
- Público
- Restruturações e Insolvências
- Seguros
- Societário
- Urbanismo

N.º total de advogados: 108
N.º de sócios: 20
N.º de counsels: 5
N.º de advogados estagiários: 21
N.º de outros colaboradores: 42

SÓCIOS

- Duarte Garin (Presidente Portugal)
- Antonio Villacampa (Co-Diretor Portugal)
- Bernardo Diniz de Ayala (Co-Diretor Portugal)
- Adriano Squilacce
- Alexandre Mota Pinto
- André Pestana Nascimento
- Carlos Costa Andrade
- Catarina Tavares Loureiro
- David Sequeira Dinis
- Fernando Aguilar de Carvalho
- Filipe Romão
- Francisco Brito e Abreu
- Francisco da Cunha Ferreira
- Francisco Proença de Carvalho
- Joana Torres Ereio
- Marta Pontes
- Nuno Salazar Casanova
- Pedro Ferreira Malaquias
- Rita Xavier de Brito
- Tito Arantes Fontes

COUNSELS

- António Castro Caldas
- Gonçalo Reino Pires
- Hélder Frias
- João Louro e Costa
- Tânia Luísa Faria

CONSULTORES

- Cláudia Reis Duarte

ASSOCIADOS PRINCIPAIS

- Afonso Choon Dias
- José Maria Bragança
- Luís Bertolo Rosa
- Mariana Coentro Ribeiro
- Miguel Rodrigues Leal
- Miguel Stokes
- Nair Cordas
- Rita Vieira Marques

www.uria.com

BARCELONA · BILBAO · LISBOA · MADRID · PORTO · VALENCIA · BRUXELLES · LONDON · NEW YORK · BOGOTÁ · LIMA · SANTIAGO DE CHILE

VIEIRA DE ALMEIDA

VdA
Challenged by the future

Vieira de Almeida

& Associados - Sociedade de Advogados SP RL

Reconhecida ao longo de mais de quatro décadas como referência de excelência na advocacia, a Vieira de Almeida destaca-se pela solidez técnica e carácter inovador dos seus serviços.

Os elevados padrões éticos e de rigor profissional de uma equipa de 460 pessoas, aliados a uma forte cultura de valores, são um legado sobre o qual construímos o nosso futuro.

A VdA Legal Partners reflete a nossa presença internacional e o forte compromisso com os nossos clientes no acompanhamento dos seus assuntos a nível global.

Com um profundo conhecimento dos mercados locais, a par de uma prática jurídica fortemente especializada, orientamo-nos por um princípio de equilíbrio entre a indústria em questão e a natureza da transação em concreto.

VdA LEGAL PARTNERS

ANGOLA – CABO VERDE – CAMARÕES – CHADE – CONGO – REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO – GUINÉ EQUATORIAL GABÃO – MOÇAMBIQUE – PORTUGAL – SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – TIMOR-LESTE

O Jornal Económico

Atualize os seus dados
para a próxima edição

Envie os seus dados para:
Telef: 217 655 300
E-mail: comercial@jornaleconomico.pt

MESA **REDONDA**

O Jornal Económico

TRÊS GRANDES DESAFIOS PARA 2022

Digitalização, Sustentabilidade e Talento

3 DEZEMBRO | 15h00

Convidados

Bruna Cunha | Assistente Convidada - Faculdade Direito | Católica Porto

Susana Pinto Coelho | Sócia da Miranda & Associados

João Quintela Cavaleiro | Sócio fundador da Cavaleiro & Associados

Paulo Câmara | Managing Partner da Sérvulo & Associados

Maria Figueiredo | Of Counsel da CMS Rui Pena & Arnaut

Moderação: **Filipe Alves,** Diretor, O Jornal Económico

Powered by:

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JETV, em www.jornaleconomico.pt

alínea c)

A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados

Sociedade de Advogados, RL

A ABPA é uma sociedade de advogados sustentada em dois pilares essenciais: a já longa experiência de trabalho conjunto dos seus sócios e o saber, a ousadia e a capacidade de inovar de advogados mais novos que aceitaram partilhar este constante e renovado desafio que é o exercício da advocacia e da assessoria legal.

A experiência, o saber e a capacidade de inovar juntam-se para uma advocacia com rigor, pragmatismo e competência.

A ABPA tem um escritório associado no Porto, e é o membro português do International Business Law Consortium constituído por escritórios independentes com presença em mais de cem países, uma vez que pretendemos estar onde estão os nossos clientes e queremos fazer parte de solução eficaz, rigorosa e rápida dos seus problemas, somos seus parceiros, queremos actuar de forma preventiva através de um acompanhamento efectivo e presencial dos nossos clientes.

Na ABPA gostamos do que fazemos, e só fazemos advocacia. Competência, Qualidade, Rigor, Excelência, Disponibilidade e Compromisso, na ABPA não são só palavras.

SÓCIOS

» António Borges Pires:
» Henrique dos Santos Pereira
» Marco Pires Pereira

Lisboa: Telef.: (+351) 212 454 262 | (+351) 212 454 284 | Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3, 5.º | Piso, 511 1070-274 Lisboa | geral@abpa.pt | www.abpa.pt

ACRLEX ADVOGADOS

ACRLEX

Escritório de Advogados

Fundado em 1989, ACRLEX é um escritório de advogados boutique com um grupo de advogados seniores a trabalhar em paridade, assegurando que a relação cliente-advogado se processe de forma directa e sem interposições. A aposta no formato horizontal e na excelência dos seus membros tem permitido à ACRLEX assessorar algumas das maiores empresas nacionais e importantes empresas estrangeiras com forte presença no sector vitivinícola, na agricultura, na distribuição, na indústria química, nos têxteis, nas energias renováveis, na indústria de cuidados de saúde, nos transportes e logística, assim como no imobiliário e na construção.

A ACRLEX é o membro português da associação internacional de sociedades e escritórios de advogados denominada The Interlex Group®, reconhecida pela Chambers and Partners como uma associação de advogados de elite, o que lhe possibilita a prestação de serviços jurídicos em qualquer parte do mundo.

ADVOGADOS

» Pedro Pessanha
» Francisco Costa Leite
» Catarina Pinto de Rezende
» Álvaro Pina de Queiroz
» Cláudia Santos Dias
» Diogo Pessanha
» Benedita Pessanha

ÁREAS DE PRÁTICA

» Societário, Comercial e M&A;
» Private Equity;
» Financeiro e Bancário;
» Clientes Privados, Patrimónios Familiares e Sucessões;
» Imobiliário, Construção, Arrendamento e Urbanismo;
» Administrativo, Contratação Pública e Direito Público;
» Laboral e Segurança Social;
» Contencioso Judicial e Arbitragem;
» Família;
» Propriedade Intelectual, Marcas e Patentes;
» Insolvência, Recuperação de Empresas e Recuperação de Crédito;
» Penal e Contraordenacional.

MEMBER OF

THE INTERLEX GROUP
INTERNATIONAL LAW FIRM NETWORK

www.acrlex.com

Porto: (+351) 226 076 800 | Largo do Adro 9, 4050–016 Porto
Pessoa de contacto: Diogo Pessanha – dp@acrlex.com

AVM Advogados

Sociedade de Advogados, RL.

A AVM Advogados foi fundada em Angola, em 2003 e registou desde então, uma notável expansão marcada pelo crescimento sustentável, pela consolidação de uma vasta e diversificada base de Clientes, nacionais e internacionais e pela criação de uma equipa jovem, dinâmica e multicultural, radicada em Portugal, Angola e Moçambique.

A necessidade de criar uma plataforma comum que reunisse novas sinergias e parcerias originou um novo processo contínuo que se materializou na AVM Legal Network. A HPF Advogados, que integra a AVM Legal Network, opera em Maputo, sendo uma sociedade autónoma e independente, composta por uma equipa dinâmica e multidisciplinar de advogados especializados.

A AVM Advogados presta serviços jurídicos em todas as áreas de prática e sectores de negócio e conta com Advogados qualificados nas diversas jurisdições em que se encontra presente, o que lhe permite posicionar- se como uma sociedade de dimensão verdadeiramente internacional.

A garantia de serviços de excelência é em grande parte devido aos elevados padrões de qualidade dos seus advogados, apostando na formação contínua. A AVM Advogados continua empenhada no seu crescimento, ao lado dos seus clientes, tanto nos países emergentes, como nos mercados consolidados.

SÓCIOS

- António Vicente Marques
- José Alves do Carmo
- Sandra Teixeira da Silva
- Sandro Polónio de Matos

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Banca, Finanças e Seguros
- Mercado de Capitais
- Construção & Infraestrutura
- Contratos Comerciais
- Laboral & Migração
- Energia & Recursos Naturais
- Propriedade Intelectual
- Contencioso & Arbitragem
- Público
- Fiscal & Aduaneiro
- Imobiliário & Urbanismo
- Societário
- Telecomunicações
- Transportes

Lisboa: (+351) 304 501 010 | (+351) 304 501 009 | Edifício Torre de Monsanto, Rua Afonso Praça, 30, 5ºpiso, 1495-061 Algés, Lisboa | lisboa@avm-advogados.com
Luanda: (+244) 919 721 942 | (+244) 933 855 553 | (+244) 222 338 407 | Largo 17 de Setembro, n. 3 – 3º andar, Sala 329, Edifício Presidente Business Center, Luanda – luanda@avm-advogados.com
Maputo: (+258) 213 170 05 | (+258) 210 197 47 | Rua dos Desportistas, Ed. JATV – 1, 15ºandar – Maputo | maputo@hpfadvogados.com

www.avm-advogados.com

BAS – Sociedade de Advogados, SP, RL

Conhecimento jurídico com valor

A BAS – Sociedade de Advogados, SP, RL tem como propósito assegurar aos clientes uma assessoria qualificada que permite o respetivo posicionamento enquanto sociedade de advogados que integra profissionais altamente especializados. Aporta conhecimento jurídico com valor na abordagem e na resolução dos desafios dos seus clientes nos vários ramos do Direito.

O exigente nível de serviços jurídicos que a sociedade adota como paradigma no relacionamento com os seus clientes encontra-se associado à responsabilidade que a BAS assume de incrementar a capacidade de resposta.

A par do reconhecimento nacional, pelos clientes e interpares, a BAS beneficia de reconhecimento internacional, designadamente nas áreas estratégicas do Direito do Trabalho, Direito Administrativo e do Direito da Saúde. A BAS tem parcerias internacionais em Angola e Brasil, sem exclusividade, e em Moçambique.

VALORES ESTRUTURANTES

- Elevados padrões de ética e rigor
- Inovação
- Excelência técnica e experiência
- Soluções jurídicas com agregação de valor
- Senioridade
- Flexibilidade e diversificação das áreas de direito

Ano Fundação 2010

SÓCIOS

- Cláudia Monge
- Dália Cardadeiro
- Marco Aurélio Constantino
- Marco Real Martins
- Miguel Salvador
- Nuno Miguel Vieira
- Pedro Madeira de Brito
- Sérgio Alves Ribeiro

Número total de sócios e advogados: 28
Nº Total de Advogados Estagiários: 4

SECTORES DE ATIVIDADE

Assessoria diferenciada em todas áreas de atividade, com especial enfoque no apoio jurídico nas seguintes áreas:

- Direito da Saúde e Ciências da Vida
- Direito Laboral, Segurança Social e Emprego Público
- Direito Administrativo e Contratação Pública
- Contencioso Civil e Laboral
- Contencioso Administrativo
- Proteção de Dados
- Propriedade Intelectual
- Direito Societário, Comercial e M&A
- Direito Bancário e Financeiro
- Direito da Concorrência
- Direito Penal
- Direito Civil
- Direito Fiscal
- Direito do Desporto
- Imobiliário
- Imigração e Investimento Estrangeiro
- Insolvência
- Resolução Alternativa de Litígios (Arbitragem e Mediação)

Lisboa: (+351) 211 554 330 | Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela, Edifício 1, 4.º 1250-137 Lisboa | www.bas.pt | https://www.linkedin.com/company/bas-sociedade-de-advogados/

FB&ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

FB&A

A FB&A é uma sociedade de advogados que nasceu em 2019, dinamizada pelo sócio fundador e *managing partner* Filipe Barata, mas em redor da vontade comum de prestar um serviço de excelência, com foco nas necessidades dos clientes, seja em tempo de resposta, seja na dedicação às necessidades específicas de cada cliente e na busca de soluções inovadoras.

Mais que um prestador de serviços jurídicos a FB&A procura ser um parceiro dos seus clientes, trilhando um caminho lado a lado com os mesmos, com um acompanhamento próximo e personalizado, a fim de prestar um serviço diferenciado e adaptado aos tempos de disrupção que se vivem na Advocacia e na Economia em geral, privilegiando o tempo de resposta e a fiabilidade das soluções.

Pese embora o especial enfoque na área do Direito dos Negócios (M&A, fiscal, societário, laboral e assessoria quotidiana na contratação e relação das empresas), a FB&A disponibiliza também assessoria no contencioso civil, penal, comercial e administrativo/fiscal, e assessoria a particulares, com especial incidência em *Private Clients e Golden Visa*.

SÓCIOS

- Ana Salgado
- Duarte Martins de Carvalho
- Filipe Barata – Managing Partner
- Leonor Sande e Silva
- **Número total de advogados:** 9

ÁREAS DE PRÁTICA

- Societário, Comercial e M&A
- Fiscal
- Imobiliário e Urbanismo
- Contencioso e Arbitragem
- Penal, Contraordenacional e Compliance
- Público
- TMT – Tecnologia, Media e T.I.
- Laboral e Segurança Social
- Família e Sucessões
- Saúde e Farmacêutico
- Imigração e Golden Visa
- Private Clients

Lisboa: Campo Grande 28 - 9ºA 1700-093 Lisboa, Portugal | geral@fbea.pt (+351) 215 866 800 | (+351) 215 866 336

Outros escritórios: Cartaxo | Rua Doutor Manuel Correia Ramalho nº22 - 1 Dto. 2070-095 Cartaxo | Em colaboração | Porto e Luanda (Angola)

Gil Figueira & Devillet Lima Advogados

Gil Figueira & Devillet Lima

Sociedade de Advogados, SP, RL

A GFDL Advogados é uma sociedade de advogados full-service e independente com uma prática internacional assente numa rede de contatos global.

Assessoramos clientes privados e empresas em todo o tipo de causas consultivas ou litigiosas. A nossa equipa possui um conhecimento profundo e transversal das implicações jurídicas e estratégicas próprias de cada setor de atividade dos nossos clientes e intervém diariamente em transações ou questões transfronteiriças.

Contamos com oito áreas de prática, concentrando grande parte da nossa atividade nas áreas do Direito Comercial e Societário, Direito Fiscal, Direito Regulatório e Imobiliário.

Entendemos que a nossa valia para cada cliente vai além da prestação de serviços jurídicos pontuais e isolados. Neste sentido, propomos um acompanhamento contínuo e estratégico, sempre assente em valores imutáveis: a confiança e a ética.

SÓCIOS

- João Gil Figueira
- Rodrigue Devillet Lima

EQUIPA

- Nº de sócios: 2
- Nº de advogados: 6
- Nº de outros colaboradores: 2

ÁREAS PREFERENCIAIS

- Societário e Comercial
- Fiscal
- Público e Regulatório
- Mercado de Capitais
- Imigração e Cidadania
- Propriedade Intelectual
- Contencioso
- Laboral e Segurança Social

INDÚSTRIAS

- Clientes Privados e Patrimónios Familiares
- FinTech & Blockchain
- Tecnologia & Media
- Desporto e Artes Performativas
- Private Equity
- Imobiliário
- Turismo e Lazer
- Indústria e Retalho
- Talento Global & HR

Lisboa: Rua Rodrigues Sampaio, 97, 4º Andar 1150-279 Lisboa | 210 997 356 | 210 200 076 | hello@gfdl.legal | www.gfdl.legal

REDE DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA - LP
LEGAL SERVICES NETWORK - PL

RSA - RAPOSO SUBTIL E ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL
LAW FIRM

RSA Raposo Subtil e Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL

RSA LP – Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa

Desde 1997 que a RSA - Raposo Subtil e Associados tem por matriz um serviço completo e integrado aos seus clientes, tanto a nível nacional como internacional, combinando um profundo conhecimento do negócio com a exigência do conhecimento técnico.

Em 2013, a RSA - Raposo Subtil e Associados, fundou a Rede de Serviços de Advocacia de Língua Portuguesa (RSA-LP), que constitui uma rede inovadora de sociedades de advogados/escritórios de advocacia associados, trabalhando em parceria, espalhados por 5 países lusófonos (Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique). Nestes mercados a RSA-LP atua através de equipas locais sólidas e experientes, prestando uma assessoria jurídica global e de acordo com padrões de excelência internacionais.

Focada nos novos desafios da era pós-digital e assumindo as tecnologias como uma prioridade estratégica, a RSA-LP acredita que o próximo diferencial competitivo está nas pessoas, na sua formação e qualidade, desenvolvendo soluções profissionais criativas, baseadas em valores como a confiança, a experiência e a partilha.

SÓCIOS

- Antonio Raposo Subtil
- João Nobrega
- Manuel Ilhéu
- João Corte-Real
- Rui Resende
- Maria José Esteves
- Ana Carla Carvalho
- Carla Freire
- Cristina Bogado Menezes
- Manuel Camarate Campos
- Miguel Matias
- Pedro Paes
- Rita Montalvão

ÁREAS DE PRÁTICA

- Contencioso Bancário
- Contencioso Geral
- Contencioso Público e Arbitragem
- Contratação e Registos
- Bancário e Seguros
- Imobiliário e Veículos de Investimento
- Gestão de Património e Arrendamento
- Laboral e Segurança Social
- Operações Internacionais
- Penal & Compliance
- Propriedade Intelectual e Proteção de Dados
- Recuperação de Créditos e Insolvências
- Revitalização e Recuperação de Empresas
- Societário, Comercial e M&A

PRESENÇAS RSA LP

- Portugal (Lisboa, Porto, Coimbra, Funchal e Algarve)
- Angola
- Brasil
- Cabo Verde
- Moçambique

Lisboa: (+351) 213 566 400 | Rua Bernardo Lima, 3, 1150-074 Lisboa
geral@rsa-lp.com | www.rsa-lp.com

TFRA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

Teixeira de Freitas, Rodrigues & Associados

Sociedade de Advogados, SP, RL.

A TFRA é uma sociedade de advogados de responsabilidade limitada que pauta a sua atuação pela abordagem prática dos problemas dos seus clientes, combinando sólidos conhecimentos jurídicos com a compreensão da realidade empresarial.

A atividade da sociedade assenta numa prática consolidada, sobretudo na assistência jurídico-legal a empresas nacionais e estrangeiras, abrangendo desde o estudo e planeamento dos investimentos até à respetiva implementação, desenvolvimento e acompanhamento no quotidiano das operações inerentes.

Representante da Associação Internacional de Advogados Ally Law, em Portugal, a TFRA tem também grande experiência no acompanhamento de assuntos de Clientes Privados, prestando serviços quer no âmbito tributário, como na gestão do património e no âmbito do direito da família e sucessões. Presta ainda assessoria em processos de aquisição de nacionalidade e direitos de residência, incluindo toda a tramitação referente ao processo de autorização de residência para investimento, bem como aconselhamento fiscal a não residentes que pretendam beneficiar do Regime do Residente Não Habitual.

Este ano, a sociedade esteve particularmente activa no Mercado Imobiliário, tendo assessorado vários investidores nesta área.

SÓCIOS

- Luiz Augusto Teixeira de Freitas
- Vasco Carvalho Marques
- Ana Sofia Catarino

CONSULTORA

- Cristina Ribeiro Coelho

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Societário e Comercial
- Fiscal
- Imobiliário, Urbanismo, Construção Civil e Turismo
- Laboral
- Bancário, Financeiro e Mercado de Capitais
- Contratação Pública
- Resolução de Litígios e Arbitragem
- Propriedade Intelectual e Proteção de Dados
- Clientes Privados

Lisboa: (+351) 217 815 660 | Av. da República, 32 – 4.º Esq., 1050-193 Lisboa | lawfirm@tfra.pt
Funchal: (+351) 291 202 400 | Av. do Infante 8, Edifício Executivo 2.º Andar, Sala K, 9000-060 Funchal – Madeira | lawfirm@tfra.pt

www.tfra.pt

COMPLEX PROBLEMS NEED UNIQUE SOLUTIONS

A Cavaleiro & Associados é um escritório boutique no Norte de Portugal especializado em direito público e energia, juntamente com uma forte componente de direito empresarial (societário, fiscal, laboral e imobiliário).
A equipa assessora clientes nacionais e internacionais, instituições públicas e autarquias locais.

SÓCIOS
João Quintela Cavaleiro
Pedro Seixas Silva

COORDENADOR ESCRITÓRIO VISEU
João Lobo do Amaral

ÁREAS DE ATUAÇÃO
» Energia, Agricultura e Ambiente
» Direito Público e Administrativo
» Contratação Pública e Regulação
» Imobiliário
» Comercial e Societário
» Urbanismo e Ordenamento do Território
» Contencioso e Arbitragem
» Direito Fiscal
» Bancário e Financeiro
» Direito da Saúde
» Clientes Privados
» Trabalho e Segurança Social
» Direito do Desporto

☎ +351 220 945 361
@ geral@cavaleiroadvogados.pt
📍 Rua Pedro Homem de Mello, 55, 6.º, 4150-599 Porto
🌐 www.cavaleiroadvogados.pt

OUTROS ESCRITÓRIOS
Vila Real | Viseu | Viana do Castelo
Paris (em associação)

COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS

CLT SOCIEDADE DE ADVOGADOS
COELHO LIMA, TEIXEIRA, BARREIRA, CUNHA RIBEIRO & ASSOCIADOS

SÓCIOS
César Teixeira
Rui Barreira
Gustavo Cunha Ribeiro

☎ +(351) 253 424 600
@ geral@clt.pt
📍 Avenida de Londres, Edifício Luzaga, Nº540 - 3º Andar 4810-550 Guimarães
🌐 wwww.clt.pt

A. Neto Brandão & Associados, RL
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 87, 3º Dtº 3800-165 Aveiro
Telef: (+351) 234 423 459
E-mail: nb.advogados@mail.telepac.pt
Site: www.anetobrandao.com

A. Sousa Pinto,Carla A. Sousa, Casimiro José Ribeiro
Rua Professor Egas Moniz, 387
4810-027 Guimarães
Telef: (+351) 253 520 940
E-mail: spinto.advogados@mail.telepac.pt

AAA Advogados
Av. Engº Duarte Pacheco, nº26 1070-110 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 300
E-mail: advogados@aaa.pt
Site: www.aaa.pt

AAMM Abecasis, Moura Marques & Associados
Avenida da Liberdade, nº190 – 1ºB, Edificio Avenida 190 1250-147 Lisboa - Portugal
Telef: (+351) 211 940 538
Email: geral@aamm.pt
Site: www.aamm.pt

ABC LEGAL Sociedade de Advogados
Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, 19B-C 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 480
E-mail: abclegal@abclegal.com.pt
Site: abclegal.com.pt
Torres Vedras Largo Benedita de Vale Jordão, nº1-Loja A, Silveira
2560-526 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 936 016

Abel Cardoso & António
José Martins – Soc. Adv. R.L.
Rua Sra. Da Piedade, Lt. 1 - 1º
6000-279 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 339 420
E-mail: acamsolawyers@acamsolawyers.com
Site: www.acamsolawyers.com.pt

Abel Cardoso, Catarina Carvalho, Esteves Aguiar & Associados
Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E
1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abel Marques & Associados - Soc. Advogados, R.L.
Rua Joaquim António De Aguiar, 33 - 2º E
1070-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 327
E-mail: abel.marques.associados@gmail.com

Abílio Aranha e Associados, Soc. Advogados
Rua De Ceuta, 118 - 2º, Sala 14 4050-190 Porto
Telef: (+351) 222 051 920
E-mail: aniros@abilioaranhaassociados.mail.pt

ABPA - A. Borges Pires, Santos Pereira, Pires Pereira & Associados
Rua Tierno Galvan, Amoreiras,
Torres 3, 5º Piso, 511 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 212 454 262
E-mail: geral@abpa.pt
Site: www.abpa.pt

ABPD - Amaral Blanco Portela Duarte & Associados
Avenida da República, Nº 84, 5º Esq.
1600-205 Lisboa
Telef: (+351) 217 932 430
E-mail: abpd.lx@abpd.pt
Site: www.abpd.pt

Abranches Namora & Associados
Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto. 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 990
E-mail: geral@abranches.pt
Site: www.abranches.pt

Abreu Advogados
Av. Infante D. Henrique, 26 1149-096 Lisboa
Telef: (+351) 21 723 18 00
E-mail: lisboa@abreuadvogados.com
Site: www.abreuadvogados.com

Abreu & Marques & Associados – Soc. Avogados, R.L.
Rua Filipe Folque, Nr. 2 - 4º 1069-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 307 100
E-mail: amsa@amsa.pt
Site: www.amsa.pt

ACFA – C. Ferreira e Associados
Av. Fontes Pereira Melo, 3, 11º Esq.
1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 210 170 470
E-mail: mail@acfa.pt | **Site:** www.acfa.pt

ACRLEX Advogados
Largo do Adro 9
4050-016 Porto
Tel.: (351) 226 076 800
E-mail: dp@acrlex.com
Site: www.acrlex.com

ACM-Vale de Andrade, Nunes Capoulas, Almeida Morgado & Associados
Av. Fontes Pereira De Melo, 30 - 4º
1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 567 090
E-mail: geral@acm-advogados.pt
Site: www.acm-advogados.pt

Afonso, Lema e Sousa & Associados Soc. Advogados, RL
Rua Dr. Ricardo Jorge, 55 - 3º E 4050-514 Porto
Telef: (+351) 222 081 611
E-mail: jose.afonso-1264p@advogados.oa.pt

AFMA - António Frutuoso de Melo e Associados Sociedade de Advogados, SP,RL
Av. da Liberdade, nº 38 – 1º 1450-145 Lisboa
E-mail: afma@afma.pt
Site: www.afma.pt

Aguiar-Branco & Associados
Rua da Restauração nº 329 - 1º 4050-506 Porto
Telef: (+351) 220 112 220
E-mail: info@aguiarbranco.pt
Site: www.aguiarbranco.pt

Albuquerque & Almeida Advogados
Calçada Bento Rocha Cabral, 1
1250-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 431 570
E-mail: geral@aalegal.pt | **Site:** www.aalegal.pt

Alcides Martins, Bandeira, Simões & Associados - Soc. Advogados, RL
Av. Duque De Loulé, 22 - 6º 1050-090 Lisboa
Telef: (+351) 213 535 372
E-mail: advogados@amartins.pt
Site: www.amartins.pt

Alípio Regadas, Carlos Rico Palhão e Rui Costa – Soc. Adv.
Av. Da Republica, 885, 2ºs.C - 8/9
4450-243 Matosinhos
Telef: (+351) 229 375 250
E-mail: ruicosta-1619p@adv.oa.pt

Almeida Correia, Ney da Costa & Associados - Soc. Advog.
Av. Da República, 872 - 3º, Salas 3.6,3.7 E 3.8 4430-190 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 770 860
E-mail: geral@aneyadvogados.net
Site: www.alneyadvogados.net

Almeida e Paiva & Associados – Soc. Advogados, R.L.
Av. Marginal, 6068 - S.João Do Estoril
2765-585 S. João Do Estoril
Telef: (+351) 214 669 317
E-mail: mail@apalawyers.pt
Site: www.apalawyers.pt

Almeida Ribeiro & Assoc. Mário jorge Menezes – Advogados
Rua Joaquim António De Aguiar, 66 - 1º
1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 490
E-mail: geral@arealaw.pt
Site: www.almeidaribeiro.pt

Alves Ferreira, Batista, Santos Costa, Aires Santos & Assoc.
Av. Álvares Cabral, 47 - R/C 1250-015 Lisboa
Telef: (+351) 213 814 640
E-mail: geral@fbcs.pt

Alves Henriques, Ademar Batista & Associados – Soc.Adv.,RL
Rua Miguel Bombarda, 47 - 1º 3510-090 Viseu
Telef: (+351) 232 483 380
E-mail: escritorio@ahab-socadvogados.pt

Alves Mendes & Jardim Gonçalves Soc. Advogados
Rua Tierno Galvan, 10 - Torre 3, Piso 2, Sala 201 - Amoreiras 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 812 690
E-mail: sa@amjg.com | **Site:** www.amjg.com

Alves Pereira & Teixeira de Sousa, RL
Av. Da Liberdade, 38 - 3º 1250-145 Lisboa
Telef: (+351) 213 700 190
E-mail: info@alvespereira.com
Site: www.alvespereira.com

AM Associados
Rua Duque de Palmela, N.º 37, 4.º Andar
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 879 450

COSTA PINTO
Legal | Tax | Compliance

Fundada em abril de 2013 por José Costa Pinto e com uma equipa jovem e dinâmica, a missão da Costa Pinto é muito clara: fazer dos objetivos dos nossos Clientes, o nosso foco e ajudá-los a navegar no mundo dos negócios.

Acreditamos numa prática jurídica que acompanha os clientes no seu dia-a-dia e que proporciona, em tempo útil, respostas firmes, práticas, criativas e ajustadas às suas necessidades.

UNCOMPLICATED BUSINESS

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Legal | Tax | Compliance
» Fusões & Aquisições
» Direito Comercial
» Direito Societário
» Corporate Governance
» Reestruturação de Negócios
» Operações de Reestruturação Fiscal
» Revisão de Procedimentos e Modelos

(+351) 213 180 370
geral@costapinto.pt
Edifício Amoreiras Plaza
R. Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 9, 7ºA 1070-374 Lisboa
www.costapinto.pt

CSBA ADVOGADOS

SÓCIOS

Mafalda Rodrigues Fonseca
Isabel Marinho

EQUIPA

Número de Sócios : 2
Nº de Advogados : 12
Nº de Advogados Estagiários : 2
Nº de Consultores : 6
Nº de outros Colaboradores : 6

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Direito Comercial
Direito Aeronáutico
Direito do Trabalho
Direito Marítimo
Contencioso

+(351) 213 846 200
csba@csba-advogados.pt
Rua Castilho, 44, 8º andar, 1250-071 Lisboa
www. csba-advogados.pt

E-mail: geral@am-associados.pt
Site: www.am-associados.pt

Amaral Cabral & Associados Soc. Advogados
Av. Sidónio Pais, N.º 26 – R/C Dto.
1050 – 215 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 670
E-mail: geral@amaralcabraladvogados.pt
Site: www.amaralcabraladvogados.pt

Amorim & Associados Soc. Advogados R.L
Rua Pedro Homem De Mello, Nº 55,
5º Andar, Sala 5.05 4150-599 Porto
Telef: (+351) 226 177 850
E-mail: geral@amorimadvogados.pt
Site: www.amorimadvogados.pt

Andrade Dias & Associados Soc. Advogados, R.L
R. António Maria Cardoso, 25 - 5º
1200-026 Lisboa
Telef: (+351) 213 468 134
E-mail: geral@diaslawyers.com
Site: www.diaslawyers.com

Anselmo Vaz, Afra & Associados
Rua Barata Salgueiro, 30 - 4º Esq.
1250-044 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 040
E-mail: info@avalegal.com
Site: www.avalegal.com

Antas da Cunha ECIJA Edifício Amoreiras Squares
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº17 – 2º
1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 080
E-mail: geral@adcecija.pt
Site: www.adcecija.pt

Antonino Antunes, Mª Augusta Antunes & Assoc - Aoc. Adv, RL
Av. Combatentes G. Guerra, 179
4900-563 Viana Castelo
Telef: (+351) 258 809 090
E-mail: antoninoantunes@mail.telepac.pt
Site: www.antunes-advogados.pt

António Arribança & Associados Soc. Advogados, r.L.
R. Professor Manuel J Ferreira, 14 - 1º E
2040-998 Rio Maior
Telef: (+351) 243 999 020
E-mail: arribancageral@mail.telepac.pt

António Correia & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Conde Valbom, Nr. 18 B - 1º A
1050-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 192 280
E-mail: info@acadvogados.pt
Site: www.acadvogados.pt

António M.G.Pereira, Miguel Lourenço - Soc. Advogados, RL
Rua Júlio Dinis, Nr. 891 - 4º Esq.
4050-327 Porto
Telef: (+351) 226 008 002
E-mail: apml.porto@apml.pt
Site: www.apml.pt

António Montalvão Machado & Associados - Soc. Advogados
Praça Bom Sucesso, Edifício Península,
127/31-5, 302/4 4150-146 Porto
Telef: (+351) 225 573 010
E-mail: geral@montalvaomachado.pt

António Pragal Colaço & Associados - Soc. Advog., R.L.
Av. Da Igreja, 42 - 2º Dto. 1700-239 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 940
Site: www.apcolaco.com

António Viñal & Co. Abogados Sucursal em Portugal
Av. Miguel Bombarda, 36 - 4ºC
1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 213 550 187
E-mail: lisboa@avinalabogados.com
Site: www.avinalabogados.com

Araújo & Associados Soc. Advogados
Rua Fernão Vaz Dourado, 77/83
4150-322 Porto
Telef: (+351) 226 184 444
E-mail: geral@araujoassociados.pt
Site: www.araujo.pt

Areias & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Direita nº 188, 1º andar
5400 – 220 Chaves
Telef: (+351) 276 332 339
E-mail: geral@areiasadvogados.com
Site: www.areiasadvogados.com

Armando Henriques, Ana Cristina Pimentel & Assoc-Soc. Ad.
Av. Miguel Bombarda, Nr. 50 - 2º
1050-166 Lisboa
Telef: (+351) 217 819 990
E-mail: ah.acp@netcabo.pt

Assis de Almeida e Associados Soc. de Advogados, R.L.
Trav. Da Trindade, 16 - 4º D 1200-469 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 100
E-mail: aaadv@mail.telepac.pt
Site: assisalmeidaassociados.pt

Athayde de Tavares & Assoc. Soc. Adv.,RL
R. Joaquim António Augusto Aguiar,
Nº 66 - 5º 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 827 580
E-mail: atpr@atpr.pt

ATMJ Advogados
Avenida da República , 49 – 2º andar
1050-188 Lisboa
Rua de Diu 414, salas 14 a17 4150-272 Porto
Telef: (+351) 213 584 119
Fax: 321 584 119
Email: atmj@atmj.pt | **Site:** www.atmj.pt

Augusta Bravo, Alves & Associados - Soc. Advogados, R.L.
Av. República, Nr. 6 - 2º Dto. 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 500 200
E-mail: abravo.aba@mail.telepac.pt
Site: www.abravoalves.pt

AVLC Luís Cameirão & Associados - Soc. Advogados
Rua De Ceuta, 118 - 1º 4050-190 Porto
Telef: (+351) 223 394 710
E-mail: avlc@avlc-advogados.com
Site: www.avlc-advogados.com

AVM Advogados – Sociedade de Advogados, RL.
Edifício Torre de Monsanto
Rua Afonso Praça, 30, 5º Piso,
1495-061 Algés - Lisboa
Telef: (+351) 304501010 I (+351) 304501009
E-mail: lisboa@avm-advogados.com
Luanda: Edifício Presidente Business Center, Largo 17 de Setembro, n. 3 – 3º andar, Sala 329, Luanda
Telef: (+244) 919 721 942 | (+244) 933 855 553 | (+244) 222 338 407 |
E-mail: luanda@ avm-advogados.com
Maputo: Rua dos Desportistas,
Ed. JATV – 1, 15º andar Maputo
Telef: (+258) 213 170 05 | (+258) 210 197 47
E-mail: maputo@hpfadvogados.com

Azevedo, Marques & Noversa Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Carlos Felgueiras, 218 - 3º,
Salas 1 E 8 4470-157 Maia
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: geral@amnadvogados.com
Site: www.amnadvogados.com

Baltazar Mendes, Duque Vieira & Associados - Sociedade de Advogados, R.L
Av. Da República, 6, 8º E 9º Esq.
1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 517
E-mail: geral@bmdv.pt
Site: www.bmdv.pt

Batista, Monteverde & Associados
Av. Álvares Cabral 47, 1250-015 Lisboa
Telef: 213 806 530
E-mail: bma@bma.com.pt
Site: www.bma.com.pt

Barrocas Advogados
Amoreiras Torre 2 15º andar/floor
1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 21 384 33 00
Site: www.barrocas.pt

Barros Sales & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Fontes Pereira De Melo, 47 - 3º Esq.
1050-120 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 642
E-mail: geral@bsadvogados.com
Site: www.bsadvogados.com

DÁRIO FREITAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Advogados, RL

SÓCIOS
Dário Freitas
Gisela Parente

EQUIPA

Nº de Advogados : 10
Nº de Consultores : 1
Nº de outros Colaboradores : 2

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Contencioso
Direito Bancário
Direito Comercial
Insolvências
Direito do Trabalho

☎ (+351) 222 087 065
@ geral@dfassociados.com
Rua Sá Bandeira Nr. 567, 1º Direito
4000-437 Porto

DCM | Littler

RESPONSÁVEIS

David Carvalho Martins
António Monteiro Fernandes
Catarina Venceslau de Oliveira
Claúdio Rodrigues Gomes

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Assessoria jurídico-laboral
» Resolução de litígios jurídico-laborais
» Sector público, Função Pública, trabalhadores e prestadores de serviço
» Screening antes e durante a relação de trabalho
» Proteção de dados & Tecnologias no local de trabalho
» Impostos, incentivos e segurança social
» Restruturações
» Transmissões de unidades económica
» Propriedade intelectual & segredos de negócio
» Compliance, inquéritos, investigações & violações de deveres laborais
» Direito coletivo
» Direito internacional do trabalho
» Imigração
» Regulamentos, procedimentos, códigos e manuais
» Formação profissional para departamentos e profissionais de RH

☎ (+351) 217 961 074
@ geral@dcm-lawyers.com
Lisboa: Rua Julieta Ferrão, n.º12, 204, 503 e 604 1600-131 Lisboa
https://dcm-lawyers.com/
Algarve: Avenida José dos Santos Farias - Edifício Arcadas, Bloco B, 1.º esq. 8135-167 Almancil, Loulé

Barros, Sobral, G.Gomes & Associados - Soc. Advogados, R.L.
Edifício Castil, Rua Castilho, 39 - 12º B
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 875 702
E-mail: law@bsgg.pt
Site: www.bsgg.pt

BAS, Sociedade de Advogados
Rua Artilharia Um, 51 - Páteo Bagatela,
Edifício 1, 4º Andar 1250-137 Lisboa
Telef: (+351) 211 554 330
E-mail: geral@gmail.com
Site: www.bas.pt

BCS Advogados - Baião, Castro & Associados - Soc. Adv, R.L
Av. 5 De Outubro, 17 - 9º 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 190 640
E-mail: bcslaw@bcs.pt
Site: www.bcs.pt

Belzuz Abogados S.L.
SUCURSAL EM PORTUGAL
Rua De Camões, 788 - 1º Dtº 4000-142 Porto
Telef: (+351) 229 389 452
E-mail: porto@belzuz.com
Site: www.belzuz.net

Bernardino, Resende E Associados
Rua Carlos Testa, 1 – 6º C 1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 174 742
E-mail: info@bernardinoresende.com
Site: www.bernardinoresende.com

Boino & Associados, Sociedade de Advogados, R.L
Rua Castilho, 44 – 7º 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 280
E-mail: advogados@boino.pt
Site: www.boino.pt

Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados
Rua Manuel Da Ponte, 2 S. Miguel-Açores
9500-085 Ponta Delgada
Telef: (+351) 296 282 513
E-mail: geral@bpldadvogados.com
Site: www.bpldadvogados.com

Caetano de Freitas e Associados – Soc. Advogados
Av. 24 De Julho, Nº 68-E 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 620
E-mail: lisboa@caetanodefreitas.com
Site: www.caetanodefreitas.com

Calama V. Meneses Falcão & Associados
Campo Grande, 28 - 5º B 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 040
E-mail: geral@cvmf.eu | **Site:** www.cvmf.eu

Caldeira Pires – Sociedade de Advogados
Avenida da República, nº 45 - 8º Dto.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 210 991 736
E-mail: info@caldeirapires.pt
Site: www.caldeirapires.pt

Campilho, Silveira, Sarmento Soc. Advogados, R.L.
Rua Guerra Junqueiro, 79 4150-388 Porto
Telef: (+351) 226 079 390
E-mail: cssa@cssa.pt
Site: www.cssa.pt

Campos Lencastre & Associados Soc. Advogados, R.L.
Prt. 25 De Abril, Nr. 90 – 1º D
4430-257 Vila Nova De Gaia
Telef: (+351) 223 798 764
E-mail: camposlencastre-983c@adv.oa.pt

Cancela de Abreu Esteves & Associados - Soc. Advog, R.L
Rua Rodrigo Da Fonseca, 149 - 4º D
1070-242 Lisboa
Telef: (+351) 213 876 404
E-mail: cae@caeadvogados.pt
Site: www.caeadvogados.pt

Candeias & Associados - Sociedade de Advogados
R. Soeiro Pereira Gomes 1, 4º A,
1600-196 Lisboa
Telef: (+351) 211 455 415
E-mail: geral@candeias.pt
Site: www.candeias.pt

Carita, Taborda, Barbas Homem – Soc. Avogados
Rua Hermano Neves, 22 - 3º C 1600-477 Lisboa
Telef: (+351) 217 521 260
E-mail: advogados@ctbh.pt

Carlos Aguiar, Ferreira de Lima & Associados, Soc. Adv., RL
Av. Antonio Augusto Aguiar, 27 - R/C
1050-012 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 755
E-mail: cafl@cafl.pt | **Site:** www.cafl.pt

Carlos Olavo e Associados Sociedade de Advogados, R.L
Rua Victor Cordon, 7 - 3º 1200-482 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 740
E-mail: olavolex@olavolex.pt
Site: www.olavolex.pt

Carlos Rocha, Paulo Varzielas & Associados – Soc. Adv., R.L
Av. De Berna, 30 - 2º C 1050-042 Lisboa
Telef: (+351) 217 817 230
E-mail: j.c.rocha@mail.telepac.pt

Carneiro Pacheco & Associados – Soc. Advogados, R.L.
Rua Tierno Galvan, Amoreiras, Torre 3, 503
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 864 466
E-mail: geral@cpassociados.pt
Site: www.cpassociados.pt

Castanheira, Pereira, Almeida & Associados - Soc. Adv., R.L.
Rua João Machado, Nº 19 - 2º C
3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 842 730/1
E-mail: geral@capa-advogados.com
Site: www.capa-advogados.com

Carvalho, Matias & Associados
Rua Júlio de Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail. info@cmasa.pt | **Site:** www.cmasa.pt

Cavaleiro & Associados
Rua Pedro Homem de Mello, 55,
6.º, 4150-599 Porto
Telef: (+351) 220 945 361
E-mail: geral@cavaleiroadvogados.pt
Site: www.cavaleiroadvogados.pt

CCA Advogados – Sociedade de Advogados R.L
Rua Vítor Cordon, nº 10ª 1249-202 Lisboa
Telef: (+351) 213 223 590
E-mail: ccageral@cca-ontier.com
Site: https://pt.ontier.net

CC AA - Costa Carvalho Advogados Associados, RL
Alameda dos Oceanos, nº 142 - 2º E
1990-502 Lisboa
Telef: (+351) 218 981 080
E-mail: ccaa@ccaa.pt | **Site:** www.ccaa.pt

CCSL Advogados
Avenida da Liberdade, 262, 2º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 215 835 196
E-mail: info@ccsllegal.com
Site: www.ccsllegal.com

Celso Cruzeiro & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Cap. Sousa Pizarro, 25 - 2º
3810-076 Aveiro
Telef: (+351) 234 377 862
E-mail: geral@ccadvogados.pt
Site: www.ccadvogados.pt

Cerqueira Alves & Associados – Sociedade de Advogados, RL
Rua de S. Marcos, nº 101- 1º andar
4700-328 Braga
Telef: (+351) 253 201 570
E-mail: geral@cerqueiraalves.pt
Site: www.cerqueiraalves.pt

Cerqueira Gomes & Associados Soc. Advogados, R.L.
Rua De Ceuta, 53 - 6º 4050-191 Porto
Telef: (+351) 222 074 010
E-mail: cg@cerqueiragomes.pt
Site: www.cerqueiragomes.pt

Cerejeira Namora, Marinho Falcão, Advogados Portugal
Porto: Rua Dr. Joaquim Pires de Lima, 388
4200-348 Porto
Telef: (+351) 225 573 520
E-mail: geral@sociedadeadvogados.eu
Site: www.sociedadeadvogados.eu

César d'Araújo & Associados Sociedade de advogados, R.L
Av. Manuel Da Maia, 36 - 1º Dto
1000-201 Lisboa
Telef: (+351) 218 478 311
E-mail: caa@casadvogados.com
Site: www.casadvogados.com

A Enes | Cabral é uma sociedade de advogados que presta serviços de assessoria global aos negócios e projetos dos seus clientes. Assente em relações de proximidade, o foco da sociedade é a procura de soluções que sejam uma verdadeira mais-valia para o cliente e se insiram na estratégia pretendida. Rigor técnico, criatividade e confiança são os valores que definem a Enes | Cabral.

ÁREAS DE PRÁTICA
» Assessoria do Negócio
» Contencioso e Arbitragem
» Corporate e M&A
» Investimento Estrangeiro
» Reestruturações de Empresas e Insolvências

SÓCIOS
Pedro de Almeida Cabral
Susana Enes

ASSOCIADOS
Helena Branquinho Carreiras

CONSULTORES
Rita Esteves de Carvalho
Mariana de Menezes Soares

ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS
Carolina Pinto Costa
Miguel Gonçalves Lopes
João Teixeira da Silva

+351 215 844 930
ec@enescabral.com
Avenida Fontes Pereira de Melo, 25 - 2.º Dto.
1050 - 117 Lisboa
enescabral.com

GLX e ASSOCIADOS LTM

Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL

SÓCIOS
Luis Teixeira e Melo
Gonçalo Gama Lobo
Luis Filipe Teixeira e Melo
Rui Teixeira e Melo
Hugo Costa e Silva
Maria Emília Meira
Margarida Machado
José Pinto de Almeida
Ana Cristina Ribeiro Costa
Mónica Moreira Soares

ASSOCIADOS
Marta S. Pereira
José Carlos Campos
Manuel Maria Machado
Catarina Azevedo Fernandes
Vânia Alves

CONSULTORES
Gama Lobo Xavier
Júlia Berkeley Cotter

ÁREAS DE ATUAÇÃO
Arbitragem e mediação
Direito do Trabalho
Direito Penal
Registos e Notariado
Direito Comercial
Direito Fiscal
Direito Privado
Propriedade intelectual
Direito do Desporto
Direito Internacional
Direito Público e Administrativo
Reestruturação de empresas
Proteção de dados

PARCERIAS/ ESCRITÓRIOS ASSOCIADOS

Parcerias Portugal
Lisboa | PLMJ Advogados, SP, RL
Açores - Ponta Delgada - S. Miguel Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados - Sociedade de Advogados, RL
Coimbra | Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados – Sociedade de Advogados
Viseu | Luís Loureiro, João Gomes & Associados – Sociedade de Advogados, R.I.
Madeira | Mendes Londral & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.

Parcerias Espanha
Madrid: Monjardín-Sardi Abogados
Ourense: Pereira Sardi Abogados
Vigo: Alberto Rocha Guisande

+(351) 253 421 600
Av. General Humberto Delgado, n.181 4800-158 Guimarães
www.gamalobomelo.com

César Pratas & Associados Soc. Advogados, R.L
Rua Castilho, 211, 1º 1070-051 Lisboa
Telef: (+351) 213 850 684
E-mail: geral@cesarpratas.com
Site: www.cesarpratas.com

Chaves Roquette, Matos, Azevedo & Associados
Rua das Amoreiras Nº 70 – 12º 1269-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 000
E-mail: lawfirm@crma.pt
Site: www.crma.pt

Claudino Pereira Advogados Sociedade de Advogados
Rua Dos Clérigos, 46 - 1º 4050-204 Porto
Telef: (+351) 223 394 090
E-mail: claudinop@mail.telepac.pt

CLT – Coelho Lima, Teixeira, Barreira, Cunha Ribeiro & Associados
Avenida de Londres, Edifício Luzaga, Nº540 - 3º Andar 4810-550 Guimarães
Telef: (+351) 253 424 600
E-mail: geral@clt.pt | **Site:** www.clt.pt

CM & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Praça Rainha D. Leonor, n. 7, 1.º Esq. 6000-117 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 346 715
E-mail: geral@cmadvogados.pt
Site: http://www.cmadvogados.pt

CMS Rui Pena & Arnaut
Rua Castilho, 50 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: geral@cmsportugal.com
Site: www.cms-rpa.com

CNCM – Curado, Nogueira, Costa Mendes & Assoc., Soc. Adv.,R.L
Avenida Da Boavista, 3265 4 º 4
Edifício Oceanos 4100-137 Porto
Telef: (+351) 225 431 000
E-mail: cncm@cncm.pt | **Site:** www.cncm.pt

Coelho, Ribeiro & Associados Soc. Civil de Advogados
Av. Engº Duarte Pacheco Empreendimento Amoreiras, Torre 2 - 13º A 1099-042 Lisboa
Telef: (+351) 213 839 060
E-mail: cra@cralaw.com
Site: www.cralaw.com

Correia Afonso, Archer & Assoc. – Soc.Adv., R.L.
Rua Do Noronha, Nr.1 - 1º 1269-132 Lisboa
Telef: (+351) 213 960 909
E-mail: geral@caa.pt | **Site:** www.caa.pt

Correia Moniz & Associados
Av. Fontes Pereira De Melo, 15 - 7º 1050-115 Lisboa
Telef: (+351) 229 407 563
E-mail: cma@cma.pt

Costa Pinto Advogados
Edifício Amoreiras Plaza | Rua Carlos Alberto da Monta Pinto, 9 – 7ºA 1070-374 Lisboa
Telef: (+351) 213 180 370
E-mail: geral@costapinto.pt
Site: www.costapinto.pt

CRBA – Capitão, Rodrigues Bastos, Areia & Associados
Av. Duque D'ávila 66, 5.º 1069-075 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 301
E-mail: crba@crba.pt | Site: www.crba.pt

CRS Advogados - Cruz Roque Semião
Rua Abranches Ferrão n,º 10 15º D, 1600-001 Lisboa
Telef: 214 046 850
E-mail: crs@crs-advogados.com
Site: www.crs-advogados.com

CSA – Correia, Seara, Caldas, Simões & Associados
Avenida 5 de Outubro, N.º 17, 7º Andar 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 213 552 250
E-mail: csa_lisboa@csca.pt
Site: www.csca.pt

CPGL Sociedade de Advogados Teix. da Costa, Nuno Paixão, Paulo Gonçalves Duarte, José Ribeiro, Paulo Brandão & Associados
Av. Do Ultramar, 15 – 1º E/F 2750-506 Cascais
Telef: (+351) 214 818 704
E-mail: geral@cpgl.pt | **Site:** www.cpgl.pt

CSBA Advogados
Rua Castilho, 44, 8º andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 200
E-mail: csba@csba-advogados.pt
Site: www.csba-advogados.pt

CTSU
Av. Eng. Duarte Pacheco 7, 7º piso 1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 219 245 010
E-mail: geral@ctsu.pt
Site: www.ctsu.pt

Cuatrecasas - Gonçalves Pereira & Associados
Av. Fontes Pereira de Melo, 6 1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 213 553 800
E-mail: cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com
Site: www.cuatrecasas.com

CVA – Cruz Vilaça Advogados
Av. Duque de Ávila, 141 – 4dto
Edifício OMNI 1050-081 Lisboa
Telef: (351) 211 609 524
Email: info@cruzvilaca.eu
Site: www.cruzvilaca.eu

Dantas Rodrigues & Associados Soc. de Advogados, R.L.
Av. Elias Garcia, 162 - 7º A 1050-102 Lisboa
Telef: (+351) 217 995 050
E-mail: secretariado@dantasrodrigues.com
Site: www.dantasrodrigues.com

Dário Freitas & Associados
Rua Sá da Bandeira, 567 - 1º Dto 4000-437 Porto
Telef: (+351) 222 087 065
E-mail:geral@dfassociados.com

Delgado & Associados Sociedade de Advogados, R.L
Av. Boavista, 1837 - 12º 4100-133 Porto
Telef: (+351) 220 114 100
E-mail: mail@delgado.pt | **Site:** www.delgado.pt

DCM Littler
Rua Julieta Ferrão, 12, 204, 503 e 604 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 961 074
E-mail: mcv@dcm-lawyers.com
Site: www.dcm-lawyers.com/

Dinis Lucas & Almeida Santos
Av. da República, 50 - 7º A 1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 816 010
E-mail: geral@dlas.pt | **Site:** www.dlas.com.pt

Diogo, Neto, Marques & Associados - Soc. Advog, R.L.
Edifício Avenida | Av. Heróis Do Ultramar, 52 - 2º Apartado 107 3100-462 Pombal
Telef: (+351) 236 209 650
E-mail: dnm@dnm-sadvog.com
Site: www.dnm-sadvog.com

DLA Piper ABBC
Largo de São Carlos, nº 3 1200-410 Lisboa
Telef: (+351) 213 583 620
E-mail: dlapiperabbc@dlapiper.com
Site: www.dlapiper.com

Eduardo Paz Ferreira & Associados
Avenida Duque de Loulé, N.º 106 - 8.º Andar 1050-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 510 050
E-mail: secretariado@eduardopazferreira.pt
Site: www.eduardopazferreira.pt

Eduardo Pereira Sousa, Teresa Marques Guerra & Assoc.
Rua Da Boavista, 844-2º , Sala 2.2 4050-106 Porto
Telef: (+351) 223 390 773
E-mail: epsousatmguerra@iol.pt

Eduardo Serra Jorge e Maria José Garcia - Soc. Adv, R.L.
Av. António Augusto De Aguiar, Nº 183 - R/C Dto. 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 390
E-mail: esjmjg@esjmjgadvogados.com
Site: www.esjmjgadvogados.com

Elmiro de Sousa, Rosa Vasconcelos & Assoc. – Soc. Advog, RL
Campo 24 De Agosto, 129 - 5º - Escr. 501 4300-504 Porto
Telef: (+351) 226 051 298
E-mail: elmirodesousa-2441p@adv.oa.pt

Enes Cabral
Av. Fontes Pereira de Melo, 25-2º Dtº 1050-117 Lisboa
Telef: (+351) 215 844 930
E-mail: ec@enescabral.com
Site: www.enescabral.com

LUIZ GOMES
& Associados

A LUIZ GOMES & ASSOCIADOS carateriza-se pela elevada especialização nas áreas bancária e financeira, private equity e M&A, direito do jogo e direito administrativo (contratação pública, fiscal e energia), bem como em operações de reestruturação e resolução de litígios complexos. Em virtude da nossa dimensão, garantimos o envolvimento direto dos sócios em todos os assuntos, uma equipa independente e uma postura direcionada para os resultados.
A nossa cultura promove a liberdade, a igualdade e a sustentabilidade.

Ano Fundação: 2017
Nº Total de Sócios e Advogados: 16
Nº de Advogados Estagiários: 1

SÓCIOS

» André Luiz Gomes;
» Florbela Pires;
» Gonçalo Afonso Proença;
» Joana Araújo;
» Marta Pinto da Silva.

(+351) 213 400 800
geral@lgpas.com
Rua dos Remolares 14, 2º, 1200-371 Lisboa
www.lgpas.com

Estamos há 50 anos no mundo jurídico Português.
Somos uma Boutique de Contencioso e Direito Empresarial.
A nossa área nuclear de actividade é o contencioso, na sua vertente civil e comercial, a qual é complementada, essencialmente, pela assessoria jurídica nos ramos bancário e financeiro, laboral e imobiliário.
Somos o membro exclusivo da rede internacional IR Global na área da Insolvência em Portugal.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Contencioso
» Insolvência e Recuperação de Créditos
» Comercial e Societário
» Laboral
» Direito Financeiro
» Fundos de Investimento
» Urbanismo e Imobiliário
» Proteção de Dados e Privacidade

+351 213 139 010
geral@mgadvogados.pt
Edifício Aviz - Avenida Fontes Pereira de Melo, n.º 35 – 6.º D 1050-118 Lisboa
www.mgadvogados.pt

Esquível Advogados
Avenida da República, N.º 43 – 2.º Dto.
1050-187 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 310
E-mail: geral@esquiveladvogados.com
Site: www.esquivel.com.pt

Espanha & Associados
Rua Castilho, n.º 75, 8.º Dto.
1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 538 705
E-mail: geral@espanhaassociados.pt
Site: www.espanhaassociados.pt

Estúdio Jurídico Ejaso, H. Pardo, H. Larramendi y Asoc.
Rua Castilho, 13D - 1º B, 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 528 133
E-mail: ejalisboa@ejaso.com
Site: www.ejaso.com

Eversheds Sutherland FCB
Av. Liberdade, 249, 1º - 1250-143 Lisboa
Telef: (+351) 213 587 500
E-mail: fcb@eversheds-sutherland.net
Site: www.eversheds-sutherland.pt

FALM – Ferreira de Almeida, Luciano Marcos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L
Rua Abranches Ferrão, 10 - 5º F
1600-001 Lisboa
Telef: (+351) 217 224 200
E-mail: geral@falm.pt
Site: www.falm.pt

Farinho Dias & Ana Cristina Dias Soc. Advogados
Rua Braamcamp, Nr. 12 - 3º Dt.
1250-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 826 880
E-mail: fd@farinhodias.pt

FB&A
Campo Grande, 28-9ºA 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 215 866 800
Fax: (+351) 215 866 336
E-mail: geral@fbea.pt

FCM - Ferreira da Conceição, Menezes & Associados, Sociedade de Advogados, S.P., R.L.
Av. Avenida da República, n.º 44, 2.º Dto.
1050-194 Lisboa, Portugal
Telefone: (+351) 21 795 05 55
E-mail: fcmg@fcmg.pt
Site: www.fcmg.pt

FDR – Pinto Duarte, Côrte-real, Casado Neves & Assoc., R.L
Rua Marquês De Fronteira, Nº 8, 1º Dto
1070-296 Lisboa
Telef: (+351) 213 710 700
E-mail: fdradvogados@fdr.pt
Site: www.fdr.pt

Fernando Alberto, G.Alves, Marcos Silva, V.Castro e Assoc.
Largo República Do Brasil, 437 C - 4º
4810-446 Guimarães
Telef: (+351) 253 420 550
E-mail: fagamsvc.assoc@mail.telepac.pt

Fernando Anastácio & Associados – Soc. Advogados, R.L
Av. Liberdade, 93 - 2º - Apartado 2235
8200-002 Albufeira
Telef: (+351) 289 586 447
E-mail: advogalgarve@cam-advogados.pt
Site: www.cam-advogados.pt

Fernando Fraga & Associados Soc. de Advogados
Av. República, 24 - 9º 1050-192 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 830
E-mail: advogados@ffa.pt | **Site:** www.ffa.pt

Fernando Sobreira & Associados – Soc. Advogados
Rua Sampaio E Pina, 12 - 4º Dtº 1070-249 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 220
E-mail: fs@fsadvogados.pt

Ferreira da Conceição, Menezes & Associados
Av. Da República, 44 - 2º Dto. 1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 950 555
E-mail: fcmg@fcmg.pt | **Site:** www.fcmg.pt

Filipe Azoia & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL.
Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 1,
Piso 6, Sala 1 1070-101 Lisboa
Telef: (+351) 211 319 684
E-mail: geral@fa-associados.pt
Site: www.a-associados.pt

Filipe Sequeira & Associados Soc. Advogados
Av. Arriaga 44b, 5º, Sala 1 9000-064 Funchal
Telef: (+351) 291 214 100
E-mail: info@fsadvogados.com
Site: www.fsadvogados.com

Fonseca, Barroso & Vicente Soc. Advogados, R.L.
Av. De Berna, 24 - 2º Esq.127/31-5, 302/4
1050-041 Lisboa
Telef: (+351) 217 937 900
E-mail: fbv-lexberna@mail.telepac.pt

Fontes Neves & Associados, Sociedade Advogados, R.L.
Rua António Augusto De Aguiar
112 – 2º Esq 6200-050 Covilhã
Telef: (+351) 275 320 710
E-mail: advogados.geral@fontesneves.pt
Site: www.fontesneves.pt

Frederico Bonacho, António Falé Nobre & Assoc. – Soc. Adv.
Rua Bernardim Ribeiro, 12 A 1150-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 590 561
E-mail: geral@bna.pt

Freitas, Giraldes, Leão & Associados - Soc. Advogados R.L
Rua António Cardoso, 332 4150-079 Porto
Telef: (+351) 226 079 400
E-mail: fgl@fgl.pt | **Site:** www.fgl.pt

Freitas de Carvalho Advogados
Largo da República do Brasil, 437C – 2ºX
4810-446 Guimarães
Telef:: (+351) 253 095 086
E-mail: info@freitascarvalho.pt
Site: www.freitascarvalho.pt

Gabinete de Advogados J.C. Rufino Ribeiro & Associados, SPA, R.L
Rua Barbosa Resende, 16 - 3º
Apartado 130 2670-901 Loures
Telef: (+351) 219 834 791
E-mail: rufino.gabinete.advogados@gmail.com

Galhardo Vilao, Torres, Sociedade de Advogados
Rua Castilho, Nr. 13 D - 7º A 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 193 930
E-mail: welcome@gvt.pt | **Site:** www.gvt.pt

Galvão & Sacôto Associados – Soc. Advogados, R.L.
Av. Infante Santo, 23 - 8º B 1350-177 Lisboa
Telef: (+351) 213 965 818
E-mail: gsadvoga@netcabo.pt
Site: www.galvaosacotoassociados.pt

Gama Glória
Rua Alexandre Herculano, 38 – 4º
1250-011 Lisboa
Telef: (+351) 211 390 139
E-mail: gamagloria@gamagloria.com
Site:www.gamagloria.com

Gama Lobo Xavier, Luis Teixeira e Melo e Associados
Avenida General Humberto Delgado, 181
4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 421 600
E-mail: geral@gamalobomelo.com
Site:www.gamalobomelo.com

Gameiro e Associados Sociedade de Advogados, R.L
Beloura Office Park, Edif.2 Escr. 2, Qta
Beloura 2710-694 Sintra
Telef: (+351) 219 246 755
E-mail: smggameiroeassociados@lexactual.com
Site: www.gameiroassociados.com

Garrigues
Av. Da República, 25 - 1.º Andar
1050-186 Lisboa
Telef: (+351) 213 821 200
E-mail: portugal@garrigues.com
Site: www.garrigues.com/pt

GCCA – Guimarães, Correia, Cardoso & Associados – Soc. Adv., R.L.
Rua Marquês Da Fronteira 8, 2º- E
1070-296 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 370
E-mail: geral@gcca.pt

GDP – Advogados Associados
Av. 5 De Outubro, Nr. 176 - 5º Esq.
1050-063 Lisboa
Telef: (+351) 217 931 143
E-mail: mail@gdpalegal.com
Site: www.gdpalegal.com

Pares Advogados

Dados da Instituição

Fundada em 2011, a Pares reúne a experiência acumulada de todos os que nela trabalham e aposta numa equipa estável e coesa para assegurar uma análise completa e transversal de cada assunto, abrangendo as mais diversas áreas do direito e assente na transparência e rigor técnico.

Estrutura

Sócios: 9
Advogados: 27
Advogados Estagiários: 3

Áreas de atuação

» Direito Comercial e Societário
» Corporate Governance
» Direito Bancário e Financeiro
» Capital de Risco
» Fusões e Aquisições
» Direito Fiscal
» Direito Imobiliário
» Contencioso e Arbitragem
» Insolvência e Recuperação de Empresas
» Ordenamento do Território e Urbanismo
» Direito do Trabalho e Segurança Social
» Protecção de Dados
» Propriedade Intelectual
» Direito Penal e ContraOrdenacional

Nome dos responsáveis (sócios)

» António Juzarte Rolo
» Carlos Amaro
» João de Freitas e Costa
» João Malhadas Teixeira
» Luís de Gouveia Fernandes
» Myriam Ouaki
» Pedro Carreira Albano
» Rita Maltez
» Sandra Severino

(+351) 210 936 404
(+351) 210 937 407
Rua Alexandre Herculano, n.º 23 - 2.º 1250-008 Lisboa - Portugal
geral@paresadvogados.com

A Pinto Ribeiro Advogados é uma sociedade de advogados que presta serviços jurídicos abrangentes aos seus clientes, nacionais e estrangeiros, nas mais variadas áreas do Direito e nos setores mais relevantes da atividade económica. Privilegiamos o acompanhamento personalizado dos assuntos dos nossos Clientes e preocupamo-nos em compreender o contexto de cada Cliente.
Em Portugal, a Allinial Global está representada, no âmbito da prestação de serviços jurídicos, pela Pinto Ribeiro Advogados. Esta rede internacional tem atualmente 248 escritórios membros e está presente em 88 países.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

» Bancário e Financeiro
» Comercial e Societário
» Concorrência
» Contencioso e Arbitragem
» Família e Sucessões
» Fiscal
» Imobiliário
» Investimento Estrangeiro
» Laboral e Segurança Social
» Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
» Propriedade Intelectual
» Público e Regulatório

(+351) 213 138 800
geral@pintoribeiro.pt
Rua Duque de Palmela, 27 – 1.º Esq. 1250-097 Lisboa
www.pintoribeiro.pt

George Advogados
Av. 5 de Outubro, n.º 70, 4.º andar
1050-059 Lisboa
Telef: (+351) 215 832 292
(+351) 217 930 876
E-mail: lisboa@georgeadvogados.com
Site: https://lei-network.com/

Gil Figueira & Devillet Lima – Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Rodrigues Sampaio, 97 – 4º Andar
1150-279 Lisboa
Telef: (+351) 210 997 356 / 210 200 076
E-mail: hello@gfdl.legal | **Site:** www.gfdl.legal

Gil Moreira Santos, Caldeira, Cernadas & Associados – Soc. Advogados R.L
Rua 5 De Outubro, 446 - 466 4100 - 173 Porto
Telef: (+351) 226 076 020
E-mail: geral@gmscc.pt | **Site:** www.gmscc.pt

Gómez – Acebo & Pombo
Av. Duque de Ávila, n.º 46, 6.º
1050-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 408 600 |
E-mail: advogados.lisboa@ga-p.com
Site: www.ga-p.com

Gonçalo Leite Campos & Associados
Rua Garret, 12, 1º Esq. 1220-204 Lisboa
Telef: (+351) 213 460 054
E-mail: geral@glc.pt
Site: www.glc.pt

Gonçalves Lopes & Associados Soc. de Advogados, R.L.
Rua Professor Correia De Araújo, 593 ,Pct. Privada, Ent. 3, Salas 1/2 1050-047 Lisboa
Telef: (+351) 225 020 635
E-mail: l.goncalves@mail.telepac.pt

GPA Advogados – Gouveia Pereira, Costa Freitas & Associados
Edifício Amoreiras Square
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto Nº 17 – 3º B 1070-313 Lisboa
Telef: (+351) 213 121 550
E-mail: gpa@gpasa.pt
Site: www.gpasa.pt

Graça, Gonçalves & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Tenente Valadim, nº 7-A
2750-502 Cascais
Telef: (+351) 214 831 770
E-mail: mail@ggadvogados.pt
Site: www.ggadvogados.pt

Guedes, Cruz Gonçalves & Associados – Soc.Adv, R.L.
Av. Almirante Reis, 94-D-Rch E 1º Dtrº
1150-022 Lisboa
Telef: (+351) 218 163 110
E-mail: geral@gcg.pt

Hellmuth Diniz & P. R. Madeira Soc. Advogados
Rua Visconde De Seabra, 22 - 8º
1700-270 Lisboa
Telef: (+351) 217 956 900
E-mail: p.r.madeira@hdprm-socadv.pt

Henrique Abecasis, Andresen Guimarães & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Miguel Bombarda, Nr. 35 1050-161 Lisboa
Telef: (+351) 213 169 500
E-mail: geral@haaag.pt
Site: www.haaag.pt

Horácio Lages & Carlos Lages
Avenida da Liberdade Nr. 706, 2º andar
4710-249 Braga
Telef: (+351) 253 267 474
E-mail: carloslages.braga@sociedadeadvogados.mail.pt
Site: www.hcladvogados.com

Ilime Portela & Associados Soc. Advogados, R.L.
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 7 - 6º Esq. 1070-060 Lisboa
Telef: (+351) 217 263 386
E-mail: www.ilimeportela-advogados.a-web.org

Isabel Duarte & Associados – Soc. Advogados, R.L.
Av. António Augusto De Aguiar, 11 - 4º Esq. 1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 515 520
E-mail: isabel.duarte@idlei.com

Isabel Seuanes & Associados – Soc. de Advogados, R.L.
Av. Duque D Avila, 185 - 7º 1050-082 Lisboa
Telef: (+351) geral@isassociados.pt
E-mail: www.isassociados.pt

J+Legal
Edifício Amoreiras Square, Rua Joshua Benoliel, 1 – 6ºC 1250-273 Lisboa
Telef: (+351) 218 770 000
E-mail: geral@jlegal.pt | **Site:** www.jlegal.pt

J. A. Pinto Ribeiro & Associados
Rua Duque de Palmela, 27 - 5º Esq.
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.com

Jardim, Sampaio, Magalhães e Silva Associados
Av. Duque de Ávila, nº 141 Ed. OMNI - 4º Andar Dto., 1050-081 Lisboa
Telef: (+351) 213 564 300
E-mail: jsms@jsms.pt | **Site:** www.jsms.pt

J. Plácido Santos & Associados Soc. Advogados, R.L.
Lg. 5 De Outubro, 9/10 - 1º Apt. 186
8401-903 Lagoa
Telef: (+351) 282 340 250
E-mail: jpslaw@jpslaw.com.pt
Site: www.jpslaw.com.pt

João Marcelo & Associados Sociedade de Advogados, R.L
Av. 1º De Maio, 12 - 2º Andar
6000-086 Castelo Branco
Telef: (+351) 272 328 566
E-mail: jma@jma-advogados.com
Site: www.jma-advogados.com

João Marques & Associados Soc. Advogados, R.L.
Pç. Carlos Alberto, 123 - 3º, Sala 33/34
4050-293 Porto
Telef: (+351) 222 052 016
E-mail: info@jmadv.pt

João Nabais & Associados Sociedade de Advogados, R.L
Rua Fernando Palha, Nº 26 1950-131 Lisboa
Telef: (+351) 218 622 100
E-mail: advogados@jnabais-advogados.pt
Site: www.jnabais-advogados.pt

João Norberto da Palma Carlos e Associados – Soc. de Advogados
Av. 5 De Outubro,168 1050-062 Lisboa
Telef: (+351) 213 579 595
E-mail: palmacarlos@ip.pt

João Pedroso & Associados
Avenida Fontes Pereira de Melo 30
1050-122 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 260
E-mail: geral@pedrosoadv.pt
Site: www. pedrosoadv.pt

João Pinto Germano & Associados
Avenida da Liberdade Nº 144, 8º Dto
1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 406 050
E-mail: geral@jpg-associados.com
Site: www. jpg-associados.com

Joaquim C.Santos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Mestre Roque Gameiro 29, 1º-E
2700-577 Amadora
Telef: (+351) 214 948 080
E-mail: joaquimcsantos-10034l@advogados.oa.pt

Joaquim Petisca & Associados Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3,4º-S 402
1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 844 945
E-mail: jpa.advogados@netcabo.pt

Jorge Carneiro & Associados – Soc. Advogados
Rua Eugénio De Castro, 352, 2º Andar, Sala 26 4100-225 Porto
Telef: (+351) 226 051 330
E-mail: lawfirm@jcassociados.pt
Site: www.jcassociados.pt

Jorge Mota, Jorge Monteiro Santos & Associados
Calçada Marques Abrantes, 38-3º-Esqº
1200-719 Lisboa
Telef: (+351) 213 969 684
E-mail: jms.socadv@clix.pt

A PJM ADVOGADOS é um escritório de advogados generalista, que conta com mais de uma década de atividade na área do Direito. Disponibiliza serviços jurídicos, em território nacional a pessoas singulares e coletivas, em inúmeras áreas do Direito de modo a oferecer uma solução completa e otimizada a cada Constituinte.
O nosso compromisso é prestar um serviço de excelência.
Com a colaboração dos nossos Clientes construímos soluções, baseadas nos sólidos conhecimentos e experiência da equipa jurídica, que superem os obstáculos apresentados, sendo que nos diferenciamos pela estratégia, antecipação, inovação e assertividade.

Patrícia de Jesus Monteiro
Advogada I Fundadora

A PJM Advogados está cada vez mais próxima de quem a procura, prestando um serviço jurídico nas seguintes áreas de prática:

Direito Administrativo
Direito Comercial
Direito Contraordenacional
Direito dos Estrangeiros
Direito da Família
Direito Imobiliário
Direito da Insolvência
Direito das Obrigações
Direito Penal
Direitos Reais
Direito das Sucessões
Direito do Trabalho
Direito do Urbanismo
Registos e Notariado

Somos um escritório de advogados entre outros profissionais bastante humanos atentos às necessidades de cada cliente.

Alameda da Guia, Edifício Oceano, n.º 124-A 2750-368 Cascais - Lisboa - Portugal
GPS: 38°41'54.7"N 9°26'21.2"W
(+351) 915 276 878

geral@pjmadvogados.com
www.pjmadvogados.com

Jorge Pracana e Francisco José Martins & Associados
Rua Joaquim António De Aguiar, Nr. 66 - 3º Esq. 1070-153 Lisboa
Telef: (+351) 213 806 210

José Carlos de Oliveira & Associado – Sociedade de Advogados R.L
Avenida João Xxi 16,1º-D 1000-302 Lisboa
Telef: (+351) 218 400 316
E-mail: jco@jcoadvogados.pt

Jose de Albuquerque & Associados, Soc. Adv. R.L.
Rua Oliveira Martins 4 – 1º C 2845 - 381 Amora
Telef: (+351) 212 245 323
E-mail: advogados@josealbuquerque.com
Site: www.josealbuquerque.com

José M. S. Moniz, Marçal Antunes, Ricardo Brazete e Associados
Rua Dos Combatentes Da Grande Guerra, 17 - 1º 3500-109 Viseu
Telef: (+351) 232 480 390
E-mail: geral@jmmarb.com
Site: www.jmmarb.com

José Macieirinha, Pedro Macieirinha & Associados Soc. Adv. R.L.
Rua D. Pedro De Castro 5000-911 Vila Real
Telef: (+351) 259 371 949
E-mail: tmacieirinha@jmpm-advogados.pt
Site: www.jmpm-advogados.pt

José Maria Calheiros & Associados, Soc. Adv. R.L.
Av. António Augusto De Aguiar, 38 - 6º Andar 1050-016 Lisboa
Telef: (+351) 213 152 795
E-mail: advogados@jmclawyers.com

JPAB – José Pedro Aguiar-Branco & Associados
Rua de José Falcão, 110 4050-315 Porto
Telef: (+351) 210 958 100
E-mail: info@jpab.pt
Site: www.jpab.pt

José Pimenta & Associados Sociedade de Advogados R.L
Avenida 25 Abril Edifício Navegador 1011,1º-F 2750-515 Cascais
Telef: (+351) 214 848 860
E-mail: geral@jpassociados.pt

José Saramago & Associados Sociedade de Advogados, RL
Edifício Euro | Rua Pedro Álvares Cabral, 24 – 4º C 2670-391 Infantado, Loures
Telef: (+351) 219 835 555
Fax: (+351) 219 835 557
E-mail: info@jose.saramago.com
Site: www.jose-saramago.com

José Serrão & Associados – Soc. Adv. R.L.
Avenida Duque De Loulé, N.º 47º, 5º Esq 1050-086 Lisboa
Telef: (+351) 213 103 320
E-mail: geral@jsadvogados.com / joseserrao@jsadvogados.com
Site: www.jsadvogados.com

Júlio Corrêa Mendes & Associados
Av. António José De Almeida, Nº 30 – 2º Andar 1000-044 Lisboa
Telef: (+351) 217 963 252
E-mail: advogados@jcorreamendes.pt
Site: www.jcorreamendes.pt

KENNEDYS
Avenida Engenheiro Duarte Pacheco Amoreiras, torre 1, piso 5, sala 5 1070-101 Lisboa
Telef: (+351) 213 243 690
E-mail: reception.portugal@kennedyslaw.com
Site: www. kennedyslaw.com

Lamy & Alves – Sociedade de Advogados R.L
Rua Do Barranco 75 8400-508 Carvoeiro Lga
Telef: (+351) 282 357 276
E-mail: advogados@lamyalves.net
Site: www.lamyalves.pai.pt

Leal, Faro, Ramos & Tentugal
Rua Caldas Xavier, nº38, 5º Drt. 4150-162 Porto
Telef: (+351) 226 004 851
E-mail: geral@lfrt.pt | **Site:** www.lfrt.pt

Lebre Sá Carvalho & Associados Soc. Advogados
Rua Julio De Andrade, 2 1150-206 Lisboa
Telef: (+351) 218 855 440
E-mail: jlfreitas@lsca.pt

Legal Link - Cavaleiro & Asscociados
Rua Pedro Homem De Mello, Edifício Aviz 4, Nº 55 - 5º 4150-599 Lisboa
Telef: (+351) 220 945 361
E-mail: geral@legal-link.pt
Site: www.lega-link.pt

Legalworks (Gomes Da Silva & Associados) Sociedade de Advogados R.L.
Edifício Espaço Chiado,
Rua Da Misericórdia, Nº14, 6º Andar,
Escritórios 22 E 23 1249-038 Lisboa
Telef: (+351) 213 242 360
E-mail: geral@legalworks.pt
Site: www.legalworks.pt

Leite, Campos, Soutelinho & Associados
Avenida Casal Ribeiro, Nr. 14 - 9.º 1000-092 Lisboa
Telef: (+351) 213 309 060
E-mail: geral@lcsgsr.com
Site: www.leitecampossoutelinho.com

LeggiTeam, S.L.P. – Sucursal em Portugal
Av. António Augusto de Aguiar, nº 90 - 2º 1050-018 Lisboa
Telef: (+351) 211 341 469
E-mail: geralpt@leggiteam.com
Site: www.leggiteam.com

LGP - Soc. Advogados R.L.
Rua Pinheiro Chagas, 17 - 2º 1050-174 Lisboa
Telef: (+351) 213 182 700
E-mail: info@lgp.pt | **Site:** www.lgp.pt

LINKLATERS LLP
Avenida Fontes Pereira De Melo 14 - 15º 1050-121 Lisboa
Telef: (+351) 218 640 063
E-mail: lucia.ferreira@linklaters.com
Site: www.linklaters.com

Lipari Garcia & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Da República 56, 7º-E 1050-196 Lisboa
Telef: (+351) 217 962 151
E-mail: geral@liparigarcia.pt

LJ & Associados – Soc.Adv, R.L.
Rua Manuel Tiago, Nr. 83- R/C 2870-353 Montijo
Telef: (+351) 212 309 570
E-mail: geral@lj-advogados.pt

Lobo, Vasques & Associados – Sociedade de Advogados, SP, RL
Largo Vitorino Damásio, 4 – 1º
Santos-o-Velho 1200-872 Lisboa
Telef: (+351) 213971 314
E-mail: info@lobovasques.com
Site: www.lobovasques.com

Lopes Barata & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Rua Poeta Bocage 2, 2º D 1600 - 233 Lisboa
Telef: (+351) 213 555 651
E-mail: gerallba@netcabo.pt
Site: www.lopesbarata.com

Lopes Cardoso & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Júlio Dinis 247,4.º E/9 4051-401 Porto
Telef: (+351) 226 099 448
E-mail: lca@lopes-cardoso.pt
Site: www.lopes-cardoso.pt

Lopes Dias & Associados Soc. Advogados R.L.
Av.24 De Julho Nº 60 2º Esq 1200-869 Lisboa
Telef: (+351) 213 920 290
E-mail: lopesdias@ld-lawfirm.com
Site: www.ld-lawfirm.com

Luís Barros Figueiredo, Sofia Louro & Associados Soc. Advogados
Av. António Augusto De Aguiar, 165, R/C Esq 1050-014 Lisboa
Telef: (+351) 213 715 310
E-mail: law@law.com.pt | **Site:** www.law.com.pt

Luís Filipe Chaveiro & Associados
Av. Duque D' Ávila, 185, 1ºc 1050-082 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 550
E-mail: lfchaveiro@lfc-associados.com

Luís Laureano Santos & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira De Melo, 19 - 3º 1050-116 Lisboa
Telef: (+351) 213 592 500
E-mail: geral@lsc.pt | **Site:** www.lsc.pt

Luís Loureiro,João Gomes & Associados--Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Doutor António José Almeida 23,4º-D 3510-046 Viseu
Telef: (+351) 232 431 368
E-mail: geral.lljg.adv@mail.telepac.pt

Luis S. Rodrigues & Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Campo Grande, 28 - 6º A 1700-093 Lisboa
Telef: (+351) 217 969 712
E-mail: lsr-lisboa@pratica-legal.com
Site: www.lsrassociados.com

Luiz Gomes & Associados
Rua dos Remolares 14-2º 1200-371 Lisboa
Telef::(+351) 213 400 800
E-mail:geral@lgpas.com
Site:www.lgpas.com

Lumbrales & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Camilo Castelo Branco, Nr. 23 - 4º. 1150-083 Lisboa
Telef: (+351) 213 149 870
E-mail: geral@lumbrales-associados.eu
Site: www.lumbrales-associados.eu

M. Rodrigues & Associados
Avenida 5 de Outubro, Nr. 53, 5.º andar 1050-048 Lisboa
Telef: (+351) 213 546 599
E-mail: geral@mrodriguesassociados.pt
Site: www.mrodriguesassociados.pt

Macedo Vitorino & Associados Sociedade de Advogados
Rua Do Alecrim, 26 E 1200-018 Lisboa
Telef: (+351) 213 241 900
E-mail: mva@macedovitorino.com
Site: www.macedovitorino.com

Machado Ruivo & Associados Sociedade de Advogados
Rua Camilo Castelo Branco 122, 1º 4760-127 Vila Nova De Famalicão
Telef: (+351) 252 322 402
E-mail: mruivoeassociados@mail.telepac.pt

Magalhães Pereira e Associados, Sociedade de Advogados, R.L.
Av. António Augusto de Aguiar, nº 19, 1º dtº 1050-012 LISBOA
Telef: + 351 213 875 141
Email: geral@mpassociados.pt
Site: www.mpassociados.pt

Maltez,Amaro & Associados Sociedade de Advogados R.L.
Av. Conde Valbom. Nr.1, Escr. B 1050-066 Lisboa
Telef: (+351) 213 147 313
E-mail: mman-law@mman-law.com

MANO & RODRIGUES – Sociedade de Advogados, R.L.
Edifício Mota-Galiza Rua Júlio Dinis, 247 - 5º E 4 4050-324 Porto – Portugal
Telef: (+351) 22 606 99 13
Email: geral@mradvogados.com
Site: www.mradvogados.com

Manuel Guerra Pinheiro, Paulo Reis & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Latino Coelho, Nº1, 6º Andar, Edf. Hi-Fly 1050-132 Lisboa
Telef: (+351) 210 010 640
E-mail: lisboa@g-advogados.com
Site: www.g-advogados.com

Manuel José Guerreiro & Associados
Rua Comendador António Hipólito 6º B 2560-134 Torres Vedras
Telef: (+351) 261 327 320 / 261 327 325
E-mail: soc.advogados@mjguerreiro.pt
Site: www.mjguerreiro.pt

Manuel Rebanda, Pereira Monteiro & Associados Sociedade de Advogados
Rua João Machado 100,5º-S 505 3000-226 Coimbra
Telef: (+351) 239 851 950
E-mail: geral@mrpmadv.pt

Maria Ferreira, Fernandes Ferreira
Alameda da Quinta de Santo António, Nº 13F 1600-675 Lisboa
Telef: (+351) 213 551 811
E-mail: geral@mfff.pt

Marques Bom & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Duque De Loulé, 5 - 6º 1050-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 504 510/1
E-mail: geral@marquesbom.com
Site: www.marquesbom.com

Martins Alfaro, Rui Teixeira & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Av. República, Nº 44, 7º Esq 1050-194 Lisboa
Telef: (+351) 217 803 010
E-mail: geral@lisbonlegal.com
Site: www.lisbonlegal.com

Matos Ferreira & Associados
Sociedade De Advogados
Rua Do Conde De Redondo, Nº 8, 4º Dto
1150-105 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 190
E-mail: pedromf@lis.ulusiada.pt

MC&A - Sociedade De Advogados, R.L.
Avenida Da Liberdade, 262 – 4º Esq.
1250-149 Lisboa
Telef: (+351) 213 569 930
E-mail: vmc@legalmca.com
Site: www.legalmca.com

MCJ Advogados
Largo De Jesus, Nº 1-B
2900-499 Setúbal
Telef: (+351) 265 530 260
E-mail: mcj@mcjadvogados.com.pt
Site: www.mcjadvogados.com.pt

Mendes Ferreira & Associados
Soc. Advogados R.L.
Av. Da Boavista, 3477 - 3521 -S. 308-309
Edificio Avis 4100-139 Porto
Telef: (+351) 226 098 915
E-mail: info@mendesferreira.com
Site: www.mflaw.eu

Messias Carvalho, Sónia de Carvalho & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Rua De Vilar, Nº 235, 6º-Esq.
Edifício Scala 4050-626 Porto
Telef: (+351) 226 076 070
E-mail: geral@mcsc.pt
Site: www.mcsc.pt

MGRA & Associados, R.L.
Avenida Praia Da Vitória, Nº 48,
3º Andar Dt.º 1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 595 090
E-mail: mgra@mgra.pt
Site: www.mgra.eu

Miguel Veiga,Neiva Santos & Associados - Sociedade de Advogados
Rua Picaria 75 4050-478 Porto
Telef: (+351) 220 113 000
E-mail: mail@mvassoc.pt

Miranda & Associados
Sociedade de Advogados, SP, RL
Lisboa: Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 814 800
(+351) 217 814 802
Porto: Rua Júlio Dinis, n.º 826, 4º andar
4050-322 Porto
Telef: (+351) 220 439 500
(+351) 220 439 501
Site: www.mirandalawfirm.com

MLA - Maricato, Lima & Associados - Sociedade de Advogados, R.L.
Rua das Picoas, 12 - 2º andar
1050-173 Lisboa
Telef: (+351) 219 364 200
E-mail: mla@mla.pt
Site: www.mla.pt

MLJ - Sociedade de Advogados R.L.
Avenida Visconde Valmor Nº 41 - 2º Esq.
1050-237 Lisboa
Telef: (+351) 217 800 280/1
E-mail: mfreitas@mlj-advogados.com / lneves@mlj-advogados.com
Site: www.mlj-advogados.com

Monforte Calheiros & Associados - Sociedade de Advogados
Avenida Sidónio Pais 24, 5º- Dto
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 163 450
E-mail: mc@mc-law.com.pt

Montalvão Martins & Associados
Sociedade de Advogados
Avenida Da República 64, 8º
1050-197 Lisboa
Telef: (+351) 217 827 120
E-mail: montalvaoassociados@gmail.com

Monteiro Gomes Advogados
Edificio Aviz
Av. Fontes Pereira de Melo, nº 35 – 6º D –
1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 139 010
E-mail: geral@mgadvogados.pt
Site: www.mgadvogados.pt

Monterroso & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida General Pedro Cardoso Nr. 1
Apartado 726 2504-917 Caldas Da Rainha
Telef: (+351) 262 249 030
E-mail: geral@madv.pt
Site: www.madv.pt

Morais Leitão, Galvão Telles, Soares da Silva & Assoc.,R.L.
Rua Castilho, 165 1070-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 817 400
E-mail: mlgtslisboa@mlgts.pt
Site: www.mlgts.pt

MORE than lawyers
Rua Castilho, 57, R/C Direito 1250-068 Lisboa
Telef: (+351)213 147 150
E-mail: teresa@more.pt | **Site:** www.more.pt

Mota Pereira & Associados
Sociedade De Advogados RL
Avenida Guerra Junqueiro 3,2º-E
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 453 500
E-mail: advogados@motapereira.pt
Site: www.motapereira.pt

MPABS - Menéres Pimentel, Ataíde Bailão, Sevivas & Associados Soc. Adv. R.L.
Av. Guerra Junqueiro, 5 2º Dto
1000-166 Lisboa
Telef: (+351) 218 437 460
E-mail: mpabs@mpabs.pt
Site: www.mpabs.pt

MRA - Miguel Reis & Associados - Sociedade de Advogados RL
Rua Marquês de Fronteira 76-5º,
1070-299 Lisboa
Telef: (+351) 213 852 138
E-mail: info@lawrei.com
Site:www.lawrei.com/pt

MSP ADVOGADOS - Matias Serra, Ferreira da Silva, Paulo Duarte, Sofia Pena, José Pedro Sousa
Praça Pedro Nunes, 94 4050-466 Porto
Telef: (+351) 226 091 116
E-mail: mslawfirms@gmail.com
Site: www.mspadvogados.org

N. Maldonado Sousa & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Sidonio Pais, 16 2º. Esq.
1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 760
E-mail: info@nmsadvogados.pt
Site: www.nmsadvogados.pt

Nascimento Catarino & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Eng. Duarte Pacheco, Amoreiras,
Torre 2, Piso 14.º - E 1070-102 Lisboa
Telef: (+351) 213 869 300
E-mail: info@ncadvogados.com
Site: www.ncadvogados.com

Neto Mesquita E Associados
Sociedade De Advogados
Rua Marquês Fronteira 4-C, 3º-E
1070-295 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 900
E-mail: geral.nmadvogados@netcabo.pt

Neves Lima & Associados
Soc. Advogados, R.L.
Av. Marquês De Tomar, 44-3º
1050-156 Lisboa
Telef: (+351) 213 849 070
E-mail: geral@neveslima.com
Site: www.neveslima.com

Neville De Rougemont
& Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Casal Ribeiro, Nr. 50, 6º Andar
1000-093 Lisboa
Telef: (+351) 213 191 290
E-mail: info@ndr.pt
Site: www.nevillederougemont.com

Nicolina Cabrita & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Fontes Pereira Melo
Bloco A1-35, 18º-D 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 217 811 100
E-mail: ncacs.socadv@netcabo.pt
Site: www.ncacs.pt/pt

Nobre Guedes, Mota Soares & Associados Sociedade de Advogados, RL.
Rua Braamcamp, 90, 3º 1250-052 Lisboa
Telef: (+351) 210 900 300
E-mail: ngms@ngms.pt | **Site:** www.ngms.pt

Noronha Advogados
Av. António Augusto Aguiar, 148 -4ºc/5ºc
1050-021 Lisboa
Telef: (+351) 213 894 178
E-mail: noadlis@noronhaadvogados.com.br
Site: www.noronhaadvogados.com.br

Nova Advogados
Av. General Humberto Delgado, 20-1º
4800-158 Guimarães
Telef: (+351) 253 774 461
E-mail: nova@novalegal.pt
Site: www.novalegal.pt

Kore Partners
Rua Garrett, 19-2ºC
1200-203 Lisboa
Telef: (+351) 215 849 530
E-mail: kore@korepartners.com
Site: www.korepartners.com

PACC.V - Mendes Pinto, Cunha Araújo, Borges De Carvalho, Calçada, Vareiro & Associados Sociedadede Advogados, R.L.
Rua Braamcamp, N.º 6, 1.º Esq.
1250-050 Lisboa
Telef: (+351) 213 802 620
E-mail: geral@paccv.com
Site: www.paccv.com

Pacheco De Amorim, Miranda Blom & Associados Sociedade de Advogados, R.L.
Avenida Dr.Antunes Guimarães, Nr. 628
4100-075 Porto
Telef: (+351) 225 323 890
E-mail: sede@pa-advogados.pt
Site: www.pa-advogados.pt

Pancada Fonseca, Costa Oliveira & Associados
Sociedade de Advogados, R.L.
Av. Defensores De Chaves, Nº69, R/C Esq.
1000-114 Lisboa
Telef: (+351) 217 815 370/8
E-mail: fcostaoliveira@netcabo.pt
Site: www.pfco.pt

Pares Advogados
Rua Alexandre Herculano, Nº23, 2º
1250-008 Lisboa
Telef: (+351) 210 936 404
E-mail: geral@paresadvogados.com
Site: www.paresadvogados.com

Paula Esteves Ecritório de Advogados
Eua Camilo Castelo Branco, 30a
8200-276 Albufeira
Telef: (+351) 218 472 106
E-mail: pe@peadvogados.pt
Site: www.peadvogados.pt

Paulo De Almeida & Associados
Av. Da Republica Nº 14 - 6º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 584 700
E-mail: advogados@paasa.pt
Site: www.paulodealmeida.com

Paulo Silva & Associados
Rua Ramiro Ferrão, Nr. 13C
2805-356 Almada
Telef: (+351) 212 729 380
E-mail: psa@psa.pt | **Site:** www.psa.pt

pbbr.a - Sociedade de Advogados, RL
Avenida da Liberdade, 110-6, 1250-146 Lisboa
Telef: (+351) 213 264 747
E-mail: geral@pbbr.pt
Site: www.pbbr.pt

Pedro Soares, Ana Mafalda Matos & Associados - Soc. Advogados
Avenida República 679, 4º-S 44-46
4450-242 Matosinhos
Telef: (+351) 229 373 165
E-mail: pedro.soares@pedrosoareseassociados.com
Site: www.pedrosoareseassociados.com

Pereira da Cruz & Associados
Sociedade de Advogados
Lisboa: Rua Victor Cordon, nº 14
1200-484 Lisboa
Telef: (+351)213 244 644
E-mail: info@pca-advogados.pt
Porto: Edifício Hoechst
Av. Sidónio Pais, 379 Sala 1.14 – Piso 1
4100-468 Boavista Porto
E-mail: porto@pca-advogados.pt
Site: www.pca-advogados.pt

Pereira de Almeida & Associados
Av. António Augusto de Aguiar, nº21 – 5ºDtº
1050 - 012 Lisboa
Telef: (+351) 218 452 460
E-mail: geral@aapa-law.com
Site: www.aapa-law.com

Pereira Fernandes & Associados
Sociedade de Advogados
Avenida António De Serpa, 34, 8º C/D
1050-027 Lisboa
Telef: (+351) 217 996 180
E-mail: info@pfadvogados.com
Site: www.pfadvogados.com

Pereira Pinto & Associados
Avenida das Descobertas, Nr. 15, 1.º D,
Infantado 2670-383 Loures
Telef: (+351) 219 822 073
E-mail: geral@pereirapinto.pt
Site: www.pereirapinto.pt

Pinheiro Torres, Cabral, Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 1.09 4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt
Site: www.ptcs.pt

Pinheiro Torres, Cabral, Sousa e Silva & Associados
Rua Mota Pinto, 42F, 1º, 1.09 4100-353 Porto
Telef: (+351) 226 052 140
E-mail: geral@ptcs.pt
Site: www.ptcs.pt

Pinto Ribeiro Advogados
Rua Duque de Palmela, 27-1ºEsq
1250-097 Lisboa
Telef: (+351) 213 138 800
E-mail: geral@pintoribeiro.pt
Site: www.pintoribeiro.pt

PJM Advogados
Alameda da Guia Edifício Oceano, n.º 124-A
2750-368 Cascais – Lisboa – Portugal
GPS: 38°41'54.7"N 9°26'21.2"W
E-mail: geral@pjmadvogados.com
Telefone: (+351) 915 276 878
Site: www.pjmadvogados.com

PLA – Francisco Preto, Lia Araújo & Associados
Edifício Sotto Mayor, 1.º E 2.º,
Largo Do Arrabalde 5400-093 Chaves
Telef: (+351) 276 340 680
E-mail: geral@pla-advogados.com
Site: www.pla-advogados.com

PLEN – Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Pita Negrão Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Castilho, Nr. 59, 4º Dto 1250-068 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 580
E-mail: plen@plen.pt
Site: www.plen.pt

PLMJ – Sociedade de Advogados, RL
Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 43
1050-119 Lisboa
Telef: (+351) 21 319 73 00
Site: www.plmj.com
Porto: Porto Office Park Av. de Sidónio Pais,
153 4100-467 Porto, Portugal
Faro: R. Reitor Teixeira Guedes, 11A
8000-422 Faro, Portugal

PMBGR – Trocado Perry Durães Rocha & Associados Soc. de Advogados R.L.
Av. Conselheiro Fernando De Sousa, Nº 19 – 18º 1070-072 Lisboa
Telef: (+351) 213 846 300
E-mail: pmbgr@pmbgr.pt
Site: www.pmbgr.pt

PMC | José Pujol, Luís Marçal, Jorge Calisto & Associados
Av. António Augusto Aguiar, Nr. 11 - 1ºE 1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 178 690
E-mail: geral@pmc-advogados.pt
Site: www.pmc-advogados.pt

PMCG –Sociedade De Advogados, Sp, R.L.
Avenida da Liberdade n.º 258, 9 1250 -149 Lisboa
Telef: (+351) 210 937 042
Fax: (+351) 211 956 491
E-mail: geral@pmcg.pt | **Site:** www.pmcg.pt

PMCM - Advogados
Rua Castilho, 44, 3º Andar 1250-071 Lisboa
Telef: (+351) 213 845 220
Fax: (+351) 213 845 221
E-mail: geral.lisboa@aport.pt
Site: www.pmcm.pt

PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados
Rua Rodrigo da Fonseca, Nr. 82, 1.º Dt.º, 2.º Esq.º, 2.º Dt.º e 4º Dt.º 1250-193 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 940
E-mail: lisboa@pra.pt | **Site:** www.pra.pt

Quintas Jardim Fernandes & Associados - Sociedade de Advogados
Rua Ferreiros 260 9000-082 Funchal
Telef: (+351) 291 224 707
E-mail: qjfgeral@qjflegal.com
Site: www.qjflegal.com

Ramirez & Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro Nº 12 - 3º Dtº 1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 542 275
E-mail: geral@ramirez-advogados.pt
Site: www.ramirez-advogados.pt

Raposo Bernardo & Associados
Av. Fontes Pereira de Melo, 35, 18º – 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 121 330
E-mail: lisboa@raposobernardo.com
Site: www.raposobernardo.com

RCA – Colmonero & Associados Soc. Advogados R.L.
Av. 5 De Outubro, Nr.10 4º Esq. 1050-056 Lisboa
Telef: (+351) 213 513 380
E-mail: rca@colmonero.com
Site: www.colmonero.com

Regal, Varela, Ramos & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Av. Fontes Pereira De Melo, 35, 1ºB 1050-118 Lisboa
Telef: (+351) 213 512 510
E-mail: geral@rvr.pt | **Site:** www.rvr.pt

RFF & Associados
Praça Marquês de Pombal nº16 5º/6º 1250-163 Lisboa
Telef:: (+351) 215 915 220
E-mail: contacto@rffadvogados.pt
Site: www.rffadvogados.com

Rodl & Partner
Rua João Chagas, 10 B Dtº 1500-493Lisboa
Telef: (+351) 212 472 688
Site: www.roedl.com

Rodrigues Alves & Associados – Sociedade de Advogados
Avenida António Augusto Aguiar, 11-R/C-E 1050-010 Lisboa
Telef: (+351) 213 515 210
E-mail: geral@rodriguesalvesadvogados.pt
Site: rodriguesalvesadvogados.pai.pt

Rogério Alves & Associados
Av. Álvares Cabral, 61 - 4º E 5º 1250-017 Lisboa
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: geral@raassociados.pt
Site: www.raassociados.pt

Roldão Mendonça, Teresa Jorge & Associados – Soc. Advogados R.L.
Rua Dr. Almada Guerra, Nº 28 E 30 Portela De Sintra 2710-417 Sintra
Telef: (+351) 213 911 040
E-mail: advogados@rmtja.com
Site: www.advogados-rmtja.com

Roseira & Pereira Sociedade de advogados r.L
Rua Álvares Cabral 235 4050-041 Porto
Telef: (+351) 223 390 106
E-mail: roseira.pereira@mail.telepac.pt

RPP Advogados
Rua Visconde de Seabra, 3 – 1ºDtº 1700-421 Lisboa
Telef: (+351) 217 653 860
Fax: (+351) 217 653 869
E-mail: rrp.lisboa@rrp.pt
Site: www.rrp.pt

RSA – Raposo Subtil e Associados
Rua Bernardo Lima, Nº 3 1150-074 Lisboa
Telef: (+351) 213 566 400
E-mail: geral@rsa-lp.com
Site: www.rsa-advogados.pt

RSN – Remelgado Silva Nogueira & Associados
Av. Dr. Antunes Guimarães, 423 4100-080 Porto
Telef: 222 089 491
E-mail: adm@rsnadvogados.com
Site: www.rsnadvogados.com

Rui Pinto Duarte & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Castilho, 14-C, 5.º 1250-069 Lisboa
Telef: (+351) 213 170 460
E-mail: geral@rpdadvogados.pt
Site: www.rpdadvogados.pt

Sampaio, Peres & Associados
Avenida Elias Garcia 20,7º 1000-149 Lisboa
Telef: (+351) 217 970 014
E-mail: osa-5843l@adv.oa.pt

Saraiva Lima & Associados
Avenida António Augusto de Aguiar, nº 15 – 1º Direito 1050-012 Lisboa
Telef: 213 110 790
Site: www.saraivalima.com

Saragoça da Matta & Silveiro de Barros – Soc. Advogados
Rua Carlos Testa Nº 1 - 5 B 1050-046 Lisboa
Telef: (+351) 213 712 680
E-mail: info@smsb.pt | **Site:** www.smsb.pt

Seabra, Cunha, Marta & Associados
R. Marquês De Fronteira, 117- 3º Esq. 1070-292 Lisboa
Telef: (+351) 213 841 840
E-mail: advogados@sgfc-law.pt
Site: www.sgfc-law.pt

Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua Garrett, 64- 1200-204 Lisboa
Telef: 210933000
E-mail: servulo@servulo.com
Site:www.servulo.com

Silva e Sousa & Associados - Soc. Advogados R.L.
Av. Praia Da Vitória 48 - 3º Esq 1050-184 Lisboa
Telef: (+351) 213 714 740
E-mail: secretariado@iberjuris.com
Site: www.iberjuris.com

Simões Correia Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua Rodrigo Da Fonseca, 178, 1º Dto. 1070-243 Lisboa
Telef: (+351) 213 713 220
E-mail: geral@simoescoreeiaassociados.pt
Site: www.simoescorreiaassociados.pt

SLCM//Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
Rua General Firmino Miguel, Nº3, Torre 2 10º B | 1600-100 Lisboa
Telef: (+351) 217 234 000
E-mail: slcm@slcm.pt | **Site:** www.slcm.pt

Sottomayor & Associados
Rua Do Nogueiral, 9 2350-724 Torres Novas
Telef: (+351) 249 812 667
E-mail: geral@sottomayorassociados.com / sottomayorassociados@gmail.com
Site: www.sottomayorassociados.com

Sousa Guedes, Oliveira Couto & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Ricardo Severo, 132 4050-515 Porto
Telef: (+351) 225 430 230
E-mail: sgoc@sgoc.pt | **Site:** www.sgoc.pt

Sousa Machado, Ferreira da Costa & Associados – Soc. de Advogados R.L.
Rua Castilho Nr. 5 - 4º 1250-066 Lisboa
Telef: (+351) 210 924 800
E-mail: mail@smfcnet.com
Site: www.smfc.pt

SPS Advogados – Sociedadede Advogados
Rua General Firmino Miguel, n.º 5 – 11º 1600-100 Lisboa
Telef: (351) 217 803 640
E-mail: info@spsadvogados.com
Site:www.spsadvogados.com

SRS Advogados
R. Dom Francisco Manuel de Melo 21 1070-085 Lisboa
Telef: (+351) 213 132 000
E-mail: geral.portugal@srslegal.pt
Site: www.srslegal.pt

Sternberg Galamba & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Rua Nv Trindade 1,5º-Porta S 1200-301 Lisboa
Telef: (+351) 213 219 900
E-mail: sga.advogados@stga.pt

Tavares de Carvalho & Associados –Sociedade de Advogados, R.L
Rua Tierno Galvan (Amoreiras) Torre 3, 17º Piso 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 825 820
E-mail: tca@tc-advogados.pt

Teresa Patrício & Associados – Sociedade de Advogados R.L
Avenida Almirante Gago Coutinho, 96 1700-031 Lisboa
Telef: (+351) 217 981 030
E-mail: info@tpalaw.pt
Site: www.tpalaw.com

Telles de Abreu Advogados
Rua da Restauração, 348 4050-501 Porto
Telef:: (+351) 220 308 800
E-mail:geral@telles.pt | **Site:** www.telles.pt

TFRA – Sociedade de Advogados
Av. da República, 32 - 4.º Esq. 1050-193 Lisboa
Telef: 217 815 660
E-mail: lawfirm@tfra.pt | **Site:** www.tfra.pt

TLCB Advogados – Amorim Teixeira, Couto, Borgas & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.
Rua De Vilar, 235, 4º Andar , Sala 404 4050-626 Porto
Telef: (+351) 222 085 316
E-mail: geral@tlcb.pt
Site: www.tlcb.pt

TMA – Tenreiro Martins, Tomás & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Av. Da Liberdade Nr. 9, 5º 1250-139 Lisboa
Telef: (+351) 217 615 510
E-mail: tma@tma-advogados.pt
Site: www.tma-advogados.pt

Uría Menéndez, Proença de Carvalho
Edifício Rodrigo Uría – Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 1250-162 Lisboa
Telef: (+351) 210 308 600
E-mail: lisboa@uria.com
Site: www.uria.com

Vasconcelos, Arruda & Associados –Sociedade de Advogados. R.L.
Rua Joshua Benoliel, 6 – 7º A 1250-133 Lisboa
Telef: (+351) 218 299 340
E-mail: geral@vaassociados.com
Site: www.vaassociados.com

Vaz Serra & Associados – Sociedade de Advogados R.L.
Av. Sidónio Pais 16 - 5º Dto 1050-215 Lisboa
Telef: (+351) 213 840 086
E-mail: lawyers@vsa-law.net
Site: www.vsa-law.net

Vieira de Almeida & Associados
Rua Dom Luís I, 28 1200-151 Lisboa
Telef: (+351) 213 113 400
E-mail: lisboa@vda.pt | **Site:** www.vda.pt

Vespasiano Macedo & Associados Sociedade de Advogados, R.L
Rua Do Raio, 301 4710-923 Braga
Telef: (+351) 253 203 550
E-mail: vm-advogados@vm-advogados.pt
Site: www.vm-advogados.pt

Victor Marques e Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Rua Actor Taborda, Nº 27 – 4º Dto 1000-007 Lisboa
Telef: (+351) 213 521 545
E-mail: geral@vm-advogados.com
Site: www.vm-advogados.com

Vieira Advogados
Rua de Janes, 20, 1º andar, sala 101 4700-318 Braga
Telef:: (+351) 253 995 296
E-mail:braga@vieiralawfirm.eu
Site: www.vieiralawfirm.eu

Vieira Conde & Associados – Sociedade de Advogados, R.L
Edifício Arnado, Business Center - Piso 1, Sala 7, Rua João De Ruão, Nr. 12 3000-229 Coimbra
Telef: (+351) 239 854 610
E-mail: geral@vc-advogados.pt
Site: www.vc-advogados.pt

Vieira Fonseca & Associados
Praça Do Príncipe Real,28, 3ª Andar 1250-184 Lisboa
Telef: (+351) 218 429 920
E-mail: master@vfadvogados.pt
Site: www.vieirafonseca.pt

Vieira, Costa Gomes Sociedade de Advogados, R.L
Avenida Miguel Bombarda, Nº 36 – 5º B Edifício Presidente 1050-165 Lisboa
Telef: (+351) 217 810 910
E-mail: geral@vieiracostagomes.pt
Site: www.vieiracostagomes.pt

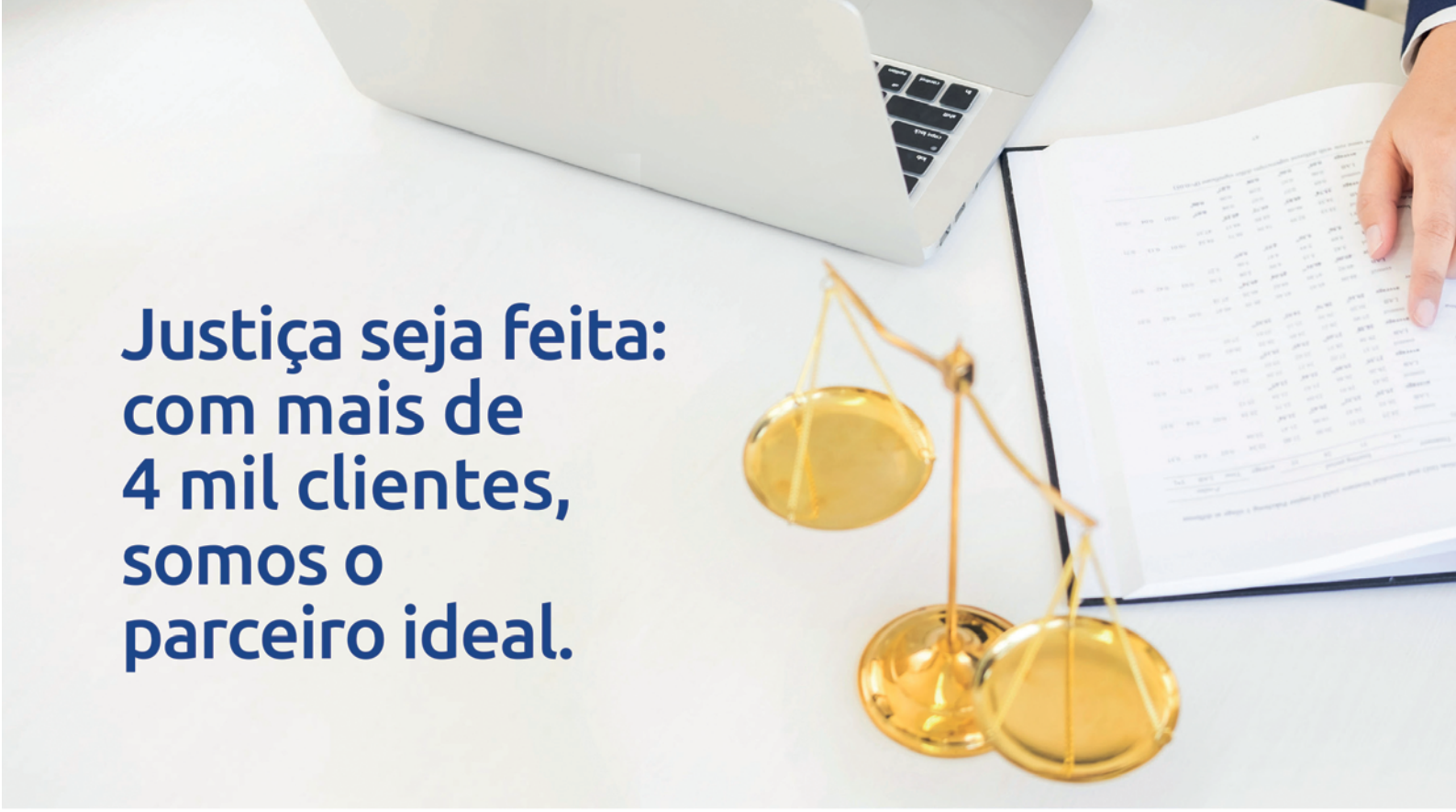
Villalobos & Associados – Sociedade de Advogados
Rua Tierno Galvan Torre 3,4º-S 412 1070-274 Lisboa
Telef: (+351) 213 813 170
E-mail: v.a@villalobosadv.com

VPA – Venture Partners Advogados
Rua Projectada à Matinha, Prédio A, 1ºB 1950-327 Lisboa
Telef: (+351) 211 387 417
E-mail: mail@vpa.pt | **Site:** www.vpa.pt

VPSM & Associados
Av. Da República, Nº6 - 4º 1050-191 Lisboa
Telef: (+351) 213 588 710
E-mail: geral@vpsm.eu
Site: www.vpsm.eu

Yolanda Busse, Oehen Mendes & Associados . Soc. Adv. R.L.
Av. Dr. Antunes Guimarães, 700 4100-075 Porto
Telef: (+351) 226 100 001
E-mail: ybom@netcabo.pt
Site: www.ybom.eu

Esta é uma listagem representativa das sociedades e dos escritórios de advogados disponíveis no mercado português, elaborada com base na recolha de informação feita pelo Jornal Económico.



Justiça seja feita: com mais de 4 mil clientes, somos o parceiro ideal.

Partilhamos com mais de 4000 clientes e parceiros as suas metas e desafios. As suas conquistas são as nossas e é este compromisso que faz a nossa reputação e sucesso.

Na Moneris, vivenciamos um conjunto de valores que definem a nossa identidade e que guiam as nossas ações. São estes valores que nos tornam líderes na prestação de serviços de contabilidade, consultoria e apoio à gestão, honrando-nos em ter o reconhecimento não apenas dos nossos clientes, mas também dos nossos parceiros de áreas complementares do conhecimento e do saber.

Atuamos como um verdadeiro parceiro, contando com profissionais altamente qualificados e com serviços diferenciados, suportados por centros de competência que detêm o conhecimento e a especialização em áreas transversais da gestão, essenciais para o desenvolvimento dos negócios e das empresas.

Somos o maior grupo nacional de contabilidade e apoio à gestão, presente de norte a sul de Portugal, com uma rede de 20 escritórios suportada por, aproximadamente, 300 consultores.

Integramos uma das maiores redes mundiais de empresas de auditoria, contabilidade e serviços jurídicos – a MSI Global Alliance –, com presença em mais de 100 países em todo o mundo, ampliando assim a nossa capacidade de apoiar as empresas além fronteiras.

moneris

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

moneris.pt

A member of msi Global Alliance
Independent legal & accounting firms

europa
áfrica
américa
ásia
oceania

portugal
lisboa
porto
faro
aveiro
bragança
leiria
santarém
setúbal
vila real
viseu

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

MESTRADOS DIREITO

CATOLICA GOV ADMINISTRATIVO

PARCEIRO | Sérvulo & Associados

DIREITO E GESTÃO

CATOLICA FACULDADE DE DIREITO ESCOLA DE LISBOA

CATOLICA LISBON SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

EMPRESARIAL

PARCEIRO | VdA - VdA Academia

CATOLICA TAX FISCAL

PARCEIRO | PLMJ

FORENSE

PARCEIROS | PLMJ | Sérvulo & Associados | VdA - VdA Academia

fd.lisboa.ucp.pt
mestradosdireito.sede@ucp.pt
Telefone 217 214 174

https://www.instagram.com/direitoenacatolica/
https://www.facebook.com/direitonacatolica
https://www.linkedin.com/company/faculdade-de-direito-escola-de-lisboa/